



MARIA RUTE VILHENA COSTA

TERMINOLOGIA DA ECONOMIA MONETÁRIA

**Relações conceptuais e semânticas numa sistemática
terminológica e lexicográfica**

Universidade Nova de Lisboa
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
1993

MARIA RUTE VILHENA COSTA

TERMINOLOGIA DA ECONOMIA MONETÁRIA

**Relações conceptuais e semânticas numa sistemática
terminológica e lexicográfica**

Dissertação de Mestrado em Lexicologia e Lexicografia apresentada à Universidade
Nova de Lisboa - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, sob a orientação da
Prof^a Doutora Maria Teresa Rijo da Fonseca Lino

1993



37793

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	1
1. ENQUADRAMENTO TEÓRICO	8
1.1. Terminologia	8
1.2. Terminologia e Lexicologia	10
1.3. Terminologia e Terminografia	12
1.4. A dimensão cognitiva da Terminologia	12
1.5. A dimensão linguística da Terminologia	16
1.6. Língua corrente /língua(s) de especialidade	17
2. DELIMITAÇÃO DA ÁREA DO SABER: ECONOMIA MONETÁRIA	23
2.1. Escolha do domínio	23
2.2. Primeira abordagem	27
2.2.1. Ficha de trabalho	27
2.2.2. Termos genéricos/hiperónimos	28
2.3. Constituição da árvore do domínio	32
2.3.1. Documentação	33
2.3.1.1. Thesaurus	33
2.3.1.2. Sistemas de classificação	35
2.3.1.3. Currícula e programas	43
2.3.2. Um modelo de árvores de domínios e de subdomínios	46
3. CONSTITUIÇÃO DO CORPUS	59
3.1. Selecção do corpus	59
3.2. Base de Dados Textuais	64
3.3. Tratamento automático de dados	66
3.3.1. Frequências	66

	3.1.2..Contextos, coocorrências e concordâncias	68
	3.5. Apresentação das unidades terminológicas	72
4	CONSTITUIÇÃO DA BASE DE DADOS RELACIONAL	91
	4.1. Ficha terminológica	93
	4.2. Relações semânticas e conceptuais	95
	4.2.1. Definição	95
	4.2.2. Termos genéricos, específicos e conexos	102
	4.2.3. Contexto	107
	4.2.4. Sinónimos	110
	4.3. Organização conceptual da Terminologia da Economia Monetária	113
5	TRATAMENTO LEXICOLÓGICO DAS LEXIAS COMPLEXAS ENQUANTO UNIDADES TERMINOLÓGICAS	132
	5.1. As expressões nominais complexas	132
	5.1.1. A composição	132
	5.1.2. A lexia	135
	5.1.3. A sinapse	137
	5.1.4. O sintagma	140
	5.1.5. Reflexões conclusivas	142
	5.2. Análise das lexias complexas	143
	5.2.1. A coesão interna das lexias complexas	143
	5.2.2. Sistemas e campos terminológicos	150
	5.2.3. Tipologia das lexias complexas	163
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	172
	BIBLIOGRAFIA	175

INTRODUÇÃO

A dissertação que apresentamos tem como ponto de partida uma interrogação sobre a contribuição da Terminologia para a estruturação coerente dos conceitos e respectivas unidades terminológicas do domínio da Economia Monetária.

A Terminologia, ponto de encontro entre o campo conceptual e o campo linguístico, visa por um lado a normalização linguística, que pode ser entendida como a recomendação ou imposição institucional na utilização de determinado termo; por outro lado visa a normalização dos formatos terminográficos e informáticos, que implicam a associação de normas técnicas (SGML, fichas ISO, ...) com normas de descrição terminográficas. Sem esta normalização, a difusão, a divulgação e o intercâmbio terminológico é dificultado.

A representação linguística com a sua faceta normativa são tanto mais necessárias quanto se sabe que a Economia é hoje, uma das ciências mais solicitadas no seio da Comunidade Europeia e, será, mais ainda no contexto do grande mercado único.

A construção da Europa acelera-se. Uma moeda única esboça-se para o fim do século e o grande mercado sem fronteiras avança, embora timidamente. A defesa económica comum, mas também uma cidadania europeia são assuntos que preenchem as crónicas quotidianas dos *média* e estão entre muitos outros assuntos que com certeza contribuirão para a política e, maioritariamente, reclamada Europa de Maastricht. Há uma Comunidade Económica Europeia. Haverá, com a aplicação do

Tratado de Maastricht, uma Comunidade Europeia. Haverá ainda maior necessidade de comunicar, multilinguisticamente, os debates e as resoluções emanadas das instituições que a dirigem.

Neste quadro eminentemente político, económico, social e cultural, as Ciências Económicas desempenham um dos mais importantes papéis e porventura, são aquelas que mais alimentam os discursos que saem das várias instituições da Comunidade. Temos, portanto, em mente, a ideia de que a grande produção de documentos especializados, de índole económica, em especial de *Economia Monetária Europeia*, deve ser acompanhada de uma elaboração conceptual que passe também pelo trabalho de Terminologia. De resto, a grande quantidade de textos que diariamente se produz nas ditas instituições, justificam, plenamente, um trabalho de denominação dos conceitos de especialidade, linguisticamente coerente.

Às considerações que acabámos de expor devemos aduzir, por um lado, o carácter técnico-científico de grande parte dos textos a traduzir em várias línguas, e por outro, a inevitabilidade do serviço da Terminologia como suporte de qualidade das traduções. Se isto é verdade para muitos domínios do saber, é-o ainda mais no quadro da *Economia Monetária Europeia*, não porque ela desempenhe um papel mais nobre entre as ciências, mas porque ela é hoje e será, ainda, a mais solicitada na Europa Comunitária que se prevê para o final deste século.

O que acabámos de expor constitui o macrocontexto que determinou a escolha do domínio para objecto desta dissertação.

A ideia e a interrogação de que falámos, podem fundir-se e enunciar-se da forma seguinte: o trabalho terminológico sobre a coerência dos conceitos (noções) em contexto de especialidade (relações entre noções) exige, no mínimo, um procedimento metodológico e instrumental que permita estudar, de forma sistemática as unidades terminológicas que vão surgindo, por força do desenvolvimento rápido da própria língua de especialidade. Trata-se então, de construir uma cadeia possível de procedimentos, com recurso a instrumentos automáticos (material e suporte lógico), de levantamento e constituição de base de dados terminológica que permita analisar e dar aos conceitos a coerência linguística que necessitam.

Elaborado sobre uma base de trabalho documental, sob forma de textos em língua portuguesa do domínio da *Economia Monetária*, exceptuando os países estrangeiros onde o português é língua oficial, este trabalho tem como objectivos:

- estabelecer um procedimento metodológico para tratamento computarizado de termos; trata-se de conceber um "modelo operativo" em etapas interactivas, com recurso a instrumentos lógicos (software), desenvolvidos em ambientes MS-DOS e Macintosh;

- proceder à análise das lexias complexas enquanto unidades terminológicas, com o intuito de demonstrar que a conceito de sistema conceptual e de sistema terminológico são dois sistemas interactivos;

- construir um modelo de dicionário que pode ser actualizado em forma magnética ou em forma de papel, que tem por suporte um modelo de base de dados relacional. Como refere LINO (1992: 2): "Ao longo

deste século, assistimos à mudança de estatuto da Lexicografia que deixou de ser a "arte de fazer dicionários", para designar a "ciência" e a "tecnologia" dos dicionários". Assim, a nova lexicografia, termo proposto por QUEMADA (1990), dá conta desta mudança, na qual se inclui o modelo de dicionário que nos propomos elaborar;

- estabelecer uma tipologia das lexias complexas, cuja finalidade é fornecer uma base preliminar de trabalho para a constituição de um programa informático que permita reconhecer e isolar as lexias complexas.

O *corpus* é constituído por 1381 termos. Naturalmente, que a listagem de termos que se propõe não abarca a totalidade dos que se poderiam extrair das publicações, em língua portuguesa, na área da *Economia Monetária*, cuja recensão geral e completa seria muito problemática e difícil, quiçá impossível, face aos recursos logísticos e ao tempo de que dispúnhamos. Procurou-se, todavia, analisar parte substancial das obras divulgadas nos meios académicos e que, nessa medida, garantiam, à partida atributos de qualidade e seriedade científica, atributos, aliás, extensíveis a uma quantidade de outras publicações - de periodicidade muito variável e nem sempre garantida - emanadas dos mais diversas instituições públicas, para-públicas e privadas.

No desenvolvimento dos capítulos prevalece a ideia de que a Terminologia possui uma dimensão conceptual, uma dimensão linguística e, implicitamente, uma dimensão comunicativa. O trabalho desenvolve-se com base em textos de especialidade, onde os especialistas têm a preocupação de estruturar o conceptual que é uma constante nos seus

textos. A noção de conceito é fundamental em qualquer texto de especialidade e são as unidades terminológicas, conjuntamente com os conceitos que designam, que estão na base de todo o conhecimento científico, técnico ou tecnológico.

Os conceitos são designados por termos. Assim, associado ao conceito de **conceito** e de **termo**, surge, invariavelmente, o conceito de **sistema**.

O trabalho está estruturado em cinco capítulos. Os dois primeiros são de reflexão teórico-científica. No primeiro, tentámos estabelecer o quadro de referência conceptual, enquanto no segundo, nos debruçámos sobre a delimitação da área do saber. Neste último damos particular destaque à elaboração das árvores de domínios e de subdomínios, árvores sustentadas no conceito de classificação hierárquica.

O terceiro e quarto capítulos são de índole teórico-prática. No terceiro definimos as etapas que nos conduziram à apresentação das unidades terminológicas e no quarto, dissertámos sobre os princípios teóricos subjacentes à ficha terminológica e à constituição da base de dados relacional. Nestes dois capítulos damos conta, em última análise, do procedimento metodológico adoptado para delimitar um corpus, constituir uma base de dados textual e tratar os dados (concorrências, concordâncias, contextos), tendo em vista a apresentação de unidades terminológicas.

O quinto capítulo deve ser entendido, em primeiro lugar como o resultado prático - isolamento de um elenco de unidades terminológicas para análise linguística - de um procedimento metodológico em

terminologia; em segundo lugar como o estabelecimento de tipologias, decorrente do tratamento lexicológico dessas unidades. É aqui que reside o estudo da coerência linguística das noções, atrás referida.

Este trabalho não foi realizado isoladamente. À ideia precedeu a discussão, a reflexão. Ter muitas dúvidas e algumas convicções foi, porventura, o que mais nos entusiasmou para o debate com os terminólogos e linguistas com experiências e provas dadas, e com os especialistas do domínio escolhido. Por isso queremos agradecer:

- à Profª Doutora Maria Teresa Rijo da Fonseca Lino, a orientação sábia e a disponibilidade e encorajamento constantes, invariavelmente acompanhados da simpatia humana que lhe é reconhecida;

- à Profª Doutora Maunela Arcanjo, à Profª Doutora Antonina Lima e, particularmente, à Dra Margarida Abreu, pela leitura criteriosa e atenta do inventário de termos de Economia que lhe pedimos para aferir, assim como as críticas e sugestões que teceu acerca do modelo de árvore de domínios e de subdomínios;

- a todos quantos me facilitaram o acesso à documentação sem a qual não teria sido possível realizar este trabalho, em especial os documentalistas da Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa, Dra Lutgarda e Dra Lurdes, do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa, Dr Vitor Ramos, e muito particularmente, à Dra Elisa Serrão, da Biblioteca Nacional, pela sua constante disponibilidade ao longo destes últimos longos meses de investigação;

- à Dra Helena Manuelito, ao Dr José Sales e à Dra Margarita Correia pelas suas leituras atenciosas e pelas frutuosas discussões que conjuntamente temos tido;

- ao Rui Brito e à Maria-João Patinha pela amizade e pela disponibilidade.

1. ENQUADRAMENTO TEÓRICO

1.1. Terminologia

Terminologia é um termo homonímico. Ele designa, por um lado, um conjunto de termos que representam o sistema de conceitos ligados a um domínio do saber, por outro, uma publicação (glossário, dicionário) na qual, através dos termos, o sistema dos conceitos de uma área do saber é representado (FELBER, 1987: 1).

Na perspectiva de SAGER (1990: 3 e 9), a Terminologia adquire três significações possíveis: **actividade**, **teoria** e **vocabulário**. A Terminologia é uma actividade uma vez que pode ser entendida como um conjunto de métodos utilizados para a recolha, a descrição e a apresentação de termos; uma teoria, porque inclui o conhecimento sistematizado, fundamental para exercer uma actividade coerente, que é constituída por premissas, argumentos e conclusões necessárias à explicação da relação estabelecida entre os conceitos e, finalmente, um vocabulário, ou seja, um léxico que representa uma área do saber.

Utilizar o termo Terminologia no singular, significa falar numa actividade ou numa teoria; empregá-lo como sinónimo de vocabulário, permite-nos falar em Terminologia(s), uma vez que a cada conhecimento especializado corresponde um vocabulário, o que implica a existência de um sistema conceptual.

A Terminologia interessa-se pelas **unidades terminológicas** enquanto representantes de **conceitos** pertencentes a um **sistema conceptual**. O conjunto de **unidades terminológicas** também pode ser

designado por **vocabulário especializado**, termo genérico no qual se incluem o **vocabulário científico**, "*conjunto de unidades lexicais (ou termos) próprios a um domínio científico, que são utilizados por um grupo sociocultural e profissional.*" (GUILBERT, 1971) ; o **vocabulário técnico**, "*conjunto de unidades lexicais (ou termos) próprios a uma técnica, que são utilizadas por um grupo sociocultural e profissional.*" (GUILBERT, 1971); o **vocabulário técnico-científico**, "*conjunto de unidades lexicais (ou termos) próprias de domínios que articulam aspectos científicos e técnicos*". (REY, 1986) e o **vocabulário tecnológico**, "*conjunto de unidades lexicais (ou termos) próprios a domínios que articulam aspectos científicos, técnicos e tecnológicos.*" (REY, 1986).

Para alguns autores uma ciência (FELBER, 1987), para outros uma disciplina (SAGER, 1990), a **Terminologia** tem uma teoria própria que a diferencia, por exemplo, da Linguística, em geral, e da Lexicologia em particular, ao utilizar uma metodologia que lhe é própria. No entanto, tal como as outras ciências e disciplinas sociais e humanas, a Terminologia é multidisciplinar, recorrendo a conceitos também utilizados pela Lexicologia, a Documentação ou a Filosofia. Em 1982, a International Association of Terminology definia a Terminologia da seguinte forma:

"Terminology is concerned with the study and use of the systems of symbols and linguistic signs employed for human communication in specialised areas of knowledge and activities. It is primarily a linguistic discipline - linguistics being interpreted here in its widest possible sense - with emphasis on semantics (systems of meanings and concepts) and pragmatics. It is interdisciplinary in the sense that it also borrows concepts and methods from semiotics, epistemology, classification, etc. (...)" (SAGER, 1990 : 4).

Desta definição deduzimos que a Terminologia é essencialmente uma disciplina da Linguística que se apropria de conceitos e métodos de ciências e disciplinas conexas com o intuito de sistematizar e analisar os vocabulários que constituem as áreas de saber.

1.2. Terminologia e Lexicologia

A Terminologia e a **Lexicologia** distinguem-se pelas metodologias que ambas utilizam na abordagem que fazem ao léxico. Para a Terminologia, o **léxico** é um conjunto de unidades terminológicas, "*symbole conventionnel représentant une notion définie dans un certain domaine du savoir.*" (FELBER, 1987 : 3); para a Lexicologia, o **léxico** é o conjunto virtual das palavras de uma língua (GUILBERT, 1971).

Segundo B.QUEMADA (1990), a Lexicologia define-se como "[l']*étude scientifique de la composante lexicale de la langue au niveau de ses unités et de ses structures .*" O seu objecto de estudo é o signo linguístico numa acepção saussuriana (significante + significado). O ponto de partida é a forma linguística pretendendo estudar todos os significados que lhe estão subjacentes. A linha de orientação é **semasiológica**. A semasiologia é uma "*metodologia de carácter semântico que parte do signo linguístico para analisar aquilo que ele designa. A semasiologia parte do "significante" para o "significado"(...).*" (GALISSON, 1976: 383-384).

Seguindo esta metodologia, a Lexicologia valoriza a **polissemia**: um significante / várias significações. A polissemia "*dá conta de um único signo que tem como característica possuir várias significações com um denominador comum.*" (GALISSON, 1976: 383-384). A polissemia é um fenómeno inerente ao sistema linguístico. Se para a Lexicologia, a

polissemia é sinónimo de riqueza lexical e semântica, para a Terminologia, a polissemia é de evitar, na medida em que pretende atingir o seu ideal, a **monossemia**: um conceito /um termo.

A **homonímia** que "*dá conta de vários signos que têm significantes idênticos e significações sem denominador comum.*" (GALISSON, 1976: 383-384) é um fenómeno mais aceite pelos terminólogos, uma vez que, para cada termo/conceito há uma definição que o delimita de todos os outros reflectindo assim o sistema conceptual em que está inserido.

Na prática o terminólogo isola o conceito, estabelecendo de seguida a relação entre os vários conceitos que constituem o sistema conceptual dentro de uma área do saber. Para que o conceito seja perceptível e a comunicação possível é necessário denominar o conceito. "*Les notions ne peuvent pas être perçus par les sens. C'est pourquoi il faut aux fins de la communication, utiliser des symboles linguistiques, qui sont aussi des objets individuels.*" (FELBER, 1987 : 141).

Partir do conceito para chegar ao termo ou à unidade terminológica é, em teoria, a metodologia utilizada pela Terminologia; trata-se da abordagem **onomasiológica**. É a relação entre o conceito e o termo que move o trabalho do terminólogo.

O terminólogo, tal como o lexicólogo, parte geralmente de um *corpus* que é constituído por unidades de significação (abordagem semasiológica) ; a abordagem onomasiológica só é utilizada quando o especialista cria um conceito novo e em simultâneo cria a denominação correspondente. O terminólogo "*orders the terms he has discovered by reference to a conceptual system which he may have to draw up himself in*

consultation with a subject specialist. He also needs the conceptual system in order to determine the completeness of his terminological collection because the subset of the lexicon he is working with at any time can only be delimited in connection with a special subject field. " (SAGER , 1990 : 56).

A abordagem mais frequente é a que RONDEAU (1981: 70) designa de mista, em que a semasiologia e a onomasiologia são utilizadas em simultâneo .

1.3. Terminologia e Terminografia

A Terminologia está para a Terminografia como a Lexicologia está para a Lexicografia: tal como a Lexicografia é por vezes, entendida como a aplicação prática da Lexicologia, assim a Terminografia é a aplicação prática da Terminologia. Por Terminografia entende-se a "*consignação, tratamento e apresentação dos dados terminológicos resultantes da investigação terminológica.*" (BOUTIN-QUESNEL , 1985). Por **dados terminológicos** entenda-se "toda a informação relativa a uma conceito ou à sua designação: vedeta, sinónimo, definição, contexto, ... " (BOUTIN-QUESNEL , 1985).

Os produtos que resultam do trabalho terminográfico são a ficha, o ficheiro terminológico e o banco de dados terminológico . (REY , 1976).

1. 4. A dimensão cognitiva da Terminologia

A Terminologia enquanto teoria que se debruça sobre a relação entre **conceito** e **termo** tem, segundo SAGER (1990 : 13), três dimensões: a **dimensão cognitiva**, a **dimensão linguística** e a **dimensão comunicativa**.

Na perspectiva terminológica, a **dimensão cognitiva** dá conta da relação estabelecida entre a forma linguística e o conteúdo conceptual, isto é, dá conta dos referentes no mundo real. A **dimensão linguística** diz respeito às formas existentes e às formas potenciais, representantes das Terminologias. Finalmente, a **dimensão comunicativa** preocupa-se com a utilização de Terminologias e justificam a actividade humana que consiste na compilação e processamento das Terminologias, isto é, a Terminografia.

SAGER (1990 : 21) defende que a teoria da Terminologia tem três funções essenciais: justificar o conjunto de conceitos enquanto entidades discretas da estrutura; justificar o conjunto de entidades linguísticas correlacionadas que de alguma forma estão associadas aos conceitos organizados e estruturados segundo princípios cognitivos e, finalmente, estabelecer uma relação entre conceitos e termos. É através da definição que o terminólogo fixa a referência que une o termo ao conceito, estabelecendo relações com outros conceitos no seio da estrutura do conhecimento.

Do ponto de vista da Terminologia, o léxico especializado pode ser entendido como um "micro-léxico" que por sua vez, se apresenta num micro-sistema linguístico representante do conhecimento especializado de uma ciência, técnica, tecnologia, disciplina ou actividade. Este conhecimento estruturado, segundo SAGER (1990 : 13), não pode ser entendido como uma entidade absoluta, mas sim como o reflexo do estado corrente do conhecimento de um grupo individual de especialistas.

A estrutura do conhecimento é constituída pelo encadeamento dos vários conceitos que constituem o sistema de conhecimento. A AFNOR (1987) define o conceito de **conceito**, que segundo a ISO é sinónimo de **concelto**, da seguinte forma: "*Les notions sont des constructions mentales qui servent à classer les objets individuels du monde extérieur ou intérieur à l'aide d'une abstraction plus ou moins arbitraire.*" Os conceitos existem para além da língua, mas só se revelam através do discurso. Diz WÜSTER (1982 : 29): "*Les notions constituent des objets intellectuels. Leur être n'est pas déterminé dans le temps. Elles existent seulement dans l'esprit des hommes. Voilà pourquoi une notion est de toute évidence immatérielle.*"

Com o intuito de determinar os termos relevantes de um domínio, o terminólogo analisa o conhecimento desse domínio e constrói um sistema de conceitos que se pode cruzar e sobrepor com outros sistemas conceptuais. A dimensão cognitiva em Terminologia tem por finalidade encontrar uma explicação adequada para motivações cognitivas na formação de termos e facultar a base para a estruturação de vocabulários.(SAGER , 1990).

Segundo WÜSTER (1982 : 27) há três etapas no acto de "*nomination du monde objectif.*"

A primeira, designada de **desintegração**, consiste na decomposição de "grandes indivíduos" (objectos individuais) para a constituição de uma **sistema composto**. WÜSTER afirma que "*un ensemble structuré d'une façon ou d'une autre, même si ce n'est qu'en pensée, se nomme système . Un système d'individus est un système composé.*"(1982: 30)

Por objectos individuais o autor entende "*celui dont l'être est déterminé dans le temps, qui appartient au monde temporel.*" (1982 : 28).

Para que o sistema seja claro, é necessário proceder à sua descrição, o que passa pela decomposição, ou seja, pela desintegração, dos seus constituintes mais importantes que, por sua vez, também podem ser subdivididos, culminando na constituição de um esquema arborescente que dará conta das relações entre as várias noções.

A segunda etapa é a **abstracção**. O processo de abstracção consiste em partir de conceitos genéricos para chegar aos mais específicos ou vice-versa. "*On peut réunir plusieurs notions individuelles en une notion générique et de même, plusieurs notions génériques et notions encore plus abstraites.*" (WÜSTER, 1982 : 32).

O processo de desintegração e de abstracção depende do julgamento do Homem. (WÜSTER, 1982 : 32). Esta opinião também é expressa na proposta de revisão do documento ISO R 740, elaborado pela ex-União Soviética, para a definição de conceito: "*A concept is a coherent group of judgements concerning an object whose nucleus is made up of whose judgements which reflect the inherent characteristics of the object.*" (SAGER, 1990 : 23).

A terceira etapa consiste em atribuir signos aos conceitos, processo que WÜSTER (1982: 36) denomina de **designação**. "*Ce que le signe désigne constitue son sens.*" O processo de designar, é o elo de ligação entre a dimensão conceptual e a dimensão linguística, problemática que abordaremos no ponto seguinte.

1. 5. A dimensão linguística da Terminologia

Enquanto disciplina da ciência da linguagem, a Terminologia estuda uma parte importante da língua que é o léxico "[qui] *est à la fois le milieu receptrice et le moyen créateur des systèmes de dénotation et par épuration notionnel, des terminologies.*" (REY, 1979 : 127).

Segundo DUBOIS (1984 : 516), entende-se por léxico "*les unités significantes non essentiellement grammaticales (par opposition aux prépositions, adverbess, etc.).*"

Em Terminologia, o léxico é o reflexo de um conhecimento especializado e, como tal, é composto por termos ou unidades terminológicas que Felber (1987: 141) define da seguinte maneira: "*le symbole linguistique est un signe conventionnel, c'est-à-dire que son affectation à une notion (en tant que signification) est convenue par la société*".

LERAT (1988 b: 12) , baseando-se nas propostas de WÜSTER aponta cinco motivos para se distinguir o **termo** do **não termo**. Lembra este autor que ao falar em signo convencional, Felber afirma que a unidade terminológica pode ou não ser um signo linguístico. O signo convencional pode ser uma unidade terminológica composta por uma lexia simples, ou por uma lexia complexa, assim como pode ainda ser um estrangeirismo, ou uma expressão mista. A unidade terminológica pode resultar de uma convenção entre vários especialistas. O que importa na unidade terminológica é o conceito para a qual remete o termo que, segundo LERAT, visa a universalidade. Um termo pode ser considerado como tal a partir do momento em que é definido, sendo assim diferenciado de todos os outros conceitos que constituem um sistema de

conceitos que representa uma área do saber. Também REY (1979: 40) defende esta ideia: "*Au plan notionnel pour qu'un nom ait droit au titre de terme, il faut qu'il puisse en tant qu'élément d'un ensemble [une Terminologie] être distingué de tout autre.*" .

Para o terminólogo, as unidades terminológicas não se limitam a ser meros signos linguísticos. São veículos de um conhecimento especializado que surge num micro e num macrocontexto de especialidade. Tal como a ciência , assim as unidades que veiculam os conceitos constituintes de um sistema conceptual tendem à universalidade.

1.6 Língua corrente / língua(s) de especialidade

A **língua corrente** é o sistema linguístico que é utilizado quotidianamente por um grupo de uma mesma comunidade linguística inserido num determinado contexto sociocultural. GUILBERT (1971) define a língua corrente como sendo um "*conjunto de meios de expressão à disposição dos membros de uma comunidade linguística. Este conjunto, teoricamente definido, é constituído por elementos característicos (sintácticos e lexicais) utilizados por vários grupos socioculturais; esses elementos (sobretudo lexicais) têm origem em diferentes domínios de experiência próprios de uma comunidade.*"

KOCOUREK (1982: 14) fala em "*langue usuelle*" e afirma "*la langue usuelle est très répandue bien que diversément délimitée et nommée: langue quotidienne (Phal), commune (Rondeau), générale, ordinaire (Mounin)*".

Por seu lado, RONDEAU (1984: 24) refere-se à **língua geral** quando fala "[de] *l'ensemble des mots et expressions qui, dans le contexte où ils sont employés, ne se réfèrent pas à une activité spécialisée*", enquanto que BOUTIN-QUESNEL (1985) diz que a "língua geral é a *parte do sistema linguístico compreendida e utilizada pela maioria dos locutores de uma comunidade linguística*."

De todas as denominações apresentadas, optámos pela de "língua corrente" sempre que falamos de língua em contexto de "não especialidade."

KOCOUREK estabelece a diferença entre **língua de especialidade** e **línguas de especialidade**.

Para este autor, a língua de especialidade empregue no singular permite dar conta da coesão interna de um sub-sistema linguístico que está associado a um domínio ou a uma actividade, enquanto que o plural remete para vários micro-sistemas linguísticos associados aos seus respectivos domínios, permitindo assim estabelecer as diferenças existentes entre as várias línguas de especialidade. "*Nous employons donc, selon le cas le singulier pour l'unité de la langue de spécialité, et le pluriel pour rappeler la diversité*." (KOCOUREK, 1982 : 16). Note-se que para este autor, a diversidade evidencia as diferenças que existem entre as actualizações linguísticas específicas num domínio especializado.

Para BOUTIN-QUESNEL (1985), a língua de especialidade é "*um sub-sistema linguístico que compreende o conjunto dos meios linguísticos próprios de um domínio particular do saber (disciplina, ciência, técnica, profissão, etc.) visando a não ambiguidade na comunicação*."

No entanto, a conceito de língua de especialidade é ambígua. Quando se fala em língua de especialidade não se está a pensar numa morfologia, numa sintaxe, numa fonética de especialidade, mas sim num vocabulário especializado inserido num discurso (oral ou escrito), também ele especializado, portador de um conhecimento especializado.

LERAT (1988 b: 22), citando WÜSTER, defende: "*seules les dénominations des concepts, le vocabulaire, important dans les terminologies, et non pas la morphologie et la syntaxe. Les règles qui s'y appliquent peuvent être tirées de la langue générale.*" Podemos concluir com LERAT / WÜSTER que o que diferencia a língua de especialidade da língua corrente, não são as regras da língua, mas sim a especificidade do(s) vocabulário(s) utilizados num determinado domínio do saber. São precisamente essas regras que são o lugar de encruzilhada entre a língua corrente e a língua de especialidade. Podemos esquematizar essa ideia da seguinte forma:

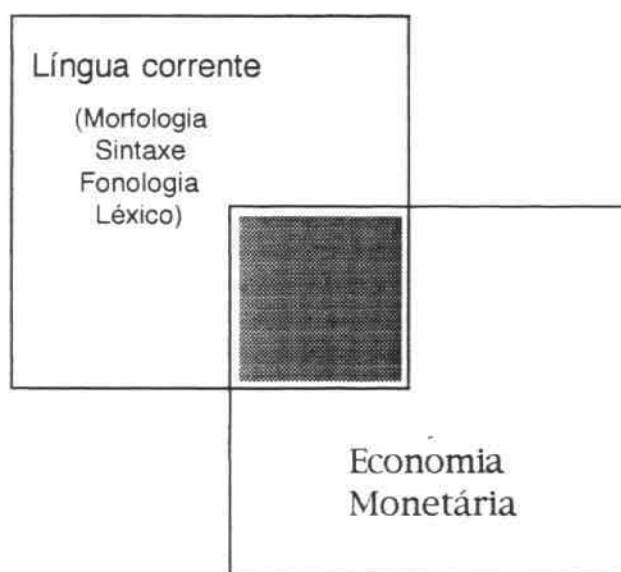


Fig. 1

Por conseguinte, a língua de especialidade utiliza as mesmas regras sintáticas, morfológicas, fonológicas e algum vocabulário da língua corrente. No entanto, o que caracteriza a língua de especialidade é o seu vocabulário específico.

Não se pode confundir Terminologias com língua(s) de especialidade. No primeiro caso, falamos em vocabulários especializados, enquanto que no segundo referimo-nos a um conjunto de meios linguísticos utilizados numa situação de comunicação, onde se pretende transmitir um conhecimento especializado.

REY (1983 : 379) coloca a questão de uma forma mais radical: "*Il n'y a pas de "langue de spécialité", parce qu'une langue c'est un système complet d'expressions et bien évidemment, ce n'est pas de cela qu'il s'agit*".

Para LERAT (1988 b: 22) a questão parece estar resolvida. Considera este linguista que as línguas de especialidade "não podem ser consideradas *"sous-langues" comme le voudrait Kocourek "mais simplement "la langue en spécialité", (...)*".

RONDEAU (1984: 23) não está preocupado com a preposição "de" ou "en", mas sim com o conceito de **língua**. Este autor afirma que continuará a utilizar o termo língua de especialidade, apesar de considerar a conceito insatisfatória. Não deixa, no entanto, de propor uma denominação alternativa: "*langage spécialisée*", chamando a atenção para o facto de esta conceito recobrir "*un sous-ensemble de la langue*", isto é, as denominações das noções, defendendo, tal como WÜSTER, que, neste contexto, a fonologia, a morfologia e a sintaxe são problemas acessórios.

Na introdução de um seu trabalho, HAMONO (1982 : 13) faz uma distinção entre **língua e linguagem**, que passo a citar: "*C'est pourquoi le langage doit être distingué de la **langue** où reposent les connaissances accumulées par les recherches antérieures, dont chacune fut exprimée par un langage propre. C'est de ce fond commun de connaissances que partent les recherches nouvelles des **langages** successifs. C'est la connaissance qui rassemble la **langue** qui autorise le progrès d'une science dont les hypothèses nouvelles sont toujours héritières du passé. De sorte que la **langue** peut être représentée par l'ensemble des langages successifs:*

langage 1 + langage 2 + langage 3 + ...langage n ----> langue "

Para HAMONO, uma língua é a soma de n linguagens especializadas, suportes de conhecimentos acumulados.

Língua de especialidade; língua em especialidade ou linguagem especializada são designações diversas para um problema linguístico complexo!

Independentemente do conceito e da respectiva unidade terminológica que lhe está associada, o que nos interessa, em primeiro lugar, é o vocabulário utilizado por especialistas duma área do saber. Não podemos ignorar que a Terminologia está inserida numa contexto linguístico que é determinante para isolar o conceito e para estabelecer as relações com outros conceitos associados. O contexto linguístico foi produzido numa situação sociolinguística especializada que vai especificar o conteúdo da conceito, permitindo assim a monorreferência.

"La langue de spécialité, (...) sera entendue (...) comme l'intégration linguistique

de la réalité à examiner; plus précisément dans des situations sociolinguistiques spécialisées dans le monde scientifique et technique." (ZOLONDEK, 1988 : 9).

A língua de especialidade visa a intelectualização, ou seja, a precisão semântica, a neutralidade emotiva, a economia formal e semântica e a sistematização conceptual; tem ainda tendência para definir os seus conceitos; controlar a polissemia e a homonímia, suprimir os sinónimos e neutralizar a afectividade, a subjectividade e as funções conotativas e estéticas no seu sentido mais estrito. (KOCOUREK , 1982 : 26).

2. DELIMITAÇÃO DA ÁREA DO SABER: ECONOMIA MONETÁRIA

2.1. Escolha do domínio

A escolha do "macro-domínio" Economia está justificado de acordo com o que expusemos na introdução desta dissertação. Contudo, essa selecção resulta também do trabalho que temos vindo a desenvolver desde algum tempo, sobre questões associadas à Terminologia da Economia (COSTA, 1988; 1989; 1990; 1991 e 1992). A ideia de trabalhar a ECONOMIA MONETÁRIA deriva, em parte, da constatação da escassez ou inexistência da investigação terminológica nesta área do saber que responda às necessidades profissionais dos economistas portugueses especializados em Economia Monetária, cada vez mais envolvidos nestas questões à escala europeia.

O problema que se punha à partida era um problema de selecção das obras para proceder à colecta, armazenagem e análise de termos e dos respectivos contextos, no quadro da concepção e realização de um *corpus*.

Esta etapa da investigação exigiu a reflexão sobre as condições a que deveria obedecer a escolha das obras para objecto de análise. O procedimento adaptado baseou-se numa "amostra ocasional". Segundo D'HAINAUT uma amostra ocasional *"é uma amostra extraída da população, segundo um método de selecção orientado por razões de comodidade para o experimentador ou para o observador, e pela preocupação de não introduzir outros factores de selecção susceptíveis de fazer diferir o valor do carácter observado na amostra, relativamente ao seu valor na população. (...) Uma*

amostra ocasional não é representativa da população e não podemos extrair dela quaisquer conclusões relativas à população. (...) Contudo, uma amostra ocasional pode convir para estudar a metodologia duma investigação(...)." (1990: 17-18)

Baseámo-nos na "amostra ocasional" tendo em consideração as seguintes condições:

condição 1 - obras de especialidade, excluindo revistas, jornais e outro tipo de publicações de divulgação mais ampla. Esta condição deve-se ao facto de termos optado por estudar a terminologia no contexto da língua de especialidade e não no contexto da língua **banalizada** ou **vulgarizada**. Ao centrar a atenção noutro tipo de publicações, que não as obras de especialidade, teríamos forte probabilidade de encontrar um vocabulário banalizado e/ou vulgarizado.

A **banalização lexical** é um conceito estudado por GALISSON (1978) que defende que a língua banalizada é uma "língua paralela" que se justapõe a uma "língua científica e técnica".

A **vulgarização** consiste na passagem de um termo científico para o vocabulário da língua corrente ou para os vários níveis intermédios que muitas vezes correspondem aos vários graus de vulgarização das ciências e das técnicas.(LINO c: 1989)

condição 2 - obras editadas em língua portuguesa, excluindo o português do Brasil, das ex-colónias e a tradução.

condição 3 - obras editadas entre 1982 e 1992, os cinco anos que antecedem a adesão de Portugal à CE e os cinco que se seguem à

adesão constituem um período de maior produção de textos do domínio em análise, consequentemente com maior probabilidade de êxito na "alimentação" do *corpus*.

condição 4 - textos específicos sobre o *Sistema Monetário Europeu* (SME) de entre os que compõem as obras do domínio da *ECONOMIA MONETÁRIA*. Efectivamente, o tratamento de todos os textos, contextos e termos da *ECONOMIA MONETÁRIA* era inviável, senão impossível, face às restrições de tempo.

A escolha recaiu sobre quatro obras da área:

- ECU (European Currency Unit). Moeda Europeia de Margarida Isabel Mano Lopes dos Santos, Coimbra Editora, 1991;
- A Europa no Mundo: o Futuro. Intervenções na IV Conferência anual do Semanário Económico, 1991;
- Moeda e Instituições Financeiras de Walter Marques, D.Quixote, Lisboa, 1991;
- A Política Monetária nas Comunidades Europeias, de Jorge de Jesus Ferreira Alves, Coimbra Editora, 1989.

As obras acima referidas, cuja busca foi realizada em livrarias especializadas, destinam-se a um público fortemente especializado em Economia.

A primeira é uma tese de doutoramento publicada em 1991. É importante sublinhar a extrema especificidade do tema, mesmo no contexto do domínio do *Sistema Monetário Europeu*. De facto, esta

publicação tem por objectivo ilustrar, por um lado, quais as razões que levaram as Comunidades Económicas Europeias, em 1979, a optar por "*uma unidade cubaz como elemento central do Sistema Monetário Europeu.*" (SANTOS, 1991 : Introdução), por outro, discutir sobre as limitações "*que hoje, perante o desafio da União Monetária e Económica, o Ecu-cubaz enferma.*" (SANTOS, 1991 : Introdução).

A segunda obra, são as Actas de uma conferência, cujas comunicações versam sobre um conjunto de temas de cariz económico e político, em que a *União Económica e Monetária* ocupa um lugar preponderante.

A terceira obra é a compilação de cursos semestrais leccionados pelo autor na Universidade Católica e no Instituto Superior de Gestão. Como afirma o próprio autor, é da "*(...) análise teórica dos fenómenos de oferta e procura da moeda, da inter-relação entre a moeda e a economia real e das razões técnicas do controlo monetário que tratará o presente volume (...).*" (MARQUES, 1990 : 10)

Finalmente, a quarta obra pretende dar uma panorâmica de "*Política Monetária, em geral, e da evolução Política Monetária das Comunidades em particular.*" (ALVES, 1989 : Nota Prévia). Esta obra está dividida em três grandes partes: Parte I - Introdução à Política Monetária; Parte II - Primeira Experiência Monetária Europeia; Parte III - A Política Monetária Europeia.

Qualquer uma destas obras, como acabámos de verificar, refere-se a temas muito específicos dentro da *Economia*, o que pressupõe que o público a quem se dirige, é um público especializado. Pensamos, por

consequente, que o objectivo de cingirmos a nossa investigação à língua de especialidade em exclusivo, está deste modo assegurado.

2.2 . Primeira abordagem

Após uma primeira leitura das quatro obras, seleccionámos todos os capítulos que estão relacionados com o *Sistema Monetário Europeu*. Desses capítulos, fizemos o levantamento manual de aproximadamente 1381 unidades terminológicas e dos respectivos contextos.

Considerando que parte da nossa investigação consiste no estudo lexical das **lexias complexas** (cf, ponto 5), limitámo-nos, nesta primeira fase, à selecção destas unidades. A lexia complexa é , no *corpus*, uma unidade terminológica, isto é, um termo, constituído por um, dois ou mais elementos (cf. ponto 5.2)

2.2.1. Ficha de Trabalho

Para a armazenagem das unidades terminológicas, criámos um ficheiro no suporte lógico TEXTO, em ambiente MS-DOS, cuja ficha é constituída por três campos terminológicos:

UT - Unidade terminológica. Neste campo introduzimos a unidade terminológica, representante de uma conceito.

TIT - Neste campo, introduzimos o título da obra e a página em que a unidade terminológica foi encontrada.

DATA - Este último campo do nosso ficheiro de trabalho é reservado à indicação do ano em que a obra foi publicada.

Os dois primeiros campos servem para se registar informação linguística, enquanto que no último, regista-se informação documental.

Toda a informação contida nesta ficha terminológica diz respeito à unidade terminológica registada no campo UT.

2.2.2 Termos genéricos / Hiperónimos

Após uma primeira triagem, observámos que as unidades terminológicas se agrupavam em **campos conceptuais** e **campos terminológicos**.

Por **campo terminológico** entende-se um grupo de termos ligados por uma relação formal e / ou semântica. (KOCOUREK, 1982 : 168)

Por outro lado, entendemos por **campo conceptual** um conjunto de conceitos que possuem afinidades temáticas entre si, e que podem ser agrupados em torno de uma conceito-chave. Ex:

mercado bancário
mercado cambial
mercado comum
mercado de capitais
mercado de curto prazo
mercado de eurodólares
mercado de obrigações
mercado do ecu privado
mercado europeu
mercado financeiro
mercado financeiro europeu

mercado global
mercado interbancário
mercado interno
mercado mundial das indústrias
mercado obrigacionista
mercado oficial
mercado oficial do Ecu
mercado transparente
mercado único
mercado único em 1993
mercado único em 92
mercado único europeu
taxas de juro do mercado

Este conjunto de unidades terminológicas forma um campo terminológico, na medida em que todas as unidades gravitam em torno da forma *mercado*. A relação semântica decorre da relação formal: todas as unidades terminológicas têm em comum os semas (traços semânticos) que constituem a forma *mercado*.

A distinção entre as várias unidades terminológicas deve-se à expansão à direita e à esquerda (menos frequente) do termo *mercado*.
Ex.: *mercado europeu*, *mercado do ECU privado*, etc.

Partindo do conceito de campo terminológico, pode criar-se um paradigma hierarquizado:

mercado	oficial	
mercado	oficial do	ECU

mercado	único	
mercado	único	em 1993
mercado	único	em 92
mercado	único	européu

Quanto mais a unidade se expande à direita, mais monossémica tende a ser a unidade terminológica, na medida em que *mercado oficial do ECU* se delimita das outras unidades "*mercado*" pela sua própria estrutura lexical. *Mercado oficial do ECU* é uma unidade mais específica que *mercado oficial*.

Em Terminologia, o campo terminológico não deve constituir um conjunto arbitrário de termos; deve, sim, reflectir um campo conceptual coerente que, por sua vez, pertence a um sistema conceptual.

O campo terminológico apresentado é o reflexo de um campo conceptual: todas as unidades terminológicas agrupam-se à volta de uma conceito-chave: *mercado*. O conceito *Mercado* pode ser considerado um **hiperónimo** uma vez que a sua **compreensão** se manifesta através da denominação *mercado*, nos conceitos apresentados.

O que delimita uma conceito de outro, ou seja, o que distingue *mercado de eurodólares* de *mercado de obrigações*, é a extensão do conceito. Por extensão, entende-se o conjunto de propriedades contidas, neste caso, em *eurodólares* que não corresponde ao conjunto de propriedades que caracteriza *obrigações*, encontrando-se ambas ao mesmo nível de abstracção:

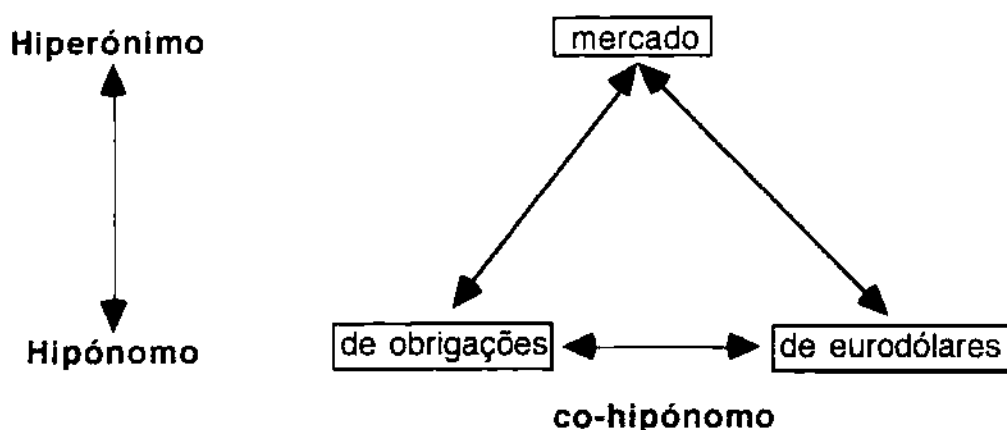


Fig. 2

Estes dois exemplos têm em comum as propriedades contidas em *mercado*, daí que este seja o hiperónimo, ou seja, o termo mais genérico, enquanto que *mercado de obrigações* e *mercado de eurodólares* são *hipónimos*; são mais específicos, porque são menos globalizantes. Os dois são co-hipónimos por no sistema conceptual terem o mesmo grau de abstracção e se encontrarem a um mesmo nível, face ao hiperónimo.

No *corpus* constituído, *mercado* não é caso único. Das 1381 unidades terminológicas, isolámos 41 conceitos chaves à volta dos quais se agrupam 706 termos:

- 1 ACTIVO
- AUTORIDADE
- BALANÇA
- BANDAS
- CABAZ
- CÂMBIO
- CIRCUITO
- CIRCULAÇÃO
- CONTA
- 10 COTAÇÃO
- CRÉDITO

	DÉBITO
	DESEQUILÍBRIO
	ECU
	ESTABILIDADE
	FLUTUAÇÃO
	HARMONIZAÇÃO
	INSTABILIDADE
	INSTRUMENTO
20	JURO
	LIMITE
	MARGEM
	MECANISMO
	MERCADO
	MOEDA
	MONTANTE
	MOVIMENTO
	OPERAÇÃO
	PAGAMENTO
30	PARIDADE
	PESO
	PREÇO
	SALDO
	SISTEMA
	TAXA
	TÍTULO
	TRANSFERÊNCIA
	TRANSACÇÃO
	UNIDADE
40	VALOR
	VARIAÇÃO

2.3. Constituição da árvore do domínio

A **árvore de domínio** é uma representação em forma arborescente do sistema conceptual hierarquizado. Com a constituição

desta árvore pretendemos atingir dois objectivos: visualizar o sistema conceptual e explicitar a sua estrutura. A árvore do domínio permite-nos uma melhor compreensão das relações hiperonímicas, hiponímicas e co-hiponímicas, ou seja, das relações conceptuais. (RENAUD, 1983) Citando KANDELKAI, ZOLONDEK (1988: 28), acrescenta: "*Il [árvore do domínio] crée l'image de l'objet étudiée.*"

Como construir então uma árvore de domínio?

2.3.1. Documentação

Para delimitar o campo de estudo, o terminólogo tem em primeiro lugar de se familiarizar com a área do domínio.

Na elaboração da árvore de domínio recorremos a várias fontes documentais:

- os *Thesaurus*: EUROVOC; SPINES THESAURUS;
- Sistemas de classificação;
- os *curricula* das Licenciaturas em Economia da Universidade Nova de Lisboa e da Universidade Técnica de Lisboa.

2.3.1.1. Thesaurus

Não se deve confundir *thesaurus* com árvore de domínios nem com glossários, e como tal devem ser utilizados de modos diferentes.

O *thesaurus* é um sistema de classificação que serve fins documentais. Enquanto que o *thesaurus* estabelece relações analógicas e/ou hierárquicas entre descritores, a árvore do domínio pretende dar

conta das relações entre os conceitos. *"Um thesaurus permite traduzir em termos de indexação ou em termos de investigação um conceito que deve entrar ou sair de um dado sistema documental....É constituído por um conjunto de termos (descritores e não-descritores) e de relações que definem os seus conteúdos semânticos"*. (EUROVOC, 1987: 5).

O *thesaurus* faz uso de três tipos de relações semânticas as **relações de equivalência** (*"As relações de equivalência remetem para os vários sinónimos e quase sinónimos de um conceito a um descritor único correspondente."* (EUROVOC, 1987 : 5); as **relações hierárquicas** (*"As relações de hierarquia exprimem as relações de superioridade e de subordinação entre os descritores de vários níveis e fornecem um contexto preciso a cada descritor."* (EUROVOC, 1987: 6) e as **relações associativas** (*"As relações associativas indicam analogias de significações ou um conjunto de relações ligadas entre elas e permitem precisar ou alargar o assunto no quadro de uma pesquisa documental."*(EUROVOC, 1987: 6).

Uma árvore de domínio é geralmente mais específica que o *thesaurus*. Por seu lado, o *thesaurus* diferencia-se do glossário por este ser *"un dictionnaire qui donne sous forme de simples traductions le sens de mots rares ou mal connus."* (DUBOIS, 1973 : 234).

O *thesaurus* EUROVOC (1987: 5), *"cuja finalidade é cobrir o conjunto dos centros de interesse dos parlamentares das instituições e dos Estados-Membros"*, é constituído por 3 tomos ¹. O tomo 1 corresponde ao *Thesaurus* alfabético; o tomo 2 ao *Thesaurus* temático e o tomo 3 ao *Thesaurus* multilingue.

¹Entretanto já saiu o tomo 4.

Interessámo-nos particularmente pela lista de áreas e de *microthesaurus* que está subjacente aos 3 volumes e pelo tomo 2, isto é, o *Thesaurus* temático. A *Economia* enquanto "macro-economia" está presente em várias áreas: a *actividade económica; intercâmbios económicos e comerciais; finanças; empresas e trabalho*. A *Economia*, enquanto *Ciência Económica*, não ocupa um lugar preciso e determinado.

O mesmo não acontece com o *SPINES THESAURUS* publicado pela UNESCO em 1988. Este *thesaurus*, tal como o EUROVOC, é multilingue. Para além das relações semânticas, também apresentadas no EUROVOC, o *SPINES THESAURUS* apresenta as **relações alternativas**: "*Alternative relations are employed as cross-reference from a non-descriptor (for example, a homograph, or too general a term) to two or more descriptors of which only one should be chosen for indexing, according to the context . (...)*" (*SPINES THESAURUS*, 1988: XIII).

O EUROVOC apresenta uma lista de 24 áreas, enquanto que o *SPINES THESAURUS* apresenta uma lista de 34 temas; a *Economia* está representada na classificação 05 Economic and Social development, Economics.

2.3.1.2 Sistemas de classificação

Qualquer **sistema de classificação** tem por objectivo cobrir todos os ramos do conhecimento a um nível geral ou de uma área do saber em particular. Observámos os seguintes sistemas de classificação:

- O sistema de classificação da Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa (FE-UNL);

- A classificação Decimal Universal (CDU) da Federação Internacional de Documentação (UNESCO);
- A "Classification System of Article and Abstract" publicada em 1991 pelo Journal of Economic Literature;
- O sistema de classificação da Comissão das Comunidades Europeias (código LENOCH).

A Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa (FE-UNL) utiliza um sistema de classificação que cobre todas as áreas da Ciência Económica:

- E (000) Economia Geral; Teoria; História; Sistemas.
- E (100) Crescimento Económico; Desenvolvimento; Planeamento; Flutuações.
- E (200) Estatística Económica; Informática; Métodos Quantitativos.
- E (300) Teoria Monetária; Moeda; Teoria Orçamental e Instituições.
- E (400) Economia Internacional.
- E (500) Economia de Empresa; Marketing; Contabilidade.
- E (600) Economia Empresarial; Mudança Tecnológica; Estudos de Indústrias.
- E (700) Agricultura e Recursos Naturais.
- E (800) Mão de Obra; Trabalho; População.
- E (900) Programa Económico de Bem Estar; Economia do Consumidor; Economia Urbana e Regional.

A classificação CDU uniformiza os critérios de classificação e controla os índices CDU aplicados a todos os tipos de documentos. A

tabela contem os índices de 0 a 9, que cobrem todos os ramos de conhecimento a um nível geral ²:

- 0 - Generalidades. Ciências e Conhecimento. Organização.
Informação. Documentação. Biblioteconomia. Instituições.
Publicações.
- 1 - Filosofia. Psicologia.
- 2 - Religião. Teologia.
- 3 - Ciências Sociais. Estatística. Política. Economia. Comércio.
Direito. Administração Pública. Forças Armadas.
Assistência Social. Seguro. Educação. Folclore.
- 4 - (Vago)
- 5 - Matemática e Ciências Naturais.
- 6 - Ciências Aplicadas. Medicina. Tecnologia.
- 7 - Artes. Belas-Artes. Diversões. Desportos.
- 8 - Linguagem. Linguística. Literatura.
- 9 - Geografia. Biografia. História.

A área da *Economia* divide-se nos seguintes sub-temas:

33 Economia. Ciência Económica

- 330 Economia em geral.
- 331 Trabalho. Emprego. Empregadores, Empregados.
Economia do Trabalho. Organização do Trabalho.
- 332 Economia da Terra e da Propriedade. Economia da
Habitação. Economia Regional e Territorial.

²Documento em uso na BN

334 Organizações. Acordos para Actividades Económicas.

Sistema de Cooperativa.

336 Finanças. Finanças Públicas. Alfândega e Impostos.

Bancos. Sistemas Monetários.

338 Situação Económica. Política Económica. Administração

Económica. Planeamento Económico. Produção.

Serviços. Preços.

339 Comércio. Relações Económicas Internacionais.

Economia Mundial. Economia Global.

Também consultámos a Classificação publicada no Journal of Literature de 1991 que obedece à seguinte estrutura:

A Economia Geral e Ensino

B Metodologia e História do Pensamento

C Métodos Matemáticos e Quantitativos

D Microeconomia

E Macroeconomia e Economia Monetária

F Economia Internacional

G Economia Financeira

H Economia Pública

I Saúde, Educação e Programas de Bem Estar

J Economia do Trabalho e Demografia

K Direito

L Organização Industrial

M Gestão de Empresas e Economia de Empresas

N História Económica

- O Desenvolvimento Económico, Mudança Tecnológica e Crescimento
- P Sistemas Económicos
- Q Economia Agrária e dos Recursos Naturais
- R Economia Urbana, Rural e Regional
- Z Outro Tópicos Especiais

Por último, consultámos o sistema de classificação em uso no EURODICAUTOM, banco de dados terminológico cuja finalidade é apoiar tradutores e intérpretes das Comunidades Europeias.

Este sistema de classificação, também conhecido pelo **código LENOCH**, nome do autor responsável pela criação da classificação, insere-se no campo CM (code matière) da ficha terminológica do EURODICAUTOM. O código LENOCH, código alfanumérico de três posições, dá conta da "*Table des divisions principales*" e da "*Classification*" que corresponde às subdivisões dos ramos do conhecimento. A tabela dá conta dos ramos do conhecimento da seguinte forma:³

- AD Administration publique et privée
- AG Economie d'alimentation
- AR Beaux-Arts
- AS Assurances
- AT Industries nucléaire (et physique atomique et nucléaire appliquée)

³A versão que apresentamos, é a versão francesa, sendo os códigos alfanuméricos os mesmos para qualquer língua da Comunidade.

AU Automatismes
BA Construction et génie civil
BZ Botanique et zoologie
CE Communautés européennes
CH Chimie
CO Commerce - Distribution des marchandises
DE Défense des Etats
DI Documentation et Information
DO Science ménagère
EC Economie
ED Education et enseignement
EL Electrotechnique
EN Environnement
FI Finances, impôts et douanes
GE Généralités
GO Terre et univers
HI Histoire - Ethnologie - Folklore
IC Industries chimiques
IN Industries et professions diverses
JU Droit
LA Linguistique et Littérature
MA Mathématiques
ME Sciences médicales et biologiques
MG Mécanique générale
MI Industrie minière
NO Normalisation et métrologie
CO Communications à distance

OR Organisations internationales
PG Publications - Arts graphiques
PH Physique
PO Politique
RP Religion et philosophie
SC Coopératives
SI Sidérurgie et fonderie
SO L'Homme et la société
SP Sports - Divertissements - Loisirs
ST Statistiques
TE Techniques et industries en général
TR Transports
TS Terre et sol - Propriété
TV Travail

Repare-se que nesta tabela, a Economie está dividida em várias grandes áreas: AS ; EC; FI entre outras. As grandes áreas que nos interessam directamente são essencialmente a **EC Economie** que se subdivide como se segue:

EC1 Généralités
EC2 Instituts - Offices - Entreprises
EC3 Organismes
EC4 Notions Fondamentales
EC5 Productivité
EC6 Production
EC7 Formes des Entreprises
EC8 Gestion des Entreprises

EC9 Distribution, Utilisation et Conservation ou Maintien des Biens
et des Services

ECA Politique Economique

ECB Prix de revient

ECC Succursales

ECZ Professions

A classification **FI** *Finances, Impôts et Douanes* também nos
interessa particularmente:

FI1 Généralités

FI2 Instituts - Offices - Entreprises

FI3 Organismes

FI4 Théorie des Finances et des Impôts

FI5 Finances Publiques

FI6 Impôts

FI7 Douanes

FI8 Argent - Monnaie

FI9 Bourse - Marché des Capitaux

FIA Crédit et Paiements

FIB Intérêts

FIC Banques

FID Epargne

FIE Autres Organismes de Prêt

FIF Loteries

FIZ Professions

2.3.1.3. *Curricula* e programas

Considerámos pertinente a consulta de alguns *curricula* de cursos e programas de cadeiras directamente relacionados com o domínio escolhido.

Assim, tivemos acesso aos *curricula* dos Novos Planos de Estudo da Licenciatura em Economia do Instituto Superior de Economia e de Gestão da Universidade Técnica de Lisboa, inseridos no relatório-síntese elaborado em Novembro de 1992 pelo Conselho Científico do referido Instituto. Estes novos programas prevêem duas cadeiras de Economia Monetária (I e II), no primeiro e no segundo semestre do 3º ano numa Licenciatura em Economia, com a duração de 4 anos, regime diurno. No regime nocturno, da mesma Licenciatura, com uma duração de seis anos, a cadeira de Economia Monetária I pertence ao primeiro semestre do 4º ano e Economia Monetária II pertence ao primeiro semestre do 5º ano. Existe ainda uma cadeira de Economia Portuguesa e Europeia no primeiro semestre do 6º ano.

Os conteúdos programáticos são os seguintes:

ECONOMIA MONETÁRIA I

- . Moeda institucional e funcional. Formas monetárias e agregados.
- . Criação de moeda, procura e oferta de moeda.
- . Agentes e instituições monetárias: Banco Central, Tesouro e outros .
- . Papel Monetário do Tesouro.
- . Política Monetária.

- . Mecanismos financeiros da economia. Os principais mercados.

ECONOMIA MONETÁRIA II

- . Moeda e activos financeiros.
- . Agentes e instrumentos financeiros.
- . Estrutura temporal das taxas de juro.
- . Risco de rendimento dos activos financeiros.
- . Modelos de avaliação de activos financeiros.
- . Arbitragem, especulação e cobertura nos mercados financeiros.
- . Problemas de gestão da carteira de activos financeiros.
- . Mercados a prazo, mercados de futuros e seguros da carteira.

ECONOMIA PORTUGUESA E EUROPEIA

Seminário que tem como objecto os problemas fundamentais das economias portuguesa e europeias e a integração da economia portuguesa na comunidade europeia.

No *curriculum* actual, a cadeira Política Monetária é uma opção condicionada que funciona no 5º ano da Licenciatura. Os tópicos programáticos principais são os seguintes:

1. Introdução.
2. Revisão de conceitos.
3. Política Monetária: sua abordagem global.
4. Mecanismos de transmissão da Política Monetária.
5. Política Monetária em economia aberta.
6. Política Monetária aplicada.

Neste mesmo Instituto existe ainda um Mestrado em Economia Monetária e Financeira, cujo plano de estudos obedece aos seguintes tópicos:

1º Semestre

- . Macroeconomia e Teoria Monetária.
- . Métodos Quantitativos.
- . Teoria dos Mercados Monetários e de Capitais.

2º Semestre

- . Economia dos Intermediários Financeiros.
- . Política Monetária e Cambial.
- . Seminário.

Na Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa consultámos o programa da Cadeira Economia Europeia em que a 3ª parte é dedicada à *Integração Monetária*, onde o *ECU* e o *Sistema Monetário Europeu (SME)* constituem tópicos importantes:

O ECU

- . Emergência do cabaz.
- . Definição.
- . Cálculo das cotações diárias oficiais.
- . Dicotomia ECU oficial-ECU privado.
- . A utilização oficial do ECU

O SISTEMA MONETÁRIO EUROPEU

- . Apresentação sinóptica.
- . Fixação das paridades.

- . O indicador de divergência.
- . Tipos de intervenção cambial.
- . Mecanismos de crédito.

Toda esta organização curricular e programática, assim como os *Thesaurus* e os sistemas de classificação permitiram-nos ter uma visão bem mais clara sobre a forma como a *Economia* se situa relativamente às outras áreas do saber bem como perceber como é que a ciência económica se subdivide.

Os *curricula* e os programas correspondem a uma organização conceptual dentro de um subdomínio, que constituem as cadeiras das respectivas licenciaturas, que não podemos ignorar.

Estamos cientes que tanto os *Thesaurus*, como os sistemas de classificação são construídos em função da indexação, isto é, em função da documentação. A função do documentalista e do terminólogo não é a mesma. No entanto, o terminólogo não pode ignorar o trabalho de classificação que já foi previamente elaborado e deve tê-lo como ponto de referência na constituição das árvores dos domínios.

2.3.2. Um modelo de árvore de domínios e de subdomínios

Após a consulta documental que acabámos de levar a cabo, elaborámos as árvores de domínios e de subdomínios conforme consta nos modelos apresentados (cf. pp 51-59).⁴

⁴Os modelos foram discutidos com especialistas da área. Agradecemos à Prof^a Dr^a Manuela Arcanjo, à Prof^a Dr^a Antonina Lima e particularmente à Dr^a Margarida Abreu, o interesse e empenho com que analisaram a nossa proposta de modelo e as críticas que, naturalmente, sobre ela fizeram.

Derivado da análise precedente (cf. ponto 2.3.), a *Economia* assume no modelo proposto, o carácter de **grande genérico**, que corresponde ao **Nível I** (cf. Fig. 4) na hierarquia vertical do esquema arborescente, do qual deriva o **Nível II**, isto é, o **domínio genérico**, que abarca a *Economia Monetária*. No modelo apresentado (cf. Fig. 4A), a *Economia Monetária* desmembra-se em sete **subdomínios** (**Nível III**) (cf. Fig. 4B; 4C; 4D; 4E; 4F; 4G; 4H). Para cada um dos subdomínios, elaborámos um modelo de árvore e em alguns casos obtivemos um **Nível IV** (cf. fig): o **domínio específico**. (DEPECKER, 1991: 60).

DEPECKER (1990 : 60), no seu modelo de "Árvore de domínios, subdomínios e domínios específicos de Teledetecção", apresenta os quatro níveis que acabámos de referir. No entanto, alguns dos modelos apresentados hierarquizam-se, para além dos quatro níveis acima referidos, em mais dois níveis inferiores, que convencionámos designar de **Nível V** (cf. Fig. 4B; 4D; 4E; 4F; 4G.) e de **Nível VI** (cf. Fig. 4E).

Tendo em conta que a terminologia de DEPECKER não contempla os Níveis V e VI, recorremos à terminologia de G. QUEMADA (1983: XIV). No seu dicionário, esta autora propõe quatro subdivisões (1983: XVI) na hierarquia vertical, que são os **domínios**, os **subdomínios**, os **classificadores** e os **subclassificadores**.

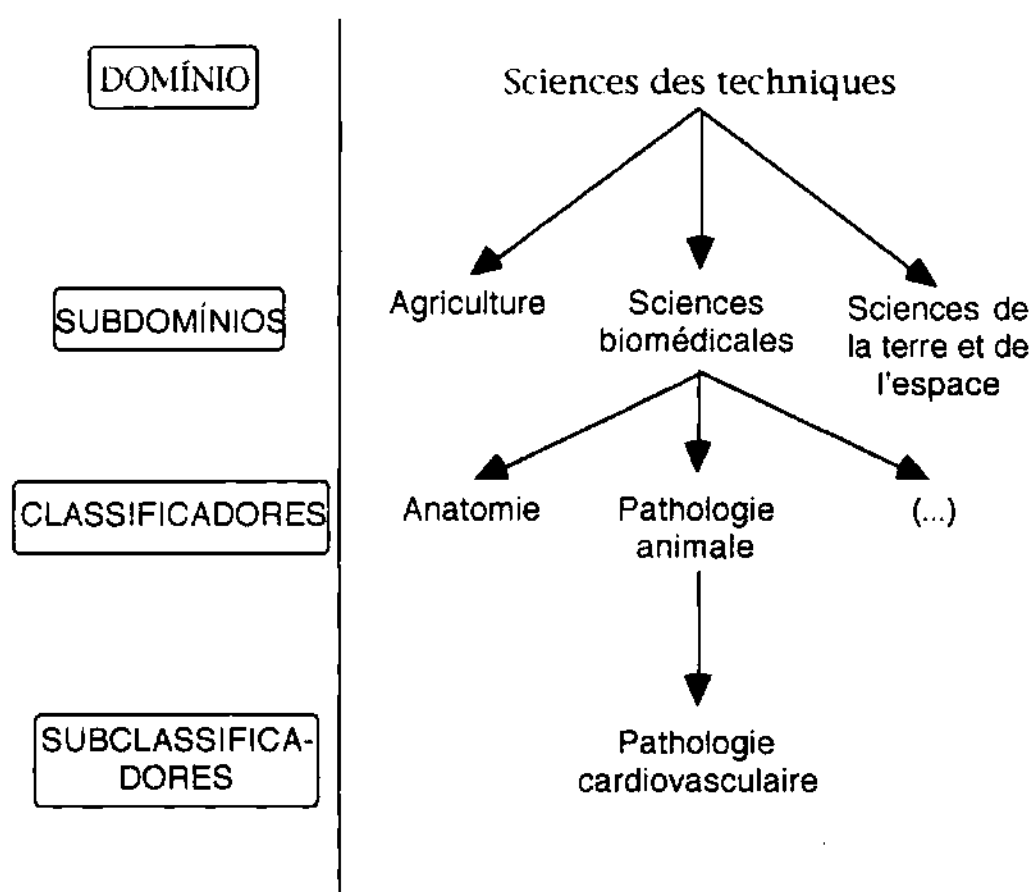


Fig. 3

Considera G. QUEMADA (1983: XV) que os classificadores "*constituent les vedettes entraînant à leur suite toutes les dénominations qui leur ont été rattachées (...). Lorsque les sous-classificateurs ont été nécessaires, ceux-ci font office de sous-vedettes (...)*".

Para a realização deste trabalho, inspirámo-nos, por um lado, na terminologia proposta por DEPECKER, que utilizámos na íntegra, por outro, utilizámos, em parte, as designações de G. QUEMADA. Constituímos assim a seguinte tipologia:

- NÍVEL I - Grande genérico
- NÍVEL II - Domínio genérico
- NÍVEL III - Subdomínio
- NÍVEL IV - Domínio específico
- NÍVEL V - Classificador
- NÍVEL VI - Subclassificador

O **classificador** e o **subclassificador** são etiquetas semânticas que recobrem conceitos, cuja função é delimitar o domínio específico (nível IV) e estabelecer fronteiras conceptuais para delinear, o mais precisamente possível, um sistema conceptual. No entanto, não nos parece pertinente, um classificador ou um subclassificador figurar no campo DOM e SDOM da ficha terminológica (cf. pp. 92-93), uma vez que a área do conhecimento que recobre é demasiadamente específica.

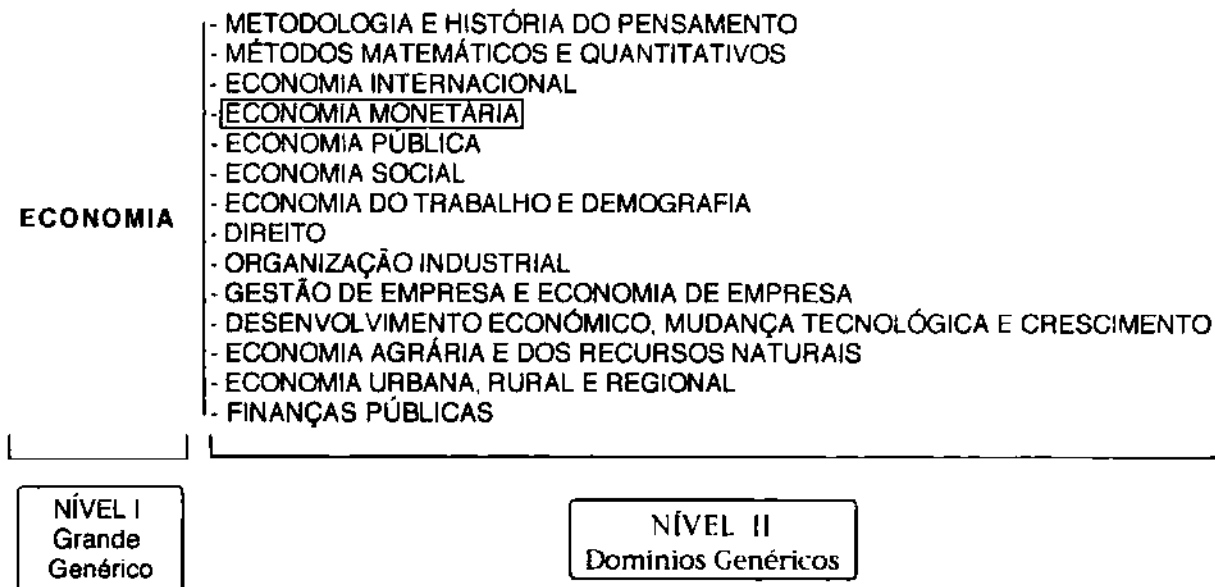


Fig. 4

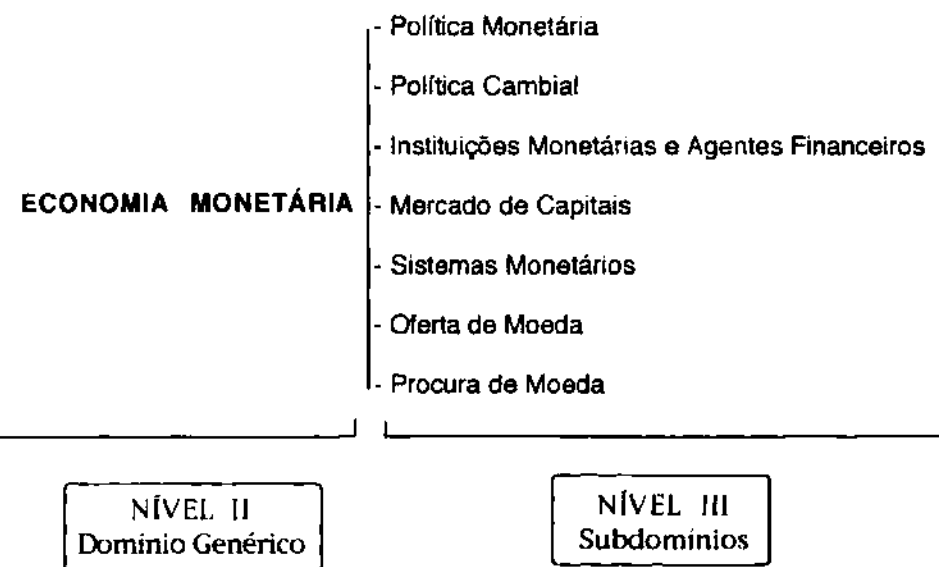


Fig. 4A

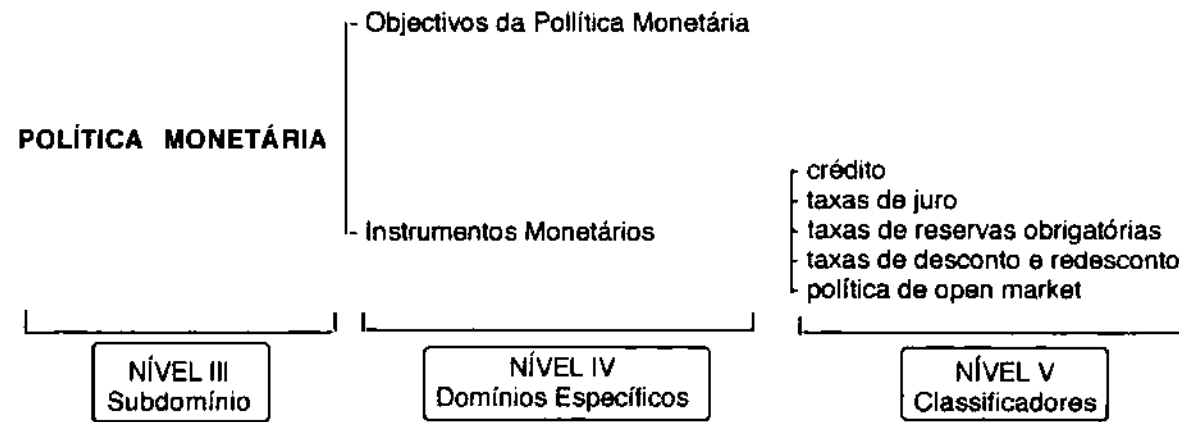


Fig. 4B

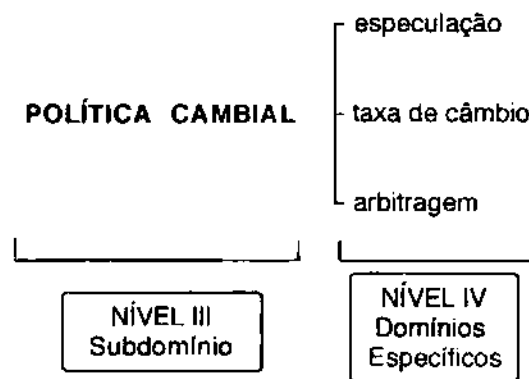


Fig. 4C

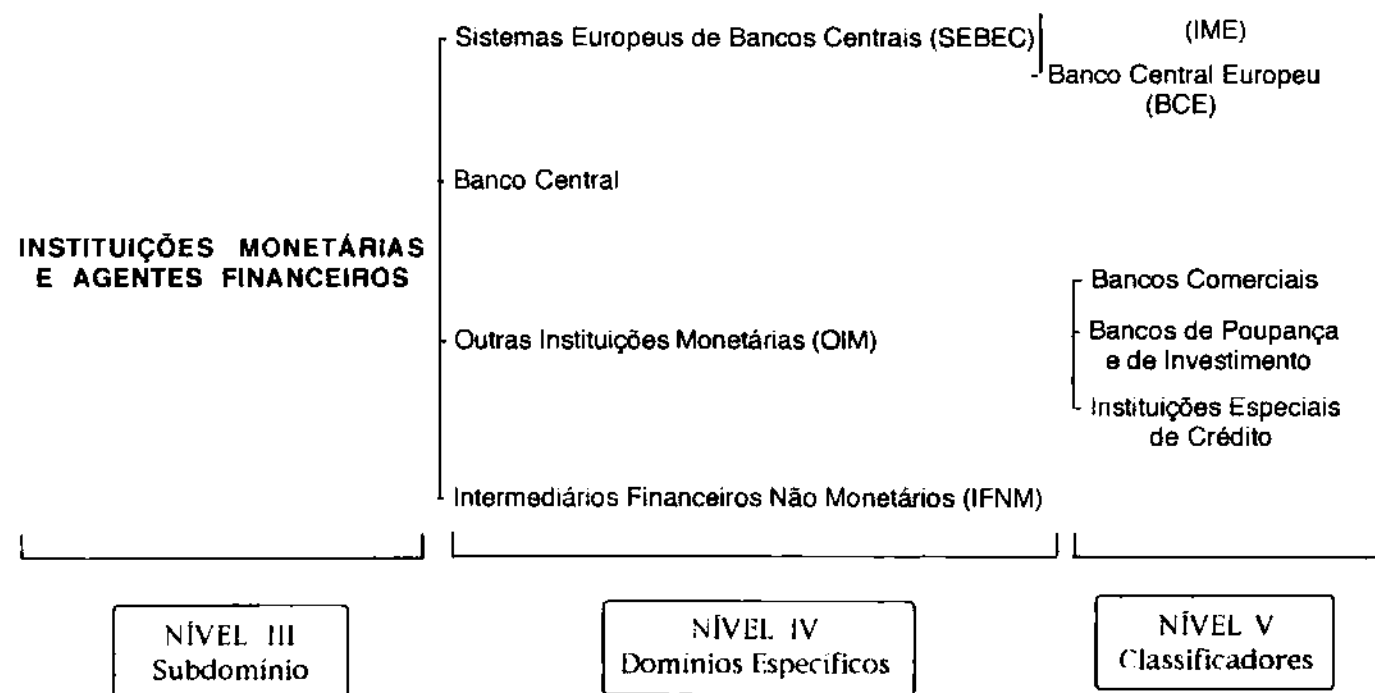


Fig. 4D

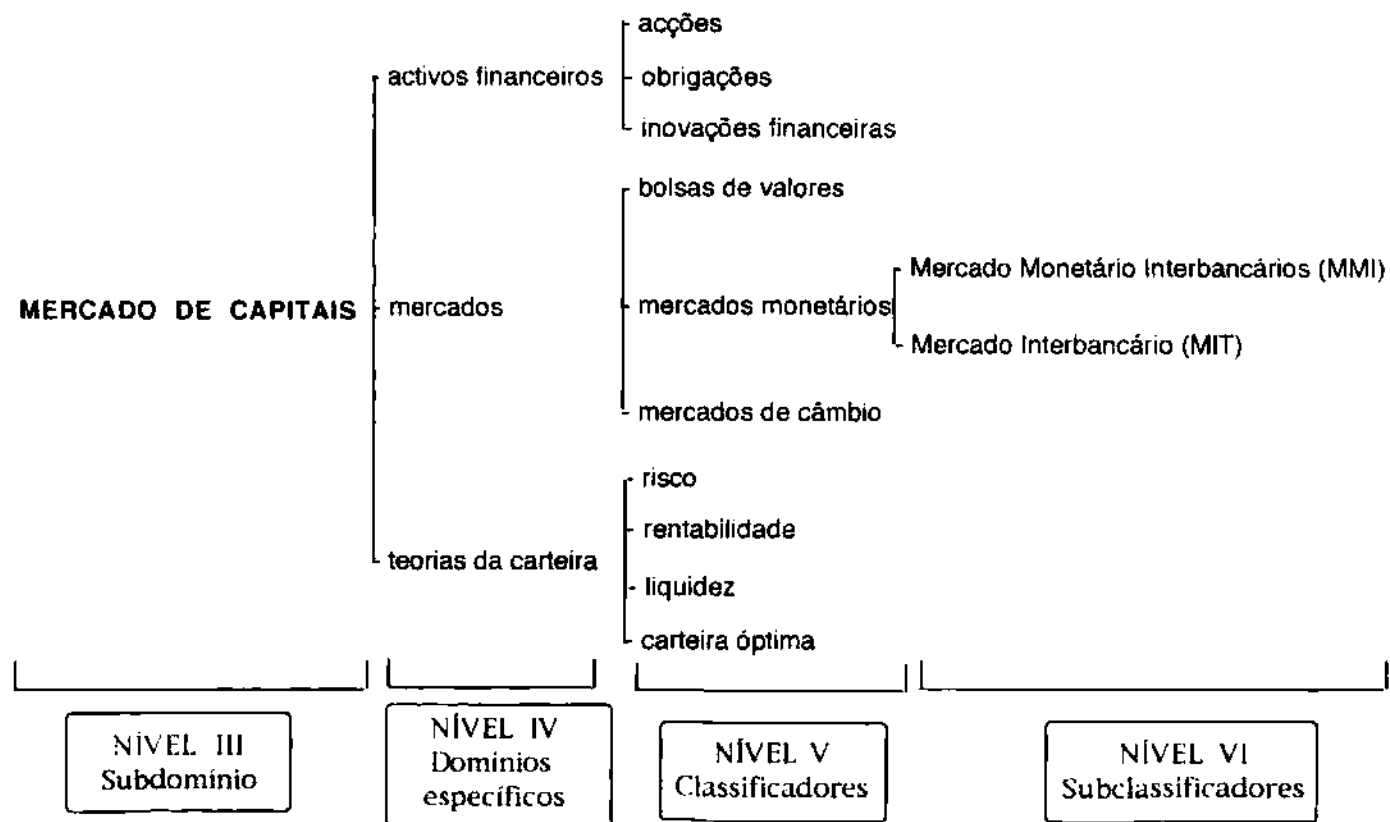


Fig. 4E

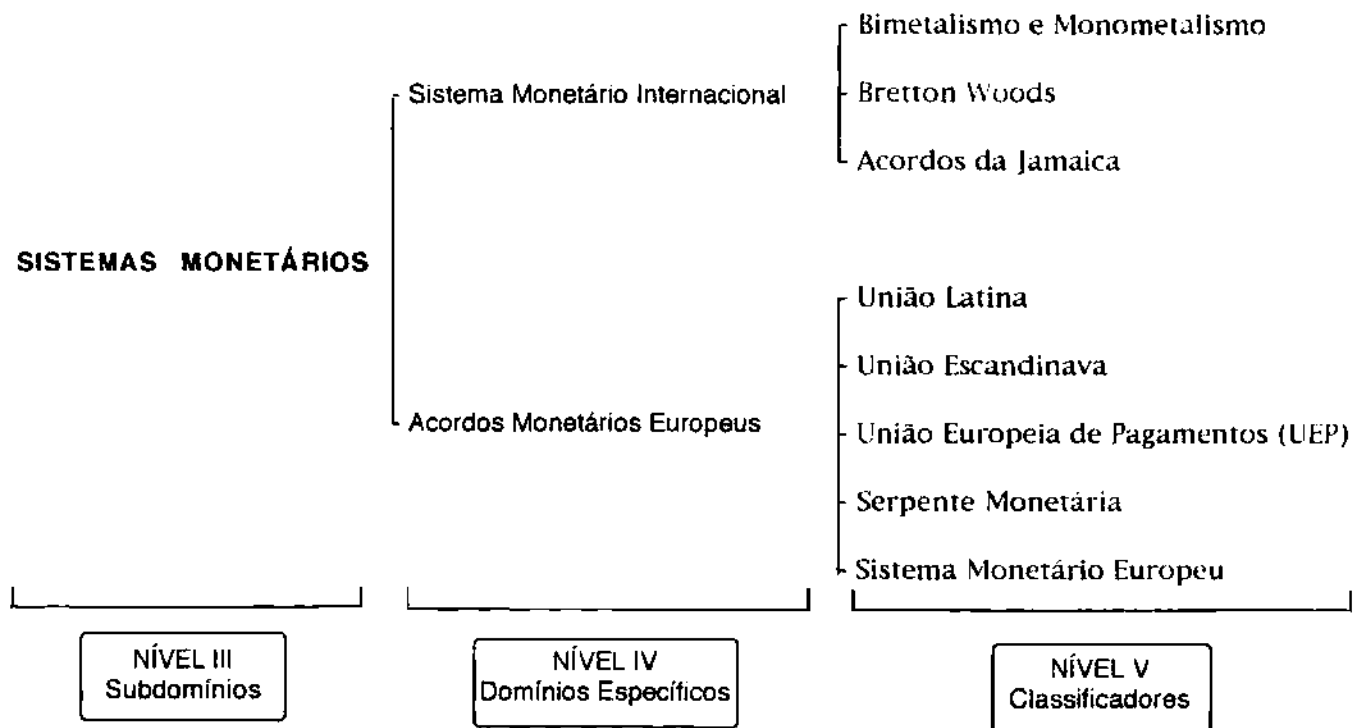


Fig. 4F

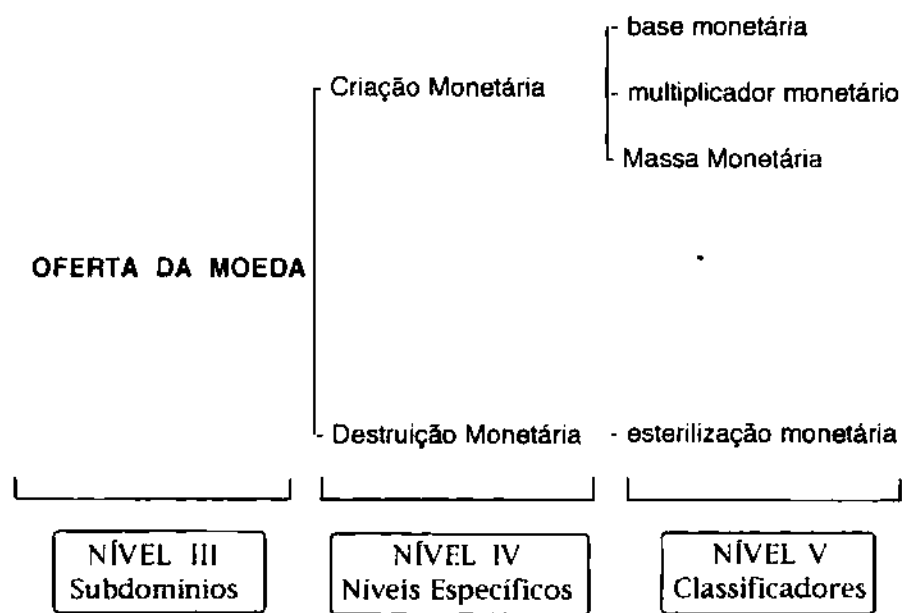


Fig. 4G

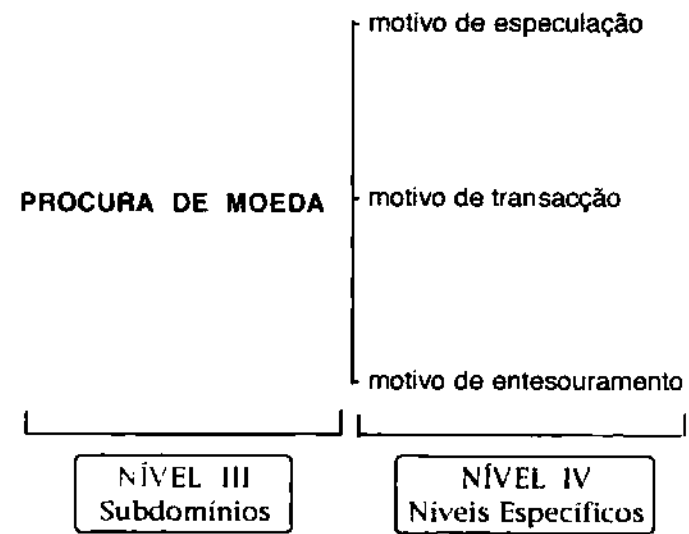


Fig. 4H

3. CONSTITUIÇÃO DO *CORPUS*

3.1. Selecção do *corpus*

A recolha bibliográfica da área da *Economia* foi efectuada em duas Bibliotecas especializadas e numa Biblioteca geral:

- Biblioteca da Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa (FE-UNL);
- Biblioteca do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa (ISEG-UTL);
- Biblioteca Nacional (BN).

Estas três instituições têm as suas bibliotecas informatizadas. Para esse efeito utilizam o suporte lógico Mini-Micro CDS/ISIS. Este suporte lógico (conjunto de programas que permitem criar e gerir uma base de dados não numéricos) possibilitam uma busca automática relacional.

A FE-UNL tem os registos bibliográficos distribuídos por três bases de dados. A primeira contempla as monografias (livros, teses e actas). Em Dezembro de 1992 esta base de dados registava 5081 documentos. A segunda contém periódicos; nos finais de 1992 contava com 5421 registos e a terceira base de dados abarca as publicações da CEE e regista 508 documentos.

Os Serviços Documentais desta instituição têm em uso vários sistemas de classificação. O primeiro sistema contempla três áreas: ECONOMIA, DIREITO e TESES. Os documentos pertencentes ao domínio da *Economia* têm a classificação E (...) (cf. pt 2.3.1.2); os que

pertencem ao domínio do *Direito* têm a classificação K (...) e as *teses* têm a classificação C (630).

As outras duas bases de dados têm uma classificação diferente. Através da classificação (que corresponde à cota) não se consegue identificar a área a que pertence, mas sim a instituição que publicou o documento. Assim, se um documento apresenta a cota IC (...), é um documento publicado por uma Instituição de Crédito. Contudo isto não possibilita a associação imediata da classe a que pertence o documento.

O Journal of Economic Literature, editado em 1991, propõe ainda uma outra classificação (cf. pt 2.3.1.2.) que a Biblioteca também está a adoptar. As classificações que apresentámos coexistem, actualmente, na Biblioteca da FE-UNL.

Nesta Biblioteca, pesquisámos todas as obras publicadas entre 1982 e 1992 na base de dados das monografias, que estão cotadas com E (...) de C (630) (cf. pt 2.3.1.2.).

Dos 5081 registos com a classificação E (...) e C (630), 165 são escritos em língua portuguesa. Neste conjunto de 165 registos verificámos as ocorrências dos 41 conceitos pré-seleccionados (cf. pt 2.2.2.); 27 registos incluem no seu título e/ou descritores os seguintes conceitos:

CONCEITOS	OCORRÊNCIAS
câmbio	3
crédito	2
ECU	1
estabilidade	2
juro	1
mercado	6
moeda	4
preço	4
sistema	9
taxa	2
valor	1

Fig. 5

Na totalidade dos 41 conceitos temos a presença de 11 que, na sua totalidade, registam 35 ocorrências. Dos 27 registos consultámos 7 publicações, que estão directamente relacionadas com assuntos ligados à *Economia Monetária* e à *CE*; dessas 7 publicações optámos por 4 títulos (C.630-112; C.630-120[1]; C.630-120 [2]; E.420-133/A). Desses 4 títulos excluímos dois (C 630-120[1] e C 630-120[2]) por pertencerem ao *corpus* inicial (amostra) (cf. pt 2.1.)

O Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica (ISEG-UT) utiliza a Classificação Decimal Universal (CDU) (cf.2.3.1.2.). A Biblioteca tem 650 registos com a classificação CDU 33 (*Economia, Ciência Económica*); destes, 96 registos são escritos em língua portuguesa. Os 13 conceitos:

CONCEITOS	OCORRÊNCIAS
balança	1
câmbio	1
crédito	6
instrumento	2
juro	1
mercado	14
moeda	4
preço	2
sistema	4
taxa	3
título	2
transacção	1
valor	2

Fig. 6

ocorrem 44 x na totalidade dos títulos e dos descritores.

Dos 96 registos, seleccionámos 6 registos (C.EUR 259/260 - G; C.EUR 269/270 - G; EcF. 569/570-G.I/I; EcF. 574-G; Ec F 689/690-G; C.EUR 310-G), onde encontrámos as 44 ocorrências dos 13 conceitos. Após a consulta das obras fizemos uma selecção final de duas (C.EUR 310-6; C. EUR2 259/260 - 6) por serem as únicas a estarem directamente relacionadas com a *Economia monetária* e a *CE*.

A Biblioteca Nacional utiliza a classificação CDU. Neste caso optámos por restringir a pesquisa à classificação CDU 336 (*Finanças. Finanças Públicas. Alfândega e Impostos. Bancos. Sistemas Monetários*) devido à informação contida nesta Biblioteca ser demasiadamente vasta. Assim, encontrámos 326 registos onde detectámos apenas 20 dos 43 conceitos com 76 ocorrências:

CONCEITOS	OCORRÊNCIAS
activo	1
balança	1
câmbio	5
conta	5
crédito	13
débito	1
ECU	1
instrumento	3
juro	1
mercado	15
moeda	9
movimento	1
operação	1
preço	1
saldo	1
sistema	1
taxa	2
transferência	1
transacção	1
valor	12

Fig. 7

Esta pesquisa, levada a cabo na Biblioteca Nacional, teve por objectivo testar os conceitos e, não, seleccionar obras, como fizemos para as outras duas instituições.

O *corpus* será, assim, constituído pelas obras seleccionadas nas Bibliotecas especializadas.

Dos 41 hiperónimos pré-seleccionados, encontrámos 22 nos títulos e/ou descritores dos registos:

HIPERONIMOS	OCORRÊNCIAS		
	BN	FE	ISEG
ACTIVO	1	-	-
BALANÇA	1	-	1
CÂMBIO	5	3	1
CONTA	5	-	-
CRÉDITO	13	-	6
DÉBITO	1	-	-
ECU	1	1	-
ESTABILIDADE	-	2	-
INSTRUMENTO	3	-	2
JURO	1	1	1
MERCADO	15	6	14
MOEDA	9	4	4
MOVIMENTO	1	-	-
OPERAÇÃO	1	-	-
PREÇO	1	4	2
SALDO	2	-	-
SISTEMA	15	9	4
TAXA	2	2	3
TÍTULO	-	-	2
TRANSFERÊNCIA	1	-	-
TRANSACÇÃO	1	-	1
VALOR	12	1	2

Fig. 8

São estes 22 conceitos que iremos testar no *corpus* seleccionado.

3.2. Base de Dados Textual

De acordo com a selecção bibliográfica efectuada, obtivemos 13 textos diferentes (cf. Bibliografia especializada) pelo facto de uma das obras seleccionadas consistir nas Actas de uma Conferência.

A totalidade do *corpus* é constituído por 45 395 ocorrências, conceito que se define como a "*manifestação.(ou actualização) de um facto linguístico no discurso. Cada realização de um facto linguístico F, num enunciado qualquer, constitui uma ocorrência de F*". (GALISSON. 1983: 523).

Numa primeira fase, os textos são lidos "opticamente" através do programa OMNIPAGE e, posteriormente, enviados ao processador de

textos WORD. O texto fica armazenado em versão "standard". Ao passá-lo para versão "Texte seulement", a informação pode ser processada pelo programa HYPERBASE, que é um programa concebido pelo Profº Etienne Brunet, da U.R.L.9 do Institut National à la Langue Française "Trata-se neste caso de um programa escrito em linguagem HYPERTALK que, por sua vez, exige o HYPERCARD, já que é destinado ao material Macintosh. O HYPERBASE, (...) convém ao processamento de dados linguísticos dos corpus de grande extensão." (MACIEL, 1990: 81).

A base de dados textual é constituída por um conjunto de textos, que se apresenta, ao computador, como uma sequência de caracteres; ao leitor, como uma sequência de palavras.

DAOUST considera, que para o leitor humano, o texto informatizado tem duas dimensões: uma **horizontal** ou **sintagmática**, isto é, "*qui voit le texte se dérouler comme une séquence linéaire correspondant à l'ordre conventionnel de la lecture,*" (1990: 56), a outra **vertical** ou **paradigmática**: "*Cet axe fonctionne dans l'univers de la langue d'usage au sens socio-linguistique, c'est-à-dire, dans les systèmes langagiers et sémantiques partagés par des locuteurs*". (1990: 56). A dimensão sintagmática corresponde à sequência linear do texto, enquanto que a dimensão paradigmática corresponde a um sistema semântico que confere coerência ao primeiro.

Para o desenvolvimento deste trabalho, recorreremos aos dois eixos (sintagmático e paradigmático), utilizando para esse efeito o Hyperbase.

Actualmente, a base de dados textual é um excelente instrumento de trabalho para a Terminologia. No entanto, pensamos que para

optimizar a base de dados textual é necessário conhecer previamente um conjunto de unidades terminológicas, cuja selecção, neste trabalho, obedeceu aos critérios desenvolvidos no ponto 2. Utilizámos assim, o Hyperbase, não como ponto de partida, mas sim, como ponto intermédio da investigação.

3.3. Tratamento automático dos dados

3.3.1. Frequências

Após a leitura óptica, optámos por testar os 22 hiperónimos (cf. pt 2.2.2.) que constituem os termos base desta investigação. O Hypertexto apresenta duas hipóteses de trabalho: analisar as unidades terminológicas em contexto (eixo sintagmático) ou analisá-las isoladamente, isto é, fora do contexto (eixo paradigmático).

Em primeiro lugar, seleccionámos a função "dicionário". Obtivemos assim a listagem de todos os termos que constituem o corpus, com as respectivas frequências. A operação desenrolou-se ao nível do eixo paradigmático. Verificámos que, a conceito de frequência alta ou de frequência baixa é uma conceito muito relativa no âmbito deste trabalho (cf.4.3.) Esta operação interessa-nos essencialmente pela informação que fornece acerca da presença ou ausência de um termo no *corpus*.

Em análises textuais informatizadas, entende-se por **palavra** "*toutes les formes comprises entre blancs typographiques, précédées et suivies par un signe de ponctuation ou un signe diacritique.*"(AUGER, 1991: 665)

No dicionário de frequências, cada palavra é isolada do seu contexto e surge em forma de lista acompanhada de uma referência ao

texto (parágrafo, linha, ...). No entanto, como afirma AUGER (1991: 665), este processo é puramente mecânico e não dá conta das estruturas complexas de um termo.

Para cada texto introduzido, realizámos um dicionário de frequências. Verificámos as ocorrências dos 22 conceitos pré-seleccionados em cada um dos 13 dicionários de frequências. Para cada conceito tivemos em conta todas as ocorrências das variantes de cada um dos conceitos procurados. Obtivemos, assim, os resultados que se apresentam no quadro seguinte:

CONCEITOS	OCORRÊNCIAS
ACTIVOS	2
CAMBIAL	22
CAMBIAIS	6
CAMBIO	32
CAMBIOS	12
CONTA	1
CRÉDITO	5
ECU	4
ESTABILIDADE	19
ESTABILIZAÇÃO	10
INSTRUMENTO	3
JURO	11
JUROS	1
MERCADO	17
MERCADOS	17
MERCADORIAS	2
MOEDA	18
MOEDAS	6
MONETÁRIA	37
MONETÁRIAS	13
MONETÁRIO	11
MONETÁRIOS	7
MOVIMENTAÇÃO	1
MOVIMENTOS	7
PREÇO	2
SALDO	7
SISTEMA	17
TAXA	14
TAXAS	29
TRANSACÇÃO	3
TRANSACCIONAVEIS	7
TRANSACÇÕES	2
TRANSFERÊNCIA	4
TRANSFERÊNCIAS	9
VALOR	5
VALORES	2
VALORIZAÇÃO	2

Fig. 9

3.1.2. Contextos, concordâncias e coocorrências

Nesta etapa, procedemos à recuperação das lexias complexas enquanto unidades terminológicas (cf.5.), em que um dos elementos constituintes da unidade terminológica corresponde a um dos 22 conceitos (cf. 3.1) sob todas as suas variantes.

Este procedimento inclui-se na dimensão paradigmática, uma vez que o conceito tem de surgir em contexto, para que a informação conceptual e linguística possa ser recuperada.

Neste caso, o contexto pode assumir a forma de **contexto-máquina** e a forma de **concordância**.

O HYPERBASE permite seleccionar a função "contexto" que dá a possibilidade de pesquisar uma forma, MONETÁRIA, por exemplo. Esta função dá-nos a forma MONETÁRIA inserida no seu **contexto**, ou seja, no *"enunciado no qual figura o termo estudado.."*(BOUTIN-QUESNEL, 1985). Dado este contexto ser construído automaticamente pelo programa, estamos perante um **contexto-máquina**, ou seja, um conjunto de: *"processos automáticos (informatizados) que delimitam o contexto de uma unidade lexical ou de pontuação forte a outra pontuação forte utilizando o critério de 10 ou 20 vocábulos (por exemplo) antes e depois de uma unidade-pivot."* (LINO, 1991).

Através do contexto-máquina também temos acesso às **coocorrências** das ocorrências. Por coocorrência entenda-se a *"presença simultânea, mas não forçosamente contígua, num fragmento de texto (sequência, frase, parágrafo, vizinhança de uma ocorrência, parte do corpus, etc.) das ocorrência de duas formas determinadas."* (LINO, 1991). EX:

FORME: monetária. OCCURRENCES: 34 Aucun FILTRE

A União Económica e MONETÁRIA é hoje em dia sem dúvida o mais ambicioso projecto de integração europeia, o mais adiantado em termos de concretização e o que reúne melhores condições de sucesso. Embora ainda reste muito trabalho concreto para fazer, o ritmo a que se vem avançando nas questões mais difíceis, o clima de optimismo e confiança que envolve as negociações e o sentimento generalizado de que não se pode perder o momentum fazem prever que a União Económica e MONETÁRIA se possa transformar numa realidade a prazo não muito longo.

.....Page: 1 a Occurr. 2

Mas não é menos verdade que a integração MONETÁRIA se encontra num dilema difícil, que se traduz por uma escolha entre continuar a avançar rapidamente ou aceitar a eventualidade de retrocessos muito indesejáveis.

.....Page: 1 d.....Occurr. 1

Por seu lado, a **concordância** é uma forma particular de contexto, uma vez que é "*um conjunto de linhas do contexto dizendo respeito a uma mesma forma-pivot* ", (LINO, 1991) que permite estudar os diversos empregos do mesmo termo. Ex:

CONCORDANCE de la FORME. mercado OCCURR: 4

Txt.	Pag	Aucun Filtre.	Ordre séquentiel
1	1d	reacção dos intervenientes no mercado.¶ Se as autoridades	
1	5e	para cada país o equilíbrio no mercado do bem sendo o preço do bem	
1	5e	cada país fixo. O equilíbrio no mercado monetário é dado pela equação	
1	12g	e a sua expansão para o mercado externo.¶	

Esta metodologia foi utilizada para todos os conceitos, nos 13 textos que formam o conjunto do *corpus*.

Repare-se que o contexto-máquina faculta informação linguística e conceptual mais vasta do que aquela que é facultada pela concordância. Esta última permite-nos, no entanto, através da sua própria organização contextual, isolar mais rapidamente as lexias complexas, visto, dois termos que, com alguma frequência, surgem associados, no eixo sintagmático têm maior probabilidade de representarem um conceito. Parece-nos, todavia, que essa, pode ser uma conclusão incauta uma vez que tal facto, por vezes, pode ser refutado.

Vejamos, por exemplo, o termo *conta*, cuja frequência se eleva a 5 no *corpus*. No momento em que extraímos as concordâncias chegámos à conclusão, que das cinco ocorrências, só uma formava uma unidade terminológica, *unidade de conta*, enquanto que as outras eram componentes da locução *ter em conta*. Como se pode verificar, neste caso, a conceito de frequência tem de ser corrigida pelo linguista.

Todavia, a concordância serviu-nos para extrair as lexias complexas virtuais, isto é, aquelas que são passíveis de serem unidades terminológicas e de pertencerem ao domínio da *Economia Monetária*.

A utilização das funções **contextos**, **concordâncias** e **coocorrências** permite-nos ter acesso aos termos seleccionados envolvidos num contexto linguístico e conceptual que faculta um manancial importante de informação, que pode ser considerado um conjunto de componentes virtuais de dicionários. Estamos perante uma forma de pré-dicionário.

3.5. Apresentação das unidades terminológicas

As unidades terminológicas que passamos a apresentar, são **unidades de discurso** que classificámos de acordo com os hiperónimos (cf.3.3.1) a que pertencem. Significa que optámos por registar as unidades terminológicas com todas as suas variantes. Assim, temos por exemplo as unidades *transferências da CEE*, como também temos a variante *transferências das CE*.

Há muitas unidades terminológicas que registámos duas ou mais vezes, por elas poderem ser hipónimos de várias hiperónimos. Por esse motivo a unidade *taxa de câmbio* está registada em *taxa* e em *câmbio*, uma vez que os seus constituintes são dois termos genéricos.

ACTIVOS

ACTIVOS financeiros

riscos das carteiras de ACTIVOS

CAMBIAL

depreciação CAMBIAL
desvalorização CAMBIAL
desvalorização CAMBIAL do escudo
desvalorização da taxa CAMBIAL
disciplina CAMBIAL
estabilidade CAMBIAL
estabilização monetária e CAMBIAL
incerteza CAMBIAL
instabilidade CAMBIAL
instrumento CAMBIAL
mecanismo CAMBIAL do SME
mercado CAMBIAL
plena estabilidade CAMBIAL
política CAMBIAL
prémios CAMBIAL e de risco
risco CAMBIAL
risco CAMBIAL de aplicações em moedas europeia
riscos de sobrevalorização CAMBIAL
regime CAMBIAL
regra CAMBIAL
regra CAMBIAL óptima
união CAMBIAL

CAMBIAIS

fixação irreversível das paridades CAMBIAIS
flutuações CAMBIAIS
mercados CAMBIAIS

paridades CAMBIAIS

reservas CAMBIAIS

restrições CAMBIAIS

CÂMBIO

banda estreita do Mecanismo de Taxas de CÂMBIO

apreciação real da taxa de CÂMBIO

depreciação competitiva da taxa de CÂMBIO

desvalorização da taxa de CÂMBIO

eliminação das taxas de CÂMBIO

estabilidade das taxas de CÂMBIO

estabilização das taxas de CÂMBIO

fixação da taxa de CÂMBIO

fixação da taxa de CÂMBIO nominal

fixação definitiva das taxas de CÂMBIO

fixação irreversível das taxas de CÂMBIO

instabilidade nas taxas de CÂMBIO

instrumento taxa de CÂMBIO

mecanismo de CÂMBIO

Mecanismo das Taxas de CÂMBIO

Mecanismo das Taxas de CÂMBIO do SME

política de taxa de CÂMBIO

(quase) fixação das taxas de CÂMBIO

taxa de CÂMBIO

taxa de CÂMBIO central do escudo

taxa de CÂMBIO de equilíbrio a médio prazo

taxa de CÂMBIO efectiva

taxa de CÂMBIO nominal
taxa de CÂMBIO real
taxas de CÂMBIO
taxas de CÂMBIO ajustáveis
taxas de CÂMBIO bilaterais
taxas de CÂMBIO do Sistema Monetário Europeu
taxas de CÂMBIO flexíveis
taxas de CÂMBIO fixas
taxas de CÂMBIO irrevogavelmente fixas
volatilidade das taxas de CÂMBIO

CÂMBIOS

adesão ao mecanismo de CÂMBIOS do SME
adesão do Escudo ao mecanismo de CÂMBIOS do SME
CÂMBIOS flexíveis
CÂMBIOS fixos
integração do Escudo no mecanismo de CÂMBIOS do SME
mecanismo de CÂMBIOS
mecanismo de CÂMBIOS do SME
regime de CÂMBIOS ajustáveis
regime de CÂMBIOS fixos
sistema de CÂMBIOS irrevogavelmente fixos
taxas de CÂMBIOS ajustáveis
zona de CÂMBIOS

CONTA

unidade de CONTA

CRÉDITO

agregados monetários e de CRÉDITO

CRÉDITO

CRÉDITO externo

custo do CRÉDITO

restrições de CRÉDITO

ECU

ECU

ESTABILIDADE

acordos de ESTABILIDADE de taxa de câmbio

ESTABILIDADE cambial

ESTABILIDADE da taxa de câmbio

ESTABILIDADE da UEM

ESTABILIDADE das taxas de câmbio

ESTABILIDADE das taxas de câmbio cruzadas

ESTABILIDADE de preços

ESTABILIDADE de preços e cambial

ESTABILIDADE dos agregados monetários

ESTABILIDADE dos fluxos de investimento estrangeiro

ESTABILIDADE dos preços

ESTABILIDADE económica

ESTABILIDADE financeira

ESTABILIDADE financeira e dos preços

ESTABILIDADE macroeconómica

ESTABILIDADE monetária

ESTABILIDADE monetária e financeira

plena ESTABILIDADE cambial
pólo de ESTABILIDADE europeu
zona de ESTABILIDADE monetária

ESTABILIZAÇÃO

ESTABILIZAÇÃO cambial
ESTABILIZAÇÃO das taxas de câmbio
ESTABILIZAÇÃO económica
ESTABILIZAÇÃO económica a médio prazo
ESTABILIZAÇÃO financeira
ESTABILIZAÇÃO macroeconómica
ESTABILIZAÇÃO monetária e cambial
ESTABILIZAÇÃO monetária e financeira
políticas de ESTABILIZAÇÃO
programa de ESTABILIZAÇÃO interna

INSTRUMENTO

INSTRUMENTO cambial
INSTRUMENTO de política económica
INSTRUMENTO taxa de câmbio

JURO

prémios de taxa de JURO
taxa de JURO
taxa de JURO média
taxa de JURO nominal
taxa de JURO nominal bruta
taxa de JURO sem o efeito negativo

taxas de JURO

taxas de JURO internas

taxas de JURO nominais

taxas de JURO reais

taxas reais de JURO das operações activas

JUROS

JUROS da dívida pública

MERCADO

economias de MERCADO

mecanismos de MERCADO

MERCADO cambial

MERCADO de capitais

MERCADO de trabalho

MERCADO externo

MERCADO financeiro

MERCADO interno

MERCADO interno da Comunidade

MERCADO interno único

MERCADO monetário

MERCADO monetário central

MERCADO monetário nacional

MERCADO mundial

MERCADO único

MERCADO único de serviços financeiros

MERCADO único em 1993

MERCADOS

abertura dos MERCADOS

abrir os MERCADOS

desregulamentação dos MERCADOS

integração dos MERCADOS

MERCADOS cambiais

MERCADOS de capitais

MERCADOS de factores produtivos

MERCADOS dos factores produtivos

MERCADOS europeus

MERCADOS financeiros

MERCADOS financeiros europeus

MERCADOS financeiros portuguesas

MERCADOS livres

MERCADOS monetários

MERCADOS monetários e financeiros

MERCADOS monetários e financeiros europeus

MERCADOS monetários locais e regionais

plena liberalização dos MERCADOS reais e financeiros europeu

MERCADORIAS

livre circulação das MERCADORIAS

liberdade de circulação das pessoas e das MERCADORIAS

MOEDA

apreciação real da MOEDA

criação de MOEDA

depreciação da MOEDA

desvalorização da MOEDA
emissão de MOEDA
MOEDA nacional
MOEDA portuguesa
MOEDA única
MOEDA única portuguesa
oferta de MOEDA
ofertas de MOEDA
países de MOEDA forte
países de MOEDA fraca
paridade externa da MOEDA
procura de MOEDA
unidade de MOEDA
unidades de MOEDA
valorização real da MOEDA

MOEDAS

convertibilidade total e irreversível das MOEDAS
MOEDAS
MOEDAS comunitárias
MOEDAS europeias
MOEDAS nacionais
paridades entre as MOEDAS participantes

MONETÁRIA

abertura MONETÁRIA
área MONETÁRIA
área MONETÁRIA e financeira

autonomia MONETÁRIA
autoridade MONETÁRIA
autoridade MONETÁRIA central
base MONETÁRIA
contração MONETÁRIA
Dependência Económica e MONETÁRIA (DEMO)
disciplina MONETÁRIA
disciplina MONETÁRIA e orçamental
estabilidade MONETÁRIA
estabilidade MONETÁRIA e financeira
estabilidade MONETÁRIA global
estabilização MONETÁRIA e cambial
estabilização MONETÁRIA e financeira
estrutura MONETÁRIA da futura Europa
Europa MONETÁRIA
expansão MONETÁRIA
instabilidade MONETÁRIA e financeira
integração MONETÁRIA
integração MONETÁRIA europeia
integração MONETÁRIA e orçamental
massa MONETÁRIA
política económica MONETÁRIA
política MONETÁRIA
políticas de desvalorização e de restrição MONETÁRIA
políticas MONETÁRIA e cambial
políticas MONETÁRIA e cambial
política MONETÁRIA ou cambial

Quadro de Ajustamento para a Transição para União Económica e
MONETÁRIA (QUANTUM)

União Económica e MONETÁRIA

união MONETÁRIA

união MONETÁRIA plena

unificação económica e MONETÁRIA

viabilidade da união económica e MONETÁRIA

zona MONETÁRIA unificada

MONETÁRIAS

autoridades MONETÁRIAS

autoridades MONETÁRIAS europeias

autoridades MONETÁRIAS nacionais

condições MONETÁRIAS

massas MONETÁRIAS

políticas MONETÁRIAS

políticas económicas e MONETÁRIAS

políticas económicas MONETÁRIAS comuns

políticas de estabilização MONETÁRIAS

políticas MONETÁRIAS autónomas

políticas MONETÁRIAS nacionais

teoria das zonas MONETÁRIAS óptimas

zonas MONETÁRIAS óptimas

MONETÁRIO

Comités MONETÁRIO e da Política Económico

controle MONETÁRIO

controlo MONETÁRIO indirecto

financiamento MONETÁRIO

financiamento MONETÁRIO dos défices

Mecanismo de Taxa de Câmbio do Sistema MONETÁRIO Europeu

mercado MONETÁRIO

mercado MONETÁRIO central

mercado MONETÁRIO nacional

restrições ao financiamento MONETÁRIO do défice orçamental

Sistema MONETÁRIO Europeu

MONETÁRIOS

agregados MONETÁRIOS e de crédito

estabilidade dos agregados MONETÁRIOS

mercado MONETÁRIOS locais e regionais

mercados MONETÁRIOS

mercados MONETÁRIOS europeus

mercados MONETÁRIOS e financeiros

mercados MONETÁRIOS e financeiros europeus

MOVIMENTAÇÃO

MOVIMENTAÇÃO de capitais

MOVIMENTOS

lei do MOVIMENTO do sistema

liberdade completa de MOVIMENTOS de pessoas

liberalização completa dos MOVIMENTOS dos capitais

liberalização dos MOVIMENTOS de capitais

MOVIMENTO da construção europeia

MOVIMENTOS de capitais

MOVIMENTOS especulativos

PREÇO

PREÇO do barril de petróleo (CIF)

PREÇO do bem produzido

PREÇOS

acordos de rendimentos e PREÇOS

crescimento dos PREÇOS

estabilidade de PREÇOS

estabilidade financeira e dos PREÇOS

estabilização dos PREÇOS

estrutura dos PREÇOS

índice de PREÇOS no consumidor

índice dos PREÇOS no consumidor

mecanismo de PREÇOS

política de PREÇOS e rendimentos

política de rendimentos e PREÇOS

PREÇOS das importações

PREÇOS do petróleo

PREÇOS dos bens transaccionáveis

PREÇOS dos bens não transaccionáveis

PREÇOS internos

PREÇOS internos dos bens transaccionáveis

taxa de crescimento interna dos PREÇOS

taxa de variação dos PREÇOS das exportações

SALDO

SALDO corrente

SALDO da balança de transacções correntes (BTC)

SALDO estrutural na balança de pagamentos

SALDO negativo da balança de pagamentos correntes

SALDO primário

SALDO primário negativo

SALDO primário positivo

SISTEMA

liberalização do SISTEMA financeiro

Mecanismo de Taxas de Câmbio do SISTEMA Monetário Europeu

países do SISTEMA

SISTEMA bancário

SISTEMA comunitário

SISTEMA de bancos centrais

SISTEMA de paridades fixas/ajustáveis

SISTEMA de taxa de câmbio

SISTEMA de taxa de câmbios ajustáveis

SISTEMA europeu de bancos centrais

SISTEMA financeiro

SISTEMA financeiro doméstico

SISTEMA financeiro português

SISTEMA fiscal

SISTEMA monetário Europeu

SISTEMA regulador e regulamentador

taxas de câmbio no SISTEMA monetário europeu

TAXA

apreciação real da TAXA de câmbio

aumento da TAXA média de imposto

depreciação competitiva da TAXA de câmbio

desvalorização da TAXA cambial

desvalorização da TAXA de câmbio

estabilização da TAXA de câmbio

fixação da TAXA de câmbio

fixação das TAXA de câmbio nominal

instrumento TAXA de câmbio

Mecanismo de TAXA de Câmbio do Sistema Monetário Europeu

política de TAXA de câmbio

prémios de TAXA de juro

redução da TAXA de inflação

regras de fixação da TAXA de câmbio

TAXA alemã

TAXA de câmbio

TAXA de câmbio central do escudo

TAXA de câmbio de equilíbrio a médio prazo

TAXA de câmbio efectiva

TAXA de câmbio nominal

TAXA de câmbio real

TAXA de crescimento

TAXA de crescimento da economia

TAXA de crescimento da procura mundial

TAXA de crescimento dos preços
TAXA de crescimento interna dos preços
TAXA de crescimento real das despesas em bens e serviço do Estado
TAXA de crescimento real do PIB
TAXA de inflação
TAXA de inflação nacional
TAXA de juro médio
TAXA de juro nominal
TAXA de juro nominal bruta de impostos e depósitos
TAXA de poupança das famílias
TAXA de variação dos preços das exportações

TAXAS

apreciação real das TAXAS de câmbio
estabilidade das TAXAS de câmbio
estabilidade das TAXAS de câmbio cruzadas
estabilização das TAXAS de câmbio
fixação definitiva das TAXAS de câmbio
fixação irreversível das TAXAS de câmbio
instabilidade das TAXAS de câmbio
Mecanismo de TAXAS de câmbio
Mecanismo de TAXAS de câmbio do Sistema Monetário Europeu
TAXAS de câmbio
TAXAS de câmbio ajustáveis
TAXAS de câmbio bilaterais
TAXAS de câmbio do SME
TAXAS de câmbio fixas

TAXAS de câmbio flexíveis
TAXAS de câmbio irrevogavelmente fixas
TAXAS de câmbio (quase) fixas
TAXAS de crescimento
TAXAS de inflação
TAXAS de juro
TAXAS de juro internas
TAXAS de juro nominais
TAXAS de juro reais
TAXAS de poupança
TAXAS de tributação indirecta
TAXAS fixas
TAXAS marginais
TAXAS marginais de tributação
volatilidade das TAXAS de câmbio

TRANSACÇÃO

custos de TRANSACÇÃO
défices de TRANSACÇÃO correntes
margens de TRANSACÇÃO

TRANSACCIONÁVEIS

bens e serviços TRANSACCIONÁVEIS
bens não TRANSACCIONÁVEIS
bens TRANSACCIONÁVEIS
empresas dos sectores TRANSACCIONÁVEIS
preços dos bens TRANSACCIONÁVEIS
sector dos bens TRANSACCIONÁVEIS

sectores produtores de bens TRANSACCIONÁVEIS

TRANSACÇÕES

TRANSACÇÕES

balança de TRANSACÇÕES correntes (BTC)

TRANSFERÊNCIA

TRANSFERÊNCIA de bens externos

TRANSFERÊNCIA de recursos reais

TRANSFERÊNCIA de soberania

TRANSFERÊNCIA real de recursos do exterior

TRANSFERÊNCIAS

TRANSFERÊNCIAS comunitárias

TRANSFERÊNCIAS correntes

TRANSFERÊNCIAS da CEE

TRANSFERÊNCIAS das CE

TRANSFERÊNCIAS de capital

TRANSFERÊNCIAS de recursos

TRANSFERÊNCIAS do Fundo Social Europeu

TRANSFERÊNCIAS financeiras

TRANSFERÊNCIAS reais

VALOR

trocas e reservas de VALOR

VALOR de equilíbrio inicial

VALOR médio

VALOR nominal

VALOR positivo

VALORES

VALORES

VALORES positivos

VALORIZAÇÃO

VALORIZAÇÃO real

VALORIZAÇÃO real da moeda

4. Constituição da base de dados terminológicos relacional

Conceber uma base de dados terminológica é organizar uma base de conhecimentos (LERAT, 1988 b): 12), "*constituída num sistema de informação electrónico.*" (BOUTIN-QUESNEL, 1985) A informação é organizada numa ficha terminológica, "*suporte que constitui um conjunto estruturado de dados terminológicos relativos a uma conceito.*" (BOUTIN-QUESNEL, 1985).

A base de dados fornece informações de ordem terminológica, conceptual e documental. Cada utilizador acede a esse conjunto de informação utilizando procedimentos de pesquisa completamente automáticos.

É necessário não confundir **banco de dados** com **base de dados**. O banco de dados é "[un] *ensemble de données relatif à un domaine défini des connaissances et organisé pour être offert aux consultations d'utilisateurs,*" (CHAUMIER, 1987 : 18), enquanto que base de dados é "[l'] *ensemble de données organisé en vue de son utilisation par des programmes correspondant à des applications distinctes et de manière à faciliter l'évolution indépendante des données et des programmes.*" (CHAUMIER, 1987 : 18).

Um banco de dados pode ser constituído por várias bases de dados que são disponibilizadas por instituições ou organismos oficiais possibilitando mesmo as consultas a distância: "*Les banques de terminologies importantes sont celles qui sont mises au point ou par des organismes gouvernementaux ou des grandes sociétés.*" (L'HOMME, 1988: 31).

Segundo esta autora, os bancos de dados têm como finalidade a **Informação, a normalização e a tradução.**

Depreende-se, pois, que as bases de dados são criadas para colmatar carências a vários níveis (terminológicas, conceptuais,...) dos vários grupos profissionais que coexistem numa instituição ou num organismo oficial. Estas bases de dados funcionam geralmente em micro-sistemas (isolados ou em rede) "*et peuvent être constituées à l'aide des systèmes de gestion de bases de données connus.*" (L'HOMME, 1988: 32).

Criar uma base de dados é mais do que a criação de uma versão automatizada de um dicionário que visa as necessidades de um grupo específico de utilizadores. A base de dados é multifuncional e dirige-se a um público diversificado.

SAGER (1990: 169) define um banco de dados como, "*a collection, stored in a computer, of special language vocabularies, including nomenclatures, standardised terms and phrases together with the information required for their identification, which can be used as a mono-or multilingual dictionary for direct consultation, as a basis for dictionary production, as a control instrument for consistency of usage and term creation and as an ancillary tool in information and documentation.*"

O nosso objectivo é apresentar um modelo possível de base de dados da *Economia Monetária* para um público especializado em *Economia Monetária*, em Terminologia e em Tradução.

4.1. A ficha terminológica

Como referimos no ponto anterior, a ficha terminológica é um suporte no qual se registam dados terminológicos relativos a um conceito.

A ficha é um documento multifuncional e complexo que está subdividido em campos, podendo cada um deles ser objecto de pesquisa. Assim, segundo SAGER (1990: 143-145), a informação contida nos vários campos que constituem a ficha terminológica são pertinentes do ponto de vista **conceptual (C)**, **linguístico (L)**, **pragmático (P)**, **documental (D)** ("source information") e **administrativo (A)**.

A ficha que elaborámos é um modelo de ficha possível, que tem por finalidade servir os objectivos deste trabalho. Cada campo é acompanhado de um (C), (L), (P), (D) ou (A) consoante se trate de um campo, cuja informação possa ser analisada de um ponto de vista conceptual, linguístico, pragmático, documental ou administrativo, respectivamente.

FICHA TERMINOLÓGICA

NUM = Número da ficha (A).

INS = Instituição (A).

AU = Autor (A).

PT = Unidade terminológica em língua portuguesa. O conteúdo deste campo pode ser estudado numa perspectiva linguística (L) e conceptual (C). Linguística, porque a unidade terminológica é uma unidade de significação; conceptual, porque a unidade terminológica representa um conceito.

GRA = Categoria gramatical a que pertence a unidade terminológica PT (L).

SIN = Sinónimo(s) da unidade terminológica PT (L).

DEF = Definição. A definição é um "enunciado que descreve a conceito [representada pela unidade terminológica PT,] e que permite diferenciá-la das outras conceitos no interior de um sistema conceptual." (C) (BOUTIN-QUESNEL, 1985).

FT = Fonte da definição (D).

CON = Contexto. O contexto é o "*enunciado no qual figura o termo estudado.*" (BOUTIN-QUESNEL, 1985). O contexto pode ter como função a apresentação da unidade terminológica PT no seu "meio envolvente", ou seja, apresentar a unidade terminológica em discurso. Nesta acepção, o contexto é analisado numa perspectiva linguística (L), uma vez que dá conta, por exemplo, das coocorrências. No entanto, a análise também pode ser efectuada do ponto de vista conceptual, considerando que o contexto pode ser definitório. (C) (cf. pt. 4.2.3.)

FT = Fonte do contexto (D).

DOM = Domínio. Este campo refere-se à posição que a unidade terminológica PT ocupa no sistema conceptual "superior": a árvore de domínio. (C)

SDOM = Subdomínio. O subdomínio corresponde a uma divisão/hierarquização mais específica, dentro da árvore do domínio. Considerar que um dado conceito pertence a um SDOM, é estar a restringir o campo de aplicação do conceito. Será mais fácil elaborar uma definição, uma vez que as relações conceptuais são mais precisas, contribuindo assim para a tão idealizada monorreferência.

TG = Termo genérico = hiperónimo. O hiperónimo corresponde à conceito hierarquicamente superior no sistema de conceitos. (C).

TS = Termo específico = hipónimo. O hipónimo corresponde à conceito hierarquicamente inferior no sistema de conceitos. (C).

TA = Termo associado = termo conexo. O termo conexo dá conta das noções/termos que gravitam à volta de um termo superordenado.

I = Equivalente inglês (L).

FR = Equivalente francês (L).

D = Equivalente alemão (L).

NOTA = Neste campo regista-se a informação conceptual ou linguística. Consoante o teor da informação, assim será a análise: (C) e/ou (L).

Os campos terminológicos que nos motivam são aqueles que contêm informação **conceptual** e **linguística**. (cf. pt. 4.2.)

4.2. Relações semânticas e conceptuais

4.2.1. A definição

A definição, actividade prática e social complexa (REY, 1990: 19), engloba a **definição lexicográfica**, a **definição enciclopédica** e a **definição terminológica**. As diferenças entre estes três tipos de definições nem sempre são muito nítidas. O nosso intuito é debruçar-nos sobre a **definição terminológica** em particular.

As definições de **definição** dadas pelos vários autores, que sobre estas questões se têm debruçado, variam consoante as teorias que defendem e conseqüentemente a escola terminológica a que pertencem.

De um modo geral, as definições têm por função classificar, dividir, descrever e relacionar conceitos. Definir é "*expressar algo sobre um dato extralinguístico por medida de palabras, de términos y de signos non lingüísticos.*" (PICH, 1985: 178). A AFNOR (1985: 5) entende por definição a "*description complète d'une notion à l'aide de notions connues, exprimées le plus souvent par des moyens verbaux.*" A norma alemã DIN 2330 é mais específica quando afirma que "*la definición es la fijación de um concepto estableciendo relaciones con otros conceptos (conocidos e ya definidos) con la finalidad de delimitarlo en relación con otros conceptos*". (PICH, 1985: 178). Com PICH (1985: 180) podemos concluir que a definição tem por função fixar, determinar e relacionar um conceito com outros conceitos.

A definição (PICH, 1985 : 180) tem uma estrutura formal que se pode representar da seguinte maneira:

definendum	=	definens
(o que está		(definidor)
por definir)		conceito genérico
		+
		características

WÜSTER, fundador da escola terminológica austríaca define a definição do seguinte modo: "*Une définition (délimitation d'une notion), est dans un sens large, la description d'une notion à l'aide de notions connues et, la plupart du temps, par l'intermédiaire des mots.*" (WÜSTER citado por DUQUET-PICARD, 1982: 82)

Para WÜSTER, a definição terminológica pode ser dividida em quatro grandes grupos: a **definição específica**, a **definição genérica**, a **definição descritiva** e a **definição prescritiva**.

Na **definição específica**, sinónimo de **definição em compreensão**, parte-se de um conceito genérico conhecido, ao qual se acrescenta todas as características inerentes ao conceito a definir, o que permite distingui-lo de todos os outros conceitos.

A **definição genérica** ou a **definição em extensão** consiste na enumeração *"de tous les spécifiques qui se trouvent au même échelon à l'intérieur du système de notions. Parfois, il peut arriver qu'elle consiste en l'énumération des individus."* (WÜSTER citado por DUQUET-PICARD, 1982: 80).

A **definição é descritiva**, quando o termo a definir se apresenta em discurso: o contexto.

Podemos considerar a **definição prescritiva**, uma definição normativa, porque é a definição que está subjacente à normalização, e diz o que um termo deve significar.

Com esta sistemática, WÜSTER tinha por ideal, construir terminologias que fossem perfeitamente coerentes e estruturadas dentro de um sistema conceptual e terminológico. (AUGER, 1983: 109).

DAHLBERG, da International Classification de Frankfurt, defende uma teoria da definição que se baseia numa teoria do conceito designada de *"referent-oriented, analytical concept theory"*. Para melhor ilustrar a sua teoria, apresenta um triângulo semelhante ao de ULLMAN:

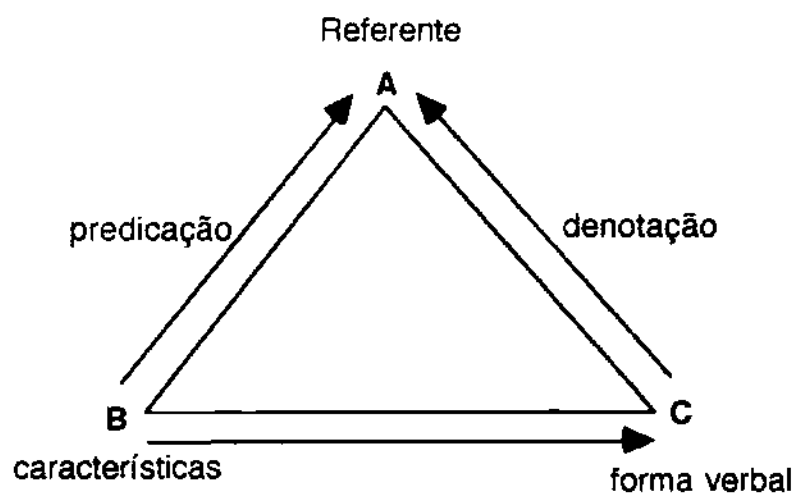


Fig. 10

A teoria do conceito de DAHLBERG pressupõe que cada conceito se refira a qualquer coisa, razão pela qual a autora considera que a sua teoria é referencial; é analítica porque ao "predicar" o referente, está a gerar e a identificar as características do conceito.

O conceito é construído de uma modo analítico. Diz a autora (DAHLBERG 1983: 19) *"Once it can be understood that a concept is a whole consisting of a referent (its direction), characteristics (its internal substance, its contents) and a term (as its external appearance, its coat so-to-speak) then one may also recognize that it is the characteristics which establish relationships between such concepts. (...)"* As relações entre os conceitos são : **hierárquicas** (relações géneros-espécies) ; **partitivas** (relações entre o todo e a parte); **opositivas** (relações de contradição) e **funcionais** (combinação funcional com outros conceitos).

São as relações conceptuais que permitem estruturar as definições dos conceitos.

DAHLBERG (1983: 20) parte da seguinte definição de definição: "*The equivalence between a definiendum ('what is to be defined') and a definiens ('how is something to be defined') for the puropos of delimiting the understanding of the definiendum in any communication case.*"

Sendo o ponto de partida esta definição e baseando-se no triângulo (cf. p.96), DAHLBERG distingue três definições: as **definições nominals**, as **definições ostensivas** e as **definições conceptuais**.

A **definição nominal** é uma definição em que o *definiendum* (o que está por definir) é uma expressão verbal (um termo) e o *definiens* (definidor) é um equivalente textual desse termo: $C = B$. (relação de identidade entre a forma verbal e as características). (cf. triângulo p.98).

A **definição ostensiva** ("*ostensive definition*") é a definição na qual o *definiens* (definidor) é estabelecido apontando para um referente designado pelo *definiendum*: (o que está por definir) $C = A$. (relação de identidade entre a forma verbal e o referente). (cf. triângulo p.98).

A **definição conceptual** ou **definição real** é uma definição na qual o *definiens* (definidor) contém as características necessárias de um referente designado pelo *definiendum* (o que está por definir): $C = B$ de A . (relação de identidade entre a forma verbal e as características do referente). (cf. triângulo p.98).

A autora demonstra que para definir é necessário ter conhecimentos sobre o referente dos conceitos (A), conhecer as características às quais pertencem um conceito (B) e finalmente conhecer

a expressão verbal adequada para um determinado grupo de utilizadores (C).

É precisamente com este último ponto que REY se debate. REY tem uma larga experiência de **Dicionarística**, "*conceito que tem por âmbito o domínio complexo do dicionário, constituído por todos os tipos de dicionários e por tudo o que lhes diz respeito, recobrindo simultaneamente o campo de "dicionário-realização" e do "dicionário objecto-de-estudo".*" (REY, 1983 a: 187); considera que na prática não é possível elaborar um dicionário para todos os públicos existentes, sendo necessário chegar a um justo equilíbrio. Na perspectiva deste autor, no produto final, isto é, o dicionário, a definição não pode ser nem muito longa, nem muito curta, o que dificulta a aplicação de uma teoria: "*Il ne faut pas que l'expansion soit trop grande pour que la définition reste mémorisable; il ne faut pas que la condensation soit trop grande pour apporter les éléments pédagogiques de maîtrise du mots C'est la même chose pour la terminologie (...).*" (REY, 1983 a): 186-187)

A escola francesa, a que pertence REY, tem uma longa tradição lexicológica e lexicográfica que influencia a definição terminológica. "*Empiriquement, la notion terminologique est (...) un compromis entre définition lexicographique et description encyclopédique destiné à améliorer l'usage des noms pour leur permettre de fonctionner comme termes, destinés aussi à évoquer (non pas à reproduire et à représenter) le mode de constitution de classes d'êtres et le fonctionnement des schémas conceptuels (...). C'est évidemment une définition en compréhension.*" (REY, 1979: 81).

Para este autor, parece ser um dado adquirido que a definição terminológica é um compromisso entre a **definição lexicográfica** ("*tem por objecto a descrição da unidade lexical [unidade lexicográfica], unidade que tem um estatuto específico, consoante o modelo teórico e metodológico subjacente.*" (LINO: 1991) e a **definição enciclopédica** ("*é uma descrição que acumula aos traços conceptuais pertinentes, traços característicos não-pertinentes relativos a conceitos.*" (LINO: 1991).

AUGER (1983: 106) considera que a escola francesa reconhece um papel específico à definição terminológica como elemento de acesso ao conhecimento objectivo e não empírico das coisas, papel que vai para além da definição lexicográfica e enciclopédica.

Também SAGER é de opinião que a Terminologia enquanto teoria tem de assumir as afinidades que mantem com a Lexicografia. "*A more relevant theory of terminology will have to admite the full range of definitions currently being used both in lexicography and terminology.*" (SAGER, 1990: 42).

Os tipos de definição que, em simultâneo, são utilizados pelos lexicógrafos e pelos terminólogos são as definições **analítica, sinonímica, parafrástica, sintética, contextual, denotativa e demonstrativa**. Enumera ainda, as **definições mistas: analíticas e descritivas; sinonímicas e descritivas; sinonímicas e analíticas**.

Definir é uma tarefa difícil, na qual têm de estar envolvidos terminólogos e especialistas da área. O produto final, a definição terminológica, nem sempre deixa transparecer essa complexidade uma vez que "*la définition terminographique n'a pas besoin d'être complète. (...) Elle*

doit être suffisante pour distinguer une chose d'une autre, un concept d'un autre."
(BESSÉ, 1990: 258).

4.2.2. Termos genéricos, específicos e conexos

Termo, conceito e definição são termos-chave da Terminologia. As relações estabelecidas entre a definição e a conceito, a definição e o termo, entre o termo e a conceito estão no centro das preocupações do terminólogo.

Ao abordarmos a teoria da definição defendida por DAHLBERG, falámos dos tipos de relações que preconiza: as **relações hierárquicas**, as **relações partitivas**, as **relações opositivas** e as **relações funcionais** (cf. 4.2.1.). São estas as relações conceptuais que permitem "*mettre en évidence des traits significatifs propre au terme traité.*" (AUGER, 1978: 33).

KOCOUREK (1982: 168-169), baseando-se na teoria de WÜSTER estabelece dois tipos de relações entre termos: as **relações de subordinação / superordinação** (*Unterordnung / Überordnung*); e as **relações de coordenação** (*Nebenordnung*).

O primeiro tipo de relações constituem, para KOCOUREK, os **campos semânticos verticais**; o segundo os **campos semânticos horizontais**.

Nos campos semânticos verticais, KOCOUREK inclui a **relação lógica de subordinação / superordinação** entre dois termos que resulta no par lógico **hipónimo / hiperónimo** (espécie / género), e a **relação**

ontológica de subordinação / superordinação entre dois pares ontológicos **hipónimo / hiperónimo** (parte / todo).

Nos campos semânticos horizontais fala-se de uma **relação lógica de coordenação** que constitui um par lógico de termos coordenados, os **co-hipónimos** e finalmente a **relação ontológica de coordenação** que liga um par ontológico de termos coordenados, os **co-hipónimos**.

Por sua vez, FELBER (1987: 101-108) estabelece três tipos de relações: as **relações lógicas**, as **relações ontológicas** e as **relações de efeito**.

Uma **relação** conceptual é **lógica** quando *"l'on compare deux notions du point de vue de leurs similarité, on s'aperçoit qu'elles ont en commun une certaine partie de leur compréhension; elles ont certains caractères en commun."* (FELBER; 1987: 102).

As relações indirectas entre as conceitossão as **relações ontológicas** que o autor subdivide em três "subrelações": as **relações parte / todo** que correspondem às relações **partitivas**, ou seja, às relações entre um todo e as suas partes; as **relações de sucessão** que representam a relação de contiguidade no tempo e finalmente as **relações material / produto** que, por exemplo, dão conta das diferentes fases de produção de um bem.

O último tipo de relação que FELBER estabelece, é a **relação de efeito** que é considerada uma relação vertical. O autor subdivide este tipo de relações em **relações de causalidade** (causa - efeito); de

instrumento ("instrumentation") (transporte - veículo) e de **filiação** (pai - filho).

No capítulo dedicado às relações entre os conceitos SAGER (1990: 29) afirma: *"The simplistic view of the past that concepts are adequately represented by three types of relationships (generic, partitive, other) has been generally abandoned "*. Segundo este autor, qualquer tipo de relação conceptual pode ser estabelecida, a partir do momento que sirva as necessidades profissionais, sociais , portanto comunicacionais de um grupo de especialistas."*(...) in other words, terminology relates terms to concept (and not vice versa) and is therefore not concerned with absolute conceptual systems created for the specific purpose of assisting communication."* (SAGER, 1990:29).

Apesar deste seu posicionamento, não deixa de registrar as relações mais frequentes em Terminologia: as **relações genéricas**; as **relações quase-genéricas**, que representam uma relação menos sólida que a relação genérica; as **relações partitivas** e as **relações pol- hierárquicas**, relações que dão conta dos conceitos que ocorrem mais de uma vez num campo hierárquico vertical ou horizontal no seio de um mesmo domínio. Por fim, apresenta as **relações complexas** (SAGER, 1990: 35).

causa - efeito

material - produto

material - propriedade

material- estado

processo - produto

processo - instrumento
processo - método
processo - suporte
objecto - "contra-objecto"
objecto - contentor
objecto - material
objecto - qualidade
objecto - operação
objecto - característica
objecto - forma
actividade - lugar

Das diferentes categorizações das relações conceptuais, há duas que são comuns às quatro teorias aqui em foco:

DAHLBERG (1982)	-> relações hierárquicas	-	relações partitivas
KOCOUREK (1982)	relações lógicas de subordenação / superordenação	-	relações ontológicas de subordenação / superordenação
FELBER (1987)	-> relações lógicas	-	relações ontológicas
SAGER (1990)	relações genéricas	-	relações partitivas
	_____		_____
	relações entre género e espécie		relação entre o todo e as suas partes
	(relações genéricas)		(relações específicas)

São as **relações genéricas** e as **relações específicas** que integram a ficha terminológica. As outras relações conceptuais não são consensuais. Em nosso entender, elas correspondem a relações demasiadamente específicas e parecem-nos extremamente difícil de identificar, particularmente quando o domínio escolhido se inclui nas "ciências moles" (TESTARD, 1991: 8).

Na ficha terminológica, atribuímos os símbolos convencionais TG e TS, aos campos que serão preenchidos com os termos genéricos (TG) e os termos específicos (TS), respectivamente.

Acrescentámos o campo TA que regista as relações conexas ou associativas (*"termes sémantiquement associés autour d'un terme superordonné clé."* (KOCOUREK, 1982: 167)) Segundo LERAT (1988 b): 21), os termos conexas são importantes porque *"la réciprocité est une garantie de systématité."*

Os campos TG, TS e TA abrangem as características intrínsecas e extrínsecas que permitem delimitar e, conseqüentemente, definir os conceitos, características essas que permitem estabelecer uma relação unívoca entre o termo e o conceito.

Estes campos desempenham um papel fundamental, na medida em que são eles que possibilitam a criação de redes semânticas que em nosso entender, são o coração de qualquer base de dados relacional.

4.2.3. O contexto

Nem todas as escolas terminológicas consideram o **contexto**, só por si, uma conceito relevante para a teoria da Terminologia.

Para autores como KOCOUREK, SAGER, FELBER, PICT e DRASKAU, a conceito de contexto só é relevante quando associada à definição.

Para KOCOUREK (1982: 173), a **definição** é uma forma de **contexto** (metalinguístico). O **contexto definitório** é uma outra forma,

menos formal da definição. Diz este autor: " (...) *définition (contexte metalinguistique avec un syntagme définissant) et contexte définitoire (moins formel, mais suffisant).*".

SAGER, por seu lado é incisivo ao falar da **definição em contexto**: "*In terminology definition do not occur in isolation; they must be considered as part of the total information gathered on terms in a term record. (...) The identification of a term is made first contrastively, in texts, by delimiting lexical units.*"(1990: 44; 46).

Autores como PICHT e DRASKAU (1985: 54) falam em **definição contextual** ou em **definição em contexto** enquanto que FELBER e PICHT falam em "*definición por el ejemplo*" baseando-se na definição da ISO/R 1087 que diz: "*definition by context, contextual definition: definition by way of an example form an actual usage, i.e. by way of an implied equation. The term to be defined is shwon in a sentence the whoe meaning of which is known or may be guessed*".(1984: 181)

Enquanto que KOCOUREK considera que o contexto definitório e o contexto são dois tipos diferentes de definição, os outros autores defendem que a partir do momento em que o termo surge num contexto que contenha todas as características necessárias para definir a conceito representada pelo termo, o contexto passa a assumir o estatuto de definição.

A escola terminológica do Québec assume uma posição diversa. Para DUBUC (1978: 30-31) existem três tipos de contextos: o **contexto definitório**, o **contexto explicativo** e o **contexto associativo**.

O **contexto definatório** dá indicações sobre a conceito do termo, mas refere o autor "*sans qu'il s'agisse nécessairement d'une définition en bonne et due forme*". Para DUBUC, o contexto definatório fornece praticamente todos os elementos semânticos necessários para se elaborar uma boa definição terminológica, mas não existe nenhuma relação de identidade entre um contexto definatório e uma definição.

O **contexto explicativo** é aquele que informa sobre a conceito do termo, enquanto que o **contexto associativo** caracteriza-se pela ausência de características conceptuais.

Também AUGER (1978: 34-35) distingue três tipos de contextos: o **contexto terminológico** ("*[son] rôle est avant tout d'éclairer le sens d'un terme.*") (1978: 34) corresponde ao **contexto explicativo**, ao passo que o **contexto "langagier"** ("*Enoncés illustrant simplement le terme sans apporter d'éléments de définitions.*") (1978: 35) corresponde ao **contexto associativo** de Dubuc

Por último, o **contexto metalinguístico** remete para o **contexto definatório**.

Na ficha terminológica criámos um campo "contexto". Esta escolha deve-se ao facto de considerarmos que o meio linguístico, que envolve a unidade terminológica, é importante numa perspectiva linguística e conceptual. Se assim não fosse, porquê fazer uma distinção entre língua de especialidade, língua banalizada e língua vulgarizada?

Terminamos este ponto partilhando algumas dúvidas pertinentes levantadas por DESCAMPS (1971: 1) "*(...) qu'est-ce qui fait le sens d'un mot? Peut-on dire qu'un mot a "un sens", lorsqu'il est isolé de son contexte?*."

4.2.4. Os sinónimos

A sinonímia vem provar que nem sempre há convergência entre a prática e a teoria, porque se na teoria "*(...) on cherche à éliminer les synonymes de façon à se rapprocher le plus possible de l'idéal de l'univocité du message.*" (DUBUC, 1983: 193), na prática o terminólogo é obrigado a lidar com este fenómeno.

DUBUC diferencia entre dois tipos de sinónimos: os **sinónimos do campo semântico** e os **sinónimos do campo conceptual**.

O primeiro tipo de sinónimos caracteriza-se pelo facto de possuírem semas comuns que definem o campo em que se inserem, podendo ser identificados pelos traços específicos que os permite distinguir dos outros.

Os sinónimos do campo conceptual são todos os termos que recobrem a mesma conceito (um significante / vários significados), "*mais qui se distinguent par des conditions particulières d'utilisations.*" (DUBUC, 1983: 195).

NAKOS (1983: 226) distingue os **falsos sinónimos** (=sinónimos do campo semântico) dos **quase-sinónimos** (=sinónimos do campo conceptual) e dos **verdadeiros sinónimos**.

Os **falsos sinónimos** surgem num dado sistema linguístico e representam conceitos diferentes; consequentemente, não são comutáveis no seio de um texto rigoroso de especialidade. Este tipo de sinónimos surgem num ou em mais níveis de língua e dizem respeito às unidades lexicais, assim como às unidades terminológicas.

Os **quase-sinónimos** designam um mesmo conceito no seio de um mesmo sistema linguístico, situando-se a níveis de língua diferentes.

Os **verdadeiros sinónimos** cobrem a mesma conceito; são comutáveis em textos rigorosos e situam-se a um mesmo nível de língua.

Tanto os quase-sinónimos como os verdadeiros sinónimos são fenómenos linguísticos que se detectam essencialmente nas unidades terminológicas.

Deixando de parte a sinonímia dos formantes e a sinonímia contextual, KOCOUREK (1983: 250) destaca quatro tipos de sinonímia: a sinonímia **definido - definidor** (termo - sintagma livre); a sinonímia **definidor - definidor** (sintagma livre - sintagma livre); a sinonímia **ocorrência - ocorrência** e a **sinonímia lexical entre termos** (a sinonímia terminológica).

O primeiro tipo de sinonímia estabelece uma relação entre o definido e o definidor, relação que se aproxima da conceito de definição, uma vez que se refere à relação entre o termo e o sintagma livre. "*En effet, la fonction de la définition, c'est d'assigner le sens du définissant (d'un syntagme libre) à la forme du défini (d'un terme).*" (KOCOUREK, 1983: 250).

O segundo tipo de sinónimos diz respeito a uma relação entre dois sintagmas livres: ela reúne dois sintagmas diferentes que definem duas ocorrências de um termo, isto é, designam a mesma conceito.

Curiosamente, este autor considera que a relação existente entre duas ocorrências de uma forma linguística, é uma relação sinonímica.

Por último, a sinonímia terminológica. *"On peut dire que les termes synonymes (=syntagmes terminologiques de la série synonymique) sont des termes formellement différents qui ont le même sens."* (KOCOUREK, 1983: 250).

Para terminar, gostaríamos de referir que para nós a noção de **sinónimo** e a noção de **equivalente** distinguem-se por o primeiro se referir a um mesmo conceito no seio de uma mesma língua, por o segundo corresponder à *"relação estabelecida entre designações de línguas diferentes que representam a mesma conceito."*(BOUTIN-QUESNEL, 1985).

Autores como KOCOUREK consideram a equivalência uma forma de **sinonímia** que designam de **interlinguística** : *"C'est l'examen de la synonymie interlinguistique, entre termes hétéroglosses dits équivalents terminologiques (= termes équivalents)."*(1983: 254).

Acabamos esta pequena exposição com uma definição de DUQUET-PIQUARD (1986: 230) *"(...) il y a synonymie quand, dans une même langue et dans un même réseau notionnel, une même notion peut être désignée par deux ou plusieurs dénominations de formes différentes interchangeables ou substituables l'une à l'autre sans modifier le sens de l'énoncé."* A conceito de sinónimo designa então um mesmo conceito no seio de um mesmo

sistema linguístico permitindo substituir uma forma por outra, não alterando o conteúdo do enunciado.

4.3. Organização conceptual da Terminologia da Economia Monetária.

A dissertação que acabámos de levar a cabo, tem por finalidade justificar teoricamente os campos constituintes da ficha terminológica (contextos, termos hierárquicos, definição, sinónimos) que veiculam informação conceptual e semântica.

Hoje, não há qualquer dúvida quanto à importância e à eficácia das bases de dados, para dar conta dos sistemas conceptuais e dos sistemas terminológicos e das relações entre os vários sistemas. A base de dados é multifuncional e pode ser definida como *"a collection, stored in a computer, of special language vocabularies, including nomenclatures, standardised terms and phrases, together with the information required for their identification, which can be used as a mono- or multilingual dictionary for direct consultation as a basis for consistency for usage and term creation and as an ancillary tool in information and documentation."* (SAGER, 1990 : 169). Pensamos que a base de dados pode ser entendida como o embrião de um dicionário conceptual. A partir dele pode-se extrair a macro-estrutura de um glossário ou de um dicionário, mas também se pode extrair a micro-estrutura, isto é, a "organização dos dados lexicológicos ou terminológicos contidos num artigo de um dicionário".(QUESNEL; 1985). Verificou-se que a partir das árvores de domínios e de subdomínios se pode extrair informação linguística e conceptual que possibilita a criação de glossários e/ou dicionários em áreas muito específicas. Porque não

criar um glossário do **Mercado de Capitais** ou do **Sistema Monetário Europeu** ?

A base de dados permite armazenar uma quantidade de informação muito superior à que é possível registar num dicionário de papel. Enquanto que no dicionário o número de páginas ou de entradas é limitada, a base de dados permite uma constante alimentação e actualização, podendo o terminólogo / lexicógrafo criar tantas entradas quantos forem necessárias para cobrir um conjunto de termos/conceitos de uma área do saber.

O modelo de **base de dados** que propomos, assenta numa concepção de sistema conceptual e de sistema terminológico.

Com a ideia de trabalhar a base de sistemas de conceitos, partimos da conceito / termo *ECU* , um **hapax** (frequência 1), no *corpus* extraído de uma base de dados textual constituída por, aproximadamente, 45000 ocorrências.

Pensamos que a conceito de sistema também se manifesta nas definições e nos termos hierárquicos, uma vez que são estes que permitem chegar às definições. Por outro lado, a escolha recaiu sobre o termo/conceito *ECU* uma vez que é uma conceito pilar do *Sistema Monetário Europeu*. Com esta metodologia, queremos provar que um hapax e uma frequência 0 podem ser conceitos fundamentais. Um conceito pode ser de tal maneira genérica, e apesar de não ser denominado, estar implicitamente presente no texto.

Acreditamos também que a árvore de domínio e de subdomínios permite delimitar e circunscrever os conceitos que o sistema arborescente cobre.

A ficha terminológica que apresentámos no ponto 2.2.1. permite dar conta, em nosso entender de, no mínimo, três sistemas conceptuais:

- . sistema de definições
- . sistema das relações hierárquicas (TG; TS; TA)
- . sistema dos domínios e subdomínios.

Para além dos sistemas conceptuais que acabámos de enunciar, temos ainda o sistema das denominações, sem o qual não teríamos acesso aos três primeiros sistemas.

Esta base de dados pretende ser um modelo e como tal a sua função é representar os pressupostos teóricos que preconizamos:

NUM	I
PT	ECU
CG	substantivo masculino
SIN	unidade monetária europeia; unidade monetária compósita
DEF	Unidade de conta europeia definida por uma taxa sobre o mercado de câmbio , em função da cotação das moedas que entram na sua composição. O cabaz de moedas que constitui o ecu inclui todas as moedas dos Estados-Membros. A ponderação tem em conta a parte relativa de cada um dos Estados-membros no PNB da CEE e nas trocas comerciais intracomunitárias .
FT	GONRAND, F. (1992) - <i>Dicionário do Mercado Único</i> . Publicações D. Quixote, Lisboa, pp 129.
CON	Definido globalmente como o cabaz de moedas dos Estados Membros sa Comunidade, cuja composição traduz a importância relativa das economias europeias, o Ecu assumiu de início um valor de composição coincidentes com a Unidade de Conta Europeia então existente.
FT	SANTOS, M (1991) - <i>ECU. Moeda Europeia?</i> Coimbra Editora, Coimbra, p.20.
DOM	Sistemas Monetários
SDOM	Sistema Monetário Europeu
TG	moeda
TS	cabaz de moedas; ECU privado; ECU oficial; ECU público;
TA	mercado de câmbios; cotação das moedas; unidade de conta
E	ECU: European Currency Unit
F	ECU; unité monétaire européenne
D	ECU; Europäische Währungseinheit.
NOTA	A composição do ECU é revista de cinco em cinco anos, ou a pedido de um Estado-membro, sempre que o peso de uma das moedas varie de mais de 25%.

A informação registada no campo DEF contém um leque importante de informação necessária à compreensão do conceito de *ECU*. Essa informação está patente nas unidades terminológicas (que surgem em "carregado" na ficha), que terão que figurar como vedetas em fichas da base de dados. É o caso dos seguintes termos

- . CEE
- . cotação das moedas
- . mercado de câmbio
- . moedas
- . trocas comerciais intracomunitárias
- . unidade de conta europeia.

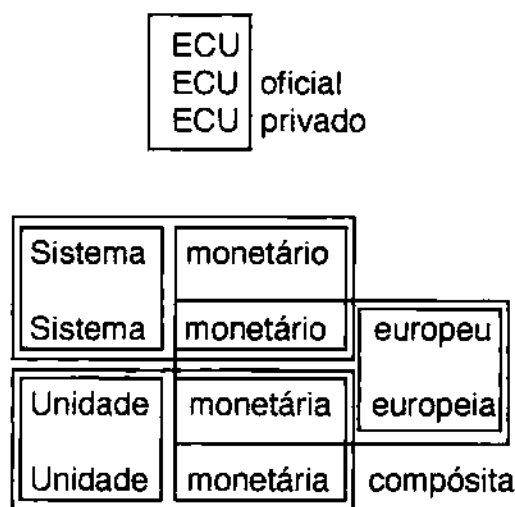
Para se cobrir todo o conceito designado pelo termo *ECU*, é necessário definir estes conceitos / termos. Antes de definir estas unidades terminológicas é necessário saber se elas pertencem ou não à *Economia Monetária*, uma vez que é esse o domínio que nos interessa. De todos os termos, excluimos *trocas comerciais intracomunitárias* que pertence essencialmente ao domínio da *Economia Internacional*.

Os termos hierárquicos estão na maioria dos casos contemplados na definição, uma vez que estes são conceitos genéricos, específicos ou associados que podem desempenhar a função de característica (intrínseca ou extrínseca).

Todavia, há termos que não integram a definição (geralmente, os termos associados), e que correspondem a uma frequência 0 no *corpus* analisado: é o caso de *ECU privado* e de *ECU oficial*. No entanto, são

duas unidades que têm de estar definidas na base de dados, para cobrir um campo conceptual que se reflecte num campo terminológico.

Gostaríamos de chamar a atenção para a interacção que existe entre os sistemas conceptuais e os sistemas terminológicos:



Note-se que nestes quatro exemplos, estamos perante campos terminológicos paradigmáticos e sintagmáticos, onde todas as unidades se encaixam.

Os termos *taxa*, *mercado de câmbio* encontram os seus homónimos , nas fichas terminológicas em que desempenharem o papel de vedeta. *Taxa de câmbio* terá que figurar como TS na ficha *taxa*, assim como, *mercado* terá que figurar como TG na ficha de *mercado de câmbio*.

Por último, temos os campos DOM e SDOM que remetem para os *Sistemas Monetários* em geral e para o *Sistema Monetário Europeu* em particular, fazendo os dois parte integrante da *Economia Monetária*.

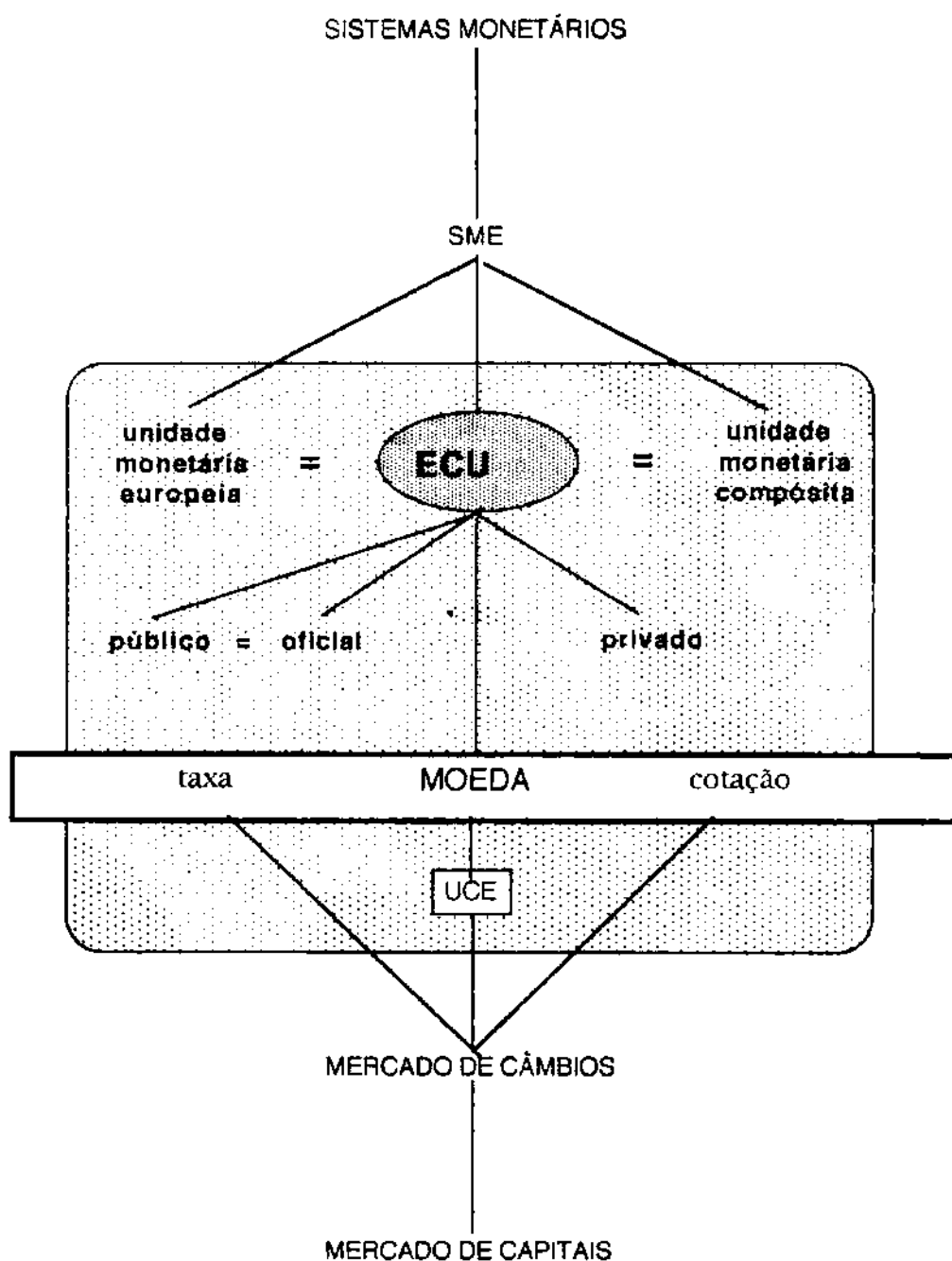


Fig. 11

Como se pode verificar pelo esquema apresentado, os sistemas conceptuais e terminológicos estão intimamente interligados. Note-se que

os *Sistemas Monetários e Mercados de Capitais* são co-hipónimos na árvore de domínios e de subdomínios (cf figuras...). As unidades terminológicas / conceitos que constituem os domínios *Sistemas Monetários e Mercado de Capitais* encontram-se e fundem-se na conceito de *moeda*:. *Moeda* é um conceito genérico que inclui o conceito de *ECU* e o conceito de *de unidade de conta europeia* (UCE).

NUM	2
PT	ECU PRIVADO
OG	substantivo masculino
SIN	circuito privado de utilização do ECU
DEF	E Ecu privado é utilizado como unidade de conta para os pagamentos efectuados a nível privado dentro ou fora da Comunidade.
FT	GONRAND, F. (1992) - <i>Dicionário do Mercado Único</i> , Publicações D.Quixote, Lisboa, p.130
CON	O Ecu privado não é mais do que um novo produto financeiro criado por uma qualquer instituição monetária , no limite por qualquer agente económico , que respeitando a definição central de cabaz compósito , combine as disponibilidades das moedas que fazem parte do cabaz .
FT	SANTOS, M. (1991) - <i>ECU. Moeda Europeia?</i> Coimbra Editora, Coimbra, p.29
DOM	Sistema Monetário
SDOM	Sistema Monetário Europeu
TG	ECU; moeda
TS	
TA	ECU oficial; Ecu público; cabaz compósito
E	
F	Ecu privé
D	
NOTA	

NUM	3
PT	ECU OFICIAL
CG	substantivo masculino
SIN	circuito oficial da utilização do ECU
DEF	O Ecu oficial , desempenha a função de denominador no mecanismo de câmbio (fixação das taxas pivô) e para as operações dos mecanismos de intervenção de crédito , o de base para o indicador de divergência , de meio de pagamento entre autoridades monetárias da CEE.
FT	GONRAND, F. (1992) - <i>Dicionário do Mercado Único</i> , Publicações D. Quixote, Lisboa, p130
CON	Tal como aparece regulamentado o ECU oficial não é "comercializável", não podendo ser transaccionada no mercado de câmbios e tem um circuito restrito aos Bancos Centrais, alargado contudo, desde 12 de Novembro de 1985, a "Outros Detentores" específicos. A circulação do ECU oficial encontrou-se limitada pelo tipo de operações possíveis e que são basicamente as operações no âmbito dos mecanismos de intervenção e de crédito (...).
FT	SANTOS, M. (1991) - <i>ECU. Moeda Europeia?</i> Coimbra Editora, Coimbra, p.20
DOM	Sistema Monetário
SDOM	Sistema Monetário Europeu
TG	moeda; ECU
TS	mecanismo de câmbio
TA	ECU privado; taxas pivot; SEBEC
E	
F	Ecu officiel
D	
NOTA	

NUM	4
PT	UNIDADE DE CONTA
OG	substantivo feminino
SIN	
DEF	Unidade monetária de conta que serve para medir os valores dos pagamentos no comércio internacional.
FT	GONRAND, F (1992) - <i>Dicionário do Mercado Único</i> , D. Quixote, Lisboa, p.287
CON	O primeiro elemento do Sistema é como se disse, o ECU ou European Currency Unit. Desempenha funções de numerário - unidade de conta - nos mecanismos cambiais de base do indicador de divergência nas taxas de câmbio e de meio de liquidações entre as autoridades monetárias do Sistema.
FT	MARQUES, W (1991) - <i>Moeda e Instituições Financeiras</i> , D. Quixote, Lisboa, p.171
DOM	Sistemas Monetários
SDOM	Sistema Monetário Europeu
TG	moeda
TS	unidade monetária de conta
TA	ECU; unidade monetária europeia; reserva de valor
E	unit of account
F	unité de compte
D	Rechnungseinheit
NOTA	

NUM	5
PT	UNIDADE DE CONTA EUROPEIA
CG	substantivo feminino
SIN	UCE
DEF	Define-se pela soma dos montantes de acordo com as moedas dos Estados Membros das Comunidades Europeias.
FT	<i>Glossário Economie Monnaie et Finance</i> , Commission des Communautés Européennes, Bruxelles
CON	Em Bremen, em 1978, é desenhada um calendário para a implementação do sistema [SME]. A ideia era substituir as "unidades de contas europeias" por uma nova moeda artificial, ligar mais as moedas entre si através de políticas monetárias concentradas e criar mecanismos de apoio à convergência estrutural das economias e à estruturação das situações transitorias de desequilíbrio das Balanças de Pagamentos.
FT	MARQUES, W. (1991) - <i>Moedas e Instituições Financeiras</i> , D.Quixote, Lisboa, p171
DOM	Sistemas Monetários
SDOM	Sistema Monetário Europeu
TG	Moeda,
TS	unidade de conta
TA	ECU, ECU oficial, ECU privado
E	European unit of account (EUA)
F	unité de compte européenne (UCE)
D	Europäische Rechnungseinheit
NOTA	

NUM	6
PT	MERCADO DE CÂMBIOS
CG	substantivo masculino
SIN	mercado cambial; mercado de divisas
DEF	Mercado onde se compra e vende moeda estrangeira .
FT	SANTOS, M (1990) Mercado de Câmbios, p.5
CON	O mercado de câmbios é então um mercado onde se pode converter a moeda nacional em moeda estrangeira, e com esta aceder a todos os bens, serviços e títulos estrangeiros.
FT	SANTOS, M (1991) - <i>ECU. Moeda Europeia?</i> Coimbra Editora, Coimbra, p.20.
DOM	mercado de capitais
SDOM	mercado de câmbios
TG	mercado; câmbio
TS	
TA	moeda
E	foreign exchange market
F	marché des changes; marché des divises
D	Devisemarkt; Währungsmarkt
NOTA:	É usual, neste mercado, substituir a expressão compra/venda pela expressão câmbio/conversão.

NUM	7
PT	MOEDA
CG	substantivo feminino
SIN	
DEF	Instrumento ou meio de pagamento . Exerce ainda as funções de unidade de conta e de reservas de valor . Inclui as notas de banco e as peças de metal cunhado , bem como todos os instrumentos de liquidação de dívidas .
FT	LELLO
CON	A dificuldade em definir o conceito de moeda levou antes de mais a uma sistematização das suas funções. As mais geralmente aceites entre as funções de moeda são as seguintes: a) meio de pagamento ou instrumento geral de trocos(...); b) unidade de conta ou medida de valor (...); c) reserva de valor (líquido).
FT	MARQUES, W. (1991) - <i>Moeda e Instituições Financeiras</i> , D. Quixote, Lisboa, p.17.
DOM	Sistemas Monetários
SDOM	Sistemas Monetários Europeus
TG	
TS	
TA	notas de banco, peças de metal cunhado, instrumentos de liquidação de dívidas; unidade de conta, reserva de valor.
E	currency
F	monnaie
D	Währung
NOTA	

NUM	8
PT	SISTEMA MONETÁRIO
CG	substantivo masculino
SIN	
DEF	Relação ponderal existente entre todas as moedas de uma nação, numa determinada altura, cuja relação se encontra referendada à unidade monetária desse sistema.
FT	LELLO
CON	Definido um Sistema Monetário entre Nações como um conjunto de regras que presdiem à circulação de meios de regulação entre agentes das diferentes nações e um conjunto de mecanismos que fiscalizam o cumprimento destas regras, poder-se-á estabelecer um paralelismo de objectivos entre um qualquer Sistema Monetário Nacional e Internacional: assegurar o desempenho eficaz das funções da moeda
FT	MARQUES, W, (1991) - <i>Moeda e Instituições Financeiras</i> , D. Quixote, Lisboa, p.63.
DOM	Economia Monetária
SDOM	
TG	
TS	Sistema Monetário Europeu (SME)
TA	moeda; unidade monetária
E	monetary system
F	système monétaire
D	Währungssystem
NOTA	

NUM	9
PT	SISTEMA MONETÁRIO EUROPEU
CG	substantivo masculino
SIM	SME
DEF	Sistema de cooperação monetária que pretende fazer da Europa uma zona de estabilidade interna e externa , servir de quadro a uma cooperação reforçada em matéria económica dos Estados- Membros da CEE que participam no Sistema: contribuir para reduzir globalmente a instabilidade das moedas de terceiros e para repartir o impacto dos choques monetários externos sobre todas as moedas participantes do Sistema .
FT	GONRAND, F. (1992) - <i>Dicionário do Mercado Único</i> , D.Quixote, Lisboa,, p. 264.
CON	A 13 de Março de 1993 entrava em vigor o sistema Monetário Europeu (SME) (...). O SME repousa assim, por ora, em 3 funções fundamentais: - uma unidade moentária compósita - o ECU; um mecanismo de estabilização das taxas de câmbio (ERM) (...); - Mecanismo de assistência e crédito aos países membros (...).
FT	MARQUES, W. (1991) - <i>Moeda e Instituições Financeiras</i> , D. Quixote, Lisboa, p.171.
DOM	Economia Monetária
SDOM	Sistemas Monetários
TG	
TS	
TA	moeda, zona de estabilidade, taxas de câmbio
E	European monetary system
F	Système monétaire européen
D	Europäische Währungssystem
NOTA	SME entrou em vigor a 13-3-1979, nos termos de uma resolução do Conselho Europeu de 5 de Dezembro de 1978.

NUM	10
PT	CABAZ DE MOEDAS
CG	substantivo masculino
SIN	
DEF	Conjunto das moedas cuja variação na mercado de câmbios serve para determinar o valor do Ecu (ou de qualquer moeda).
FT	GONRAND, F. (1992) - <i>Dicionário do Mercado Único</i> , D.Quixote, Lisboa,p.69
CON	O aparecimento dos "cabazes de moedas", e a sua importância a partir da década de setenta, prende-se com a evolução do SMI , nomeadamente com a crescente volatilidade e incerteza das taxas de juro e de câmbio . A natureza de um cabaz de moedas sugere uma evolução média, com estabilidade superior ao conjunto de moedas que a compõem.
FT	SANTOS, M (1991) - <i>ECU. Moeda Europeia?</i> Coimbra Editora, Coimbra, p.40
TG	moeda
TS	ECU
TA	mercado de câmbios; taxa se câmbio;
E	basket of currencies
F	panier de monnaies
D	Währungskorb.
NOTA	

NUM	11
PT	UNIDADE DE CONTA EUROPEIA
CG	substantivo feminino
SIN	unidade monetária compósita

Como se pode verificar, a base de dados relacional dá conta das relações conceptuais.

A partir da conceito de ECU, obtivemos 11 fichas terminológicas, a partir das quais se devem criar mais 25 fichas necessárias ao entendimento das conceitos vedetas das 11 fichas acima referidas.

- . autoridades monetárias
- . câmbio
- . choques monetários externos
- . comércio internacional
- . cooperação monetária
- . estabilidade das moedas de terceiros
- . indicador de divergência
- . instrumentos de liquidação de dívidas
- . mecanismo de intervenção de crédito
- . mecanismo de taxa
- . meio de pagamento
- . mercado
- . mercado de câmbios
- . mercado de capitais
- . moeda estrangeira
- . notas de banco

- . pagamentos
- . peças de metal cunhado
- . reservas de valores
- . taxas pivot
- . unidade monetária
- . unidade monetária de conta
- . valor
- . zona de estabilidade externa
- . zona de estabilidade interna

O sistema conceptual, o sistema terminológico e o sistema de árvores de domínios estão sempre presentes na base de dados, que por esse motivo é relacional.

Deste modo, é virtualmente possível cobrir todas os conceitos de um sistema conceptual.

Em teoria, cobrir exaustivamente um sistema conceptual, é impraticável: por um lado, devido à rapidez com que os novos conceitos e os respectivos termos vão surgindo, por outro, devido à criatividade lexical que também caracteriza o "falante especializado".

5. TRATAMENTO LEXICOLÓGICO DAS LEXIAS COMPLEXAS ENQUANTO UNIDADES TERMINOLÓGICAS.

5.1. As expressões nominais complexas

O objectivo deste capítulo é descrever o comportamento linguístico das unidades terminológicas compostas por dois ou mais vocábulos. Depois de uma reflexão sobre as conceitose diferentes acepções de **composição**, **lexia** e **sintagma**, debruçamo-nos sobre a análise das lexias complexas no âmbito da *Economia Monetária*.

5.1.1. A composição

Os critérios subjacentes à formação de palavras por **composição**, nem sempre são muito rigorosos.

Vejamos o modo como a gramática de CUNHA e CINTRA e a de MATEUS abordam esta problemática.

CUNHA e CINTRA (1986: 106) afirmam que a composição "(...) *consiste em formar uma nova palavra pela união de dois ou mais radicais. A palavra composta representa sempre uma ideia única e autónoma, muitas vezes dissociada das conceitosexpressas pelos seus componentes.*" .

Nesta perspectiva, a formação de palavras por composição pode ser analisada quanto à forma, quanto ao sentido e quanto à classe gramatical.

Tendo por ponto de partida a forma, os autores distinguem a **composição por justaposição** (ex: beija-flor), da **composição por aglutinação** (ex: aguardente [água + ardente]).

Na composição por justaposição, os elementos que compõem a palavra são "*simplesmente justapostos*" (CUNHA e CINTRA, 1986: 106), enquanto que na composição por aglutinação, os elementos que formam a palavra estão "*intimamente unidos*". No primeiro tipo de composição, as palavras podem ser ou não interligadas por um hífen, enquanto que no segundo tipo, as palavras juntam-se num só vocábulo gráfico.

Do ponto de vista do seu conteúdo, a palavra composta constitui-se por um determinado e um determinante, sendo o primeiro portador de um conteúdo global e o segundo de um conteúdo específico.

Quanto à análise da classe gramatical da palavra composta, CUNHA e CINTRA apresentam uma tipologia dos constituintes passíveis de formar uma palavra composta.

Tendo como referencial a gramática acima citada e tendo presente o carácter linear da língua em que "*o signifiant (...) représente une étendue et cette étendue est mesurable dans une seule dimension*", (SAUSSURE, 1972: 103), a linha, podemos-nos questionar sobre quais os critérios para distinguir uma sequência livre de palavras - um sintagma na terminologia de SAUSSURE - de uma palavra composta, que quanto à forma e à classe gramatical podem apresentar a mesma estrutura linear.

MATEUS, na sua gramática, afirma que a composição requer "(...) *a utilização de mais de uma unidade plena, ou seja, de mais do que uma palavra*" (1989: 390)

Nesta definição, a conceito de unidade plena identifica-se com a conceito de **palavra**. No entanto, não existe uma relação de reciprocidade: o conceito de palavra é muito mais abrangente que o conceito de unidade plena.

Parece-nos que a imprecisão subjacente à conceito de composição, advém, em parte, do conceito de palavra ser muito flutuante. Muitos têm sido os autores a definir a palavra e muitos outros a substituir a palavra por conceitos mais operativos.

Pela falta de rigor, a conceito de palavra tem vindo a ser preterida em favor das unidades de significação, inferiores ou superiores à palavra.

Repare-se na definição de composição, que DUBOIS (1973: 109) preconiza: "*La formation d'une unité sémantique à partir d'éléments lexicaux susceptibles d'avoir par eux-même une autonomie dans la langue.*" . Conceitos como radical e palavra são evitados e substituídos por **unidades semânticas** e **elementos lexicals**.

Para POTTIER, a palavra é a unidade mínima construída. Distingue três classes de palavras: as **palavras lexicais** que são as palavras constituídas por **lexemas** (morfemas lexicais) e **gramemas** (morfemas gramaticais), as **palavras gramaticais** e os **substitutos**. Estas duas últimas categorias são constituídas por **gramemas**. Considera este autor que, "*le mot a une définition componentielle dans chaque*

langue. Mais c'est une unité transitoire, vers le niveaux supérieur, fonctionnel"
(POTTIER, 1967: 17).

5.1.2. A lexia

Em 1962, POTTIER propõe uma terminologia nova: a **lexia**. A **lexia** é uma unidade de comportamento, isto é, uma unidade de funcionamento em discurso, enquanto que a palavra é uma unidade virtual. Lexia pode ser considerada o hiperônimo de **lexia simples**, de **lexia composta** e de **lexia complexa**.

A **lexia simples** coincide com a palavra lexical; a **lexia composta** é constituída por várias palavras lexicais "*déjà en partie ou totalement intégrés (graphiquement, ou dans leur comportement tactique)* e por último, a **lexia complexa** "*qui est une séquence plus ou moins figée de mots.*" (POTTIER, 1969: 17).

Considera este autor, que há vários graus de integração lexical. Para exemplificar apresenta o seguinte esquema:

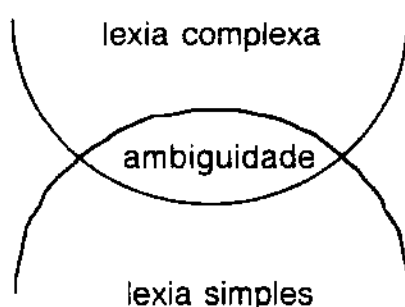


Fig. 12

Neste esquema, a **lexia composta** não tem representação, embora a definição que lhe esteja subjacente preveja graus de lexicalização na

sua formação, uma vez que o autor fala em "*plusieurs mots déjà en partie ou totalement intégré*" (POTTIER, 1967: 17).

As diferenças conceituais entre lexia composta e lexia complexa não são muito explícitas. Na definição da primeira conceito, POTTIER fala em "*plusieurs mots*", enquanto que na definição da segunda, fala em "*séquence de mots*". Não estaremos perante paráfrases?

Para exemplificar a lexia composta, o autor apresenta a unidade "*brise-glace*"; para exemplificar a lexia complexa apresenta "*pomme de terre*". Tendo em conta o eixo sintagmático de SAUSSURE, quais são as diferenças entre estes dois tipos de lexias? Ambas são lexicalizadas, isto é, os seus componentes foram progressivamente soldados num conjunto pelo uso; uma e outra remetem invariavelmente para uma ideia única e autónoma. Tanto a lexia composta como a lexia complexa têm um elemento que liga as palavras lexicais: no primeiro caso, temos um hifen, no segundo caso temos uma preposição. As duas lexias, composta e complexa, desempenham a função de uma lexia simples no seio de um enunciado: "*brise-glace*" e "*pomme de terre*" são dois substantivos

A estrutura da lexia pode ser representada da seguinte forma:

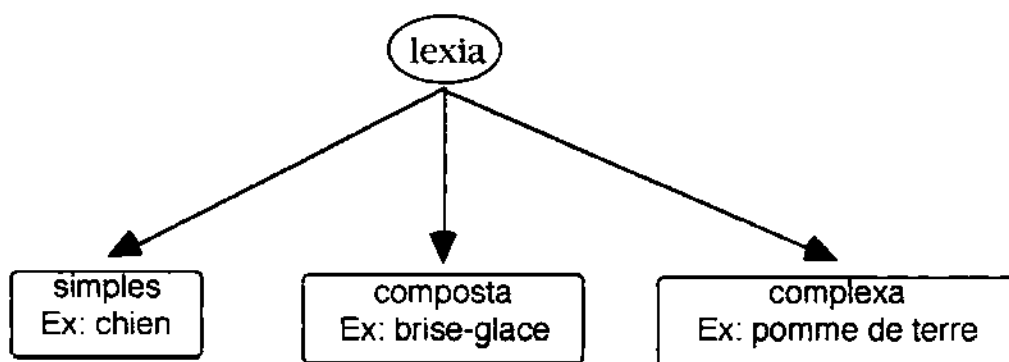


Fig. 13

Partindo da estrutura de POTTIER (1967), elaborámos um esquema que nos parece mais adequado para o desenvolvimento deste trabalho.

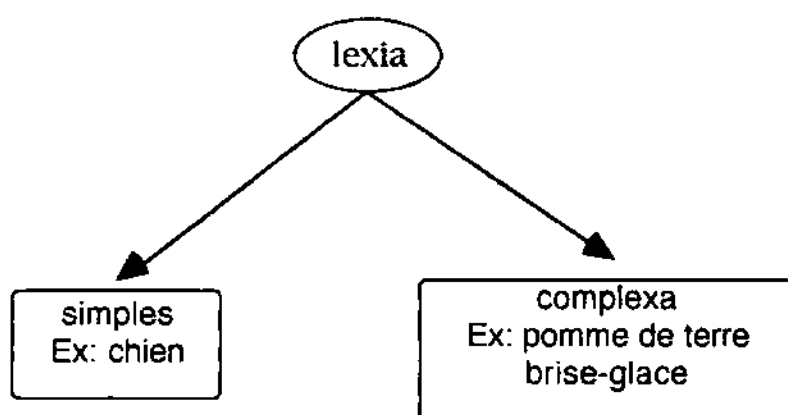


Fig. 14

Integrámos a lexia composta na lexia complexa, por oposição à lexia simples. A lexia simples coincide então com a palavra, enquanto que a lexia complexa corresponde a qualquer sequência lexicalizada, que seja constituída por duas ou mais lexias simples.

Uma vez que a nossa análise se desenvolve numa perspectiva **síncronica**, considerámos a lexia "aguardente", que CUNHA e CINTRA (1986) registam como uma palavra composta por aglutinação, uma lexia simples na medida em que o falante a identifica, gráfica e fonicamente, como sendo um vocábulo.

5.1.3. A sinapse

POTTIER não foi o único a propor uma terminologia nova para dar conta de unidades significativas superiores à palavra.

E. BENVENISTE (1974: 172 -173) isolou um fenómeno sintáctico que designou de **sinapse** (*synapsie*) A sinapse compõe-se por um conjunto de lexemas que forma uma designação constante e específica. São sete as propriedades que definem a sinapse: a natureza sintáctica, não morfológica, que liga os constituintes; a utilização de preposições que une os elementos que formam a sinapse; a ordem linear determinado + determinante; a conservação da forma lexical plena dos constituintes, isto é, não existe nenhuma forma de contracção ou de aglutinação; a ausência de artigo antes do determinante; a expansão dos elementos que constituem a sinapse e, finalmente, o carácter único e constante do significado.

A justificação teórica que BENVENISTE desenvolve apresenta algumas dificuldades, nomeadamente, a que diz respeito às duas últimas características atribuídas à sinapse.

O exemplo que DUBOIS apresenta para ilustrar a sexta característica de BENVENISTE é "*bête à cornes*", afirmando que "*cornes*" pode ser expandido à esquerda. De facto, esta expansão é possível; porém, acarreta consigo uma alteração no plano do conteúdo. "*Bête à cornes*" ou "*bête à grandes cornes*", designam realidades diferentes. Enquanto que o primeiro exemplo referido é uma sinapse (figura como exemplo no MICRO ROBERT (1974), o segundo, é uma sequência livre de unidades ou no mínimo uma lexia com um grau de lexicalização muito reduzido.

A última característica apresentada por BENVENISTE, isto é, o carácter único e constante do significado, é em nosso entender a

propriedade mais significativa. No entanto, não é uma propriedade sintáctica, mas sim uma propriedade semântica.

BENVENISTE hesita em considerar a sinapse parte integrante da composição. Para este autor existe composição, quando *"deux termes identifiables pour le locuteur se conjoignent en une unité nouvelle à signifié unique et constant"* (p.170)

Dos compostos destaca os conglomerados ("**conglomérés**"). *"Nous appelons ainsi les unités nouvelles formées de syntagmes complexes comportant plus de deux éléments"*, distinguindo os **sintagmas predicativos convertidos em substantivos** (*"monte-en-l'air"*), das **locuções adverbiais** (*"dorénavant"* = *"d'ore en avant"*). Afirma o autor, que em geral *"les conglomérés tendent à l'état de signe compact"* (p.170)

Ao introduzir a conceito de sinapse, o autor afirma que gostaria de insistir sobre *"un type de composition"*(p.172). Um pouco mais adiante contradiz-se ao afirmar: *"Pour désigner ces grandes unités (...) un terme nouveau devient nécessaire , qui soit distinct de composition (il s'agit précisément de quelque chose d'autre que la composition)"* (p.172).

Acaba a sua exposição apresentando exemplos que ilustram as diferenças entre compostos e sinapses. Considera *"garde-malade"* um composto e *"asile de nuit"* uma sinapse. Mais uma vez chamamos a atenção para a definição que BENVENISTE atribui à composição e à sinapse. Para definir a primeira conceito, fala em *"deux termes"*, para definir a segunda fala em *"groupe de lexèmes"*. *"Garde-malade"* e *"asile de nuit"* são constituídas por duas unidades plenas e ambas constituem um

conjunto de lexemas. Tal como os compostos "*conglomérés*", a sinapse tende para "*l'état de signe compact*".

5.1.4 O sintagma

POTTIER distingue lexia de **sintagma**. Enquanto que a lexia é uma unidade de comportamento, o sintagma é uma unidade de função. Diferencia o **sintagma de função nominal** que tem por base um substantivo e um conjunto variável de adjuntos, do **sintagma verbal** cuja base é um verbo e obedece à mesma estrutura do sintagma nominal.

Também BENVENISTE distingue a sinapse de sintagma. Para este autor "*syntagme (...) s'applique à n'importe quel groupement même occasionnel, opéré par des moyens syntaxiques (...)*". (1974: 172) Para este autor, sintagma pode corresponder a um conjunto livre de vocábulos, mas também pode ser um composto "*congloméré*" e, questionamo-nos, porque não uma sinapse, uma vez que também ela é constituída por "*n'importe quel groupement*". Mas para o autor, sinapse é "*distinct de composition*", tal como é "*distinct (...) de syntagme*." (1974:172).

Para MARTINET, o sintagma corresponde a um conjunto "*d'unités significatives plus étroitement liées entre elles qu'avec le reste de l'énoncé, plus éventuellement, l'élément qui le relie à cet énoncé*" (1985: 83)

Mas, é a SAUSSURE (1972: 170-171) que a linguística deve a conceito de sintagma: "*Le syntagme se compose (...) toujours de deux ou plusieurs unités consécutives.(...) Placés dans un syntagme, un terme n'acquiert sa valeur que parce qu'il est opposé à ce qui précède ou ce qui suit, ou à tous les deux*".

Em 1975 GUILBERT fala em *composition syntagmatique* (1975: 249) em 1982 KOCOUREK fala em *sintagma lexical* (1982: 116) por oposição ao *sintagma livre*.. O sintagma livre corresponde a um grupo de palavras que formam um conjunto no interior da frase. O sintagma lexical corresponde a uma unidade lexicalizada considerada como uma unidade. (cf 1982: 34)

BOULANGER (1989) refere-se a **sintagma terminológico** que se opõe ao sintagma de SAUSSURE. Aqui, o adjectivo "terminológico" tem como função restringir o sentido de sintagma, o que significa que sintagma pode ocorrer como sinónimo de sintagma terminológico. Este autor define a conceito de sintagma terminológico da seguinte maneira: "*Le ST [syntagme terminologique] sera défini comme étant un groupe de mots séparés par des blancs, syntaxiquement liés et identifiant une notion unique dans un domaine déterminé du savoir. Le syntagme est donc un terme*". (1989: 360). O sintagma terminológico pode ser composto por uma estrutura de base binária, mas também pode ser complexa, "*c'est-à-dire, dériver d'une structure modèle élémentaire par l'intermédiaire d'une expression déterminative*" (1989: 360).

BOULANGER apresenta a estruturação hierárquica do termo que representamos da seguinte forma:

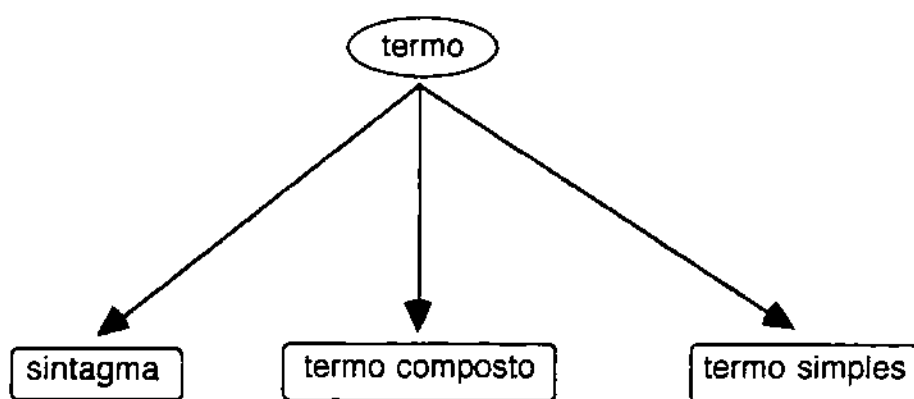


Fig. 15

Este autor utiliza "termo" ou "palavra" consoante a abordagem em foco seja terminológica ou lexicológica.

No seu texto, BOULANGER (1989: 360) afirma que sintagma se opõe a termo simples e apresenta como exemplo, *infographie*. No seu texto, nunca aparece nenhuma referência à definição de termo composto.

Podemos concluir, que o termo sintagma é polissémico na perspectiva dos lexicólogos e homónimo na perspectiva dos terminólogos. A primeira aceção de sintagma corresponde à conceito introduzida por SAUSSURE (1972: 170-171), a segunda aceção corresponde à conceito de lexia complexa, de sinapse, de sintagma lexical e de sintagma terminológico, consoante a terminologia adoptada pelos diversos autores.

5.1.5. Reflexões conclusivas

Após esta síntese das designações utilizadas para referir os fenómenos que nos interessam analisar, optámos pela terminologia de POTTIER, com as alterações que apresentámos e justificámos no ponto 5.2.

Em termos metodológicos, a **lexia complexa** parece ser a designação mais adequada, uma vez que a lexia é uma unidade funcional que ocorre em discurso.

Por as lexias complexas surgirem em discurso, o contexto ocupa um lugar de relevo na base de dados relacional (cf. pt 4). Este campo oferece-nos um manancial importante de informação linguística e extra-linguística que nos permite chegar à delimitação da conceito e, conseqüentemente, à sua definição. O contexto permite distinguir uma sequência livre de vocábulos de uma lexia complexa.

Em síntese, POTTIER considera a palavra uma "unidade virtual" fazendo parte integrante da "*langue*", enquanto que a lexia, é "*l'unité fonctionnelle mémorisée en compétence, constituée naturellement à partir du mot, et aussi par des transferts variés*" (POTTIER - NAVARRO (1988) - p.644).

Por último, julgamos que o termo lexia é o termo mais motivado, uma vez que a nossa análise se situa ao nível da lexicologia. Lembramos que as unidades terminológicas que nos propomos analisar têm expansões quer à direita, quer à esquerda; estamos na presença de um fenómeno linguístico que reflecte aspectos de carácter conceptual.

5.2 . Análise sintáctico-semântica das lexias complexas

5.2.1. A coesão interna das lexias complexas

Uma das tarefas do terminólogo é reunir as unidades terminológicas que irão constituir a base de dados.

No momento de extrair as unidades terminológicas, o terminólogo terá de distinguir uma lexia complexa de uma sequência livre de lexias simples. São, basicamente, dois os critérios que presidem à sua selecção: **critérios formais e critérios semânticos e conceptuais**.

Os critérios formais são aqueles que permitem avaliar a lexia complexa do ponto de vista da "*stabilité du rapport syntagmatique au plan du discours*" (ZOLONDEK, 1988: 53). Os critérios semânticos e conceptuais comprovam a relação entre o significado e o conceito, ou seja, os que permitem observar a "*stabilité du rapport de signification entre l'unité syntagmatique et un signifié [notion] unique.*" (ZOLONDEK, 1988: 53).

Embora em termos teóricos, se diferencie os critérios formais dos critérios semânticos e conceptuais, não nos parece pertinente avaliar a coesão interna das lexias complexas, tendo por referência unicamente um destes critérios.

A lexia complexa é uma unidade de discurso que se manifesta como uma lexia simples no seio do enunciado. A sua particularidade reside no facto de existir uma **coesão semântica** entre os vários elementos que constituem a lexia complexa, podendo os elementos, perder algumas das propriedades que possuem enquanto unidades autónomas. Passamos a exemplificar:

taxa de câmbio fixa ➡ N + PREP + N + ADJ
--

A análise morfo-sintáctica de *taxa de câmbio fixa* informa-nos sobre a classe gramatical a que pertencem os constituintes da lexia complexa, isto é, **N + PREP + N + ADJ**, que obedecem às regras lineares no eixo sintagmático. Esta análise ainda não nos dá conta de qualquer relação entre os constituintes, uma vez que qualquer enunciado obedece às regras lineares da frase.

Ao inferir que *taxa* tem a função de determinado e que *câmbio* e *fixa* desempenham o papel de determinantes, o que significa que restringem e especificam o conteúdo de *taxa*, situamo-nos ao nível da análise sintáctico-semântica. Por um lado, classificámos os constituintes quanto à sua classe gramatical no seio do eixo sintagmático, por outro efectuámos uma **análise sémica**, uma vez que, ao considerar as unidades *câmbio* e *fixa* determinantes, consideramo-las delimitadoras do conteúdo expresso pela lexia *taxa*. A análise sémica pretende isolar os traços distintivos do **semema**, isto é os **semas**. Os semas que constituem os vários elementos da lexia complexa interpenetram-se, isto é, cada constituinte perde e em simultâneo adquire novos traços semânticos, o que confere coesão interna à lexia complexa.

Na terminologia de POTTIER (1987: 67-88), "*o sema é um traço distintivo semântico de um semema, relativamente a um conjunto de termos de uma língua natural.*" O semema é constituído por **semas genéricos** (classemas), por **semas específicos** (semantemas) e por **semas conotativos** (virtuemas). Os dois primeiros tipos de semas são **semas constantes**, enquanto que o último tipo de semas são **semas variáveis**.

Taxa de câmbio fixa é uma lexia complexa constituída por três lexias simples: *taxa*, *câmbio* e *fixa*. As três lexias simples são unidades com vida autônoma fora da lexia complexa, sendo as duas primeiras unidades terminológicas uma vez que são definidas dentro de um sistema conceptual. O adjectivo *fixa* é uma unidade de significação da língua corrente; no entanto, não é uma unidade terminológica uma vez que não pertence a nenhuma área do saber em particular, e, enquanto adjectivo, não designa nenhum conceito.

O termo *taxa* é um termo homonímico, uma vez que define dois conceitos, que pertencem a sistemas conceptuais diferentes. *Taxa* definida como "*razão entre dois valores*" pertence ao domínio da *Economia Monetária*; *taxa* compreendida como "*imposto*" remete para o domínio das *Finanças Públicas*.

Com a expansão de *câmbio* sabemos que a segunda acepção de *taxa*, isto é, *taxa* definida como "*imposto*" fica posta de parte, uma vez que *taxa de câmbio* se define como "*um valor de uma unidade monetária estrangeira, expressa em moeda nacional*." *Taxa de câmbio* é uma lexia complexa terminológica, uma vez que remete para um único conceito: existe uma relação unívoca entre a unidade terminológica e o conceito. No plano sintagmático, *taxa de câmbio* desempenha a função de substantivo, enquanto que no plano paradigmático, esta lexia complexa pode ser substituída por uma lexia simples, que neste caso pode assumir a forma de *câmbio*. Relembra ZOLONDEK citando BOULANGER (1988: 53) "(...) sur le plan paradigmatique, cette stabilité est souvent marquée par la possibilité de commutation d'un syntagme avec une unité simple." .

Taxa de câmbio é sinónimo de *câmbio*, assim como também é sinónimo de *taxa cambial*, isto é, estamos na presença de três designações que remetem para o mesmo conceito. Gostaríamos de completar a observação de BOULANGER, dizendo que uma lexia complexa, para além de poder ser substituída por uma lexia simples também pode ser substituída por outra lexia complexa.

Taxa de câmbio pode então ser esquematizado da seguinte forma: [N+PREP+N]. Os parêntesis rectos simbolizam a relação semântica existente entre os vários constituintes, traduzindo assim a coesão semântica da lexia complexa.

Tal como *taxa de câmbio* é uma espécie de *taxa*, assim *taxa de câmbio fixa* é uma espécie de *taxa de câmbio*. Por outras palavras, a *taxa de câmbio fixa* é uma *taxa de câmbio* que tem a particularidade de ser *fixa*, que se distingue e se opõe a *taxa de câmbio flutuante*, a *taxa de câmbio efectiva*, a *taxa de câmbio nominal*, a *taxa de câmbio central*, etc. "*Le critère de cohésion sous-entend nécessairement le rapport d'opposition et de distinction puisqu'un déterminant qui modifie la signification de la base peut à la fois permettre d'opposer des catégories formées par d'autres déterminants et ce même déterminé.*" (ZOLONDEK, 1988: 51). Chegamos assim à seguinte tipologia:

[[N+PREP+N] + ADJ]

O primeiro conjunto [N + PREP + N] representa o determinado, o ADJ representa o determinante. Os parêntesis rectos têm por função

representar a unidade linguística e conceptual que une este conjunto de constituintes.

Em termos sintácticos, os constituintes de uma lexia complexa, não podem sofrer as mesmas alterações ou expansões que poderiam sofrer, caso fossem livres. São muitos os autores que apresentam testes para avaliar a coesão interna das lexias complexas. CHISS, FILLIOLET et MAINGUENEAU (1978) apresentam quatro testes que designam de **inserção**, de **comutação**, de **coordenação** e de **retomada parcial** ("*reprise partielle*"). A inserção permite verificar se, ao inserir um constituinte antes ou depois de qualquer um dos elementos que compõem a lexia, o conteúdo sofre alterações. A comutação consiste na substituição de um dos elementos da lexia complexa por outro. Por coordenação entende-se a acção de introduzir um elemento coordenativo para unir duas lexias simples ou duas sequências de lexias que pertencem à mesma categoria lexical. A retomada parcial consiste na possibilidade de omitir um dos elementos que constituem a lexia complexa num contexto em que a lexia já tenha sido referenciada na sua totalidade.

Segundo os autores, qualquer uma destas provas permite testar a coesão interna das lexias. A partir do momento que, na aplicação de um dos testes apresentados, se verifica uma alteração ao nível da relação entre o signo e a realidade extra-linguística, a coesão semântica da lexia complexa fica comprovada.

Gostaríamos de comentar um dos testes sintáticos de BENVENISTE (cf. 5.1.3.), uma vez que os outros estão contemplados nos testes apresentados por MAIGUENEAU.

Um dos testes sintáticos apresentados por BENVENISTE, permite considerar uma sequência de vocábulos uma lexia complexa, se esta recusar a introdução de um artigo antes do determinante:

taxa de crescimento → * taxa do crescimento

Repare-se, no entanto, que este teste só funciona se o determinante for um substantivo. No caso de *taxas fixas* [N+ADJ], este teste já não resulta, na medida em que um adjetivo qualificativo, em situação alguma pede um artigo, a não ser que este seja substantivado. Nessa altura poderemos estar perante um determinado.

Qualquer um dos testes apresentado é falacioso e autores como AUGER defendem que não há nenhum critério formal que permita distinguir uma lexia complexa de uma sequência de vocábulos.

O próprio BENVENISTE já tinha a percepção da falibilidade dos seus testes um vez que afirma: "*C'est toujours et seulement la nature du désigné qui permet de décider si la désignation syntagmatique est ou n'est pas une synapsie (...).*" (1974: 173).

Em nosso entender, os critérios formais utilizados são veículos que permitem testar a coesão semântica: o critério formal só é relevante

quando se observa que a mudança operada ao nível do plano da expressão influencia e/ou altera o plano do conteúdo.

Uma lexia é complexa por a sua formação resultar de fenómenos sintácticos, semânticos e conceptuais que lhe conferem complexidade.

5.2.2. Sistema e campos terminológicos

Na abordagem que fazemos ao léxico, optamos pela **não lematização** das lexias sempre que surgem dúvidas quanto às consequências daí resultantes no plano do conteúdo. A lematização pressupõe o "*reagrupamento sob forma gráfica, representativa de todas as formas que podem apresentar uma mesma unidade de significação lexicográfica*", (LINO, 1991). **Lematizar** significa reduzir a unidade ao seu **lema**, ou seja, reduzir ao infinitivo todas as formas verbais de um paradigma verbal, e reduzir todas as formas nominais ao masculino singular no seio de um paradigma nominal.

A opção pela não lematização das lexias complexas deve-se ao facto de, na descrição lexical, tal procedimento poder acarretar modificações semânticas e conceptuais. Os semas "*unité[s] mininale[s] de signification, non susceptible de réalisation indépendante, et donc toujours réalisée[s] à l'intérieur d'une configuration sémantique ou xémème*." (DUBOIS, 1973: 433), estruturam as lexias em termos semânticos em que os semas são responsáveis pelas semelhanças e as diferenças existentes entre os lexemas. Consequentemente, a lematização pode alterar a estrutura sémica da lexia, implementando a ambiguidade na relação entre a unidade terminológica e o conceito que representa.

Das lexias complexas que constituem o *corpus*, seleccionámos aqueles que gravitam à volta das seguintes unidades:

- . mercado /mercados
- . câmbio / câmbios; cambial /cambiais
- . moeda / moedas; monetário / monetários; monetária / monetárias

Como esclarecemos no ponto 2 e 3, considerámos estas unidades terminológicas hiperónimos. Tendo presente que um hiperónimo é um termo genérico que, por definição contém todos os semas genéricos que são especificados nos hipónimos. Os hipónimos são os termos específicos que se caracterizam por estarem semanticamente incluídos nos hiperónimos:

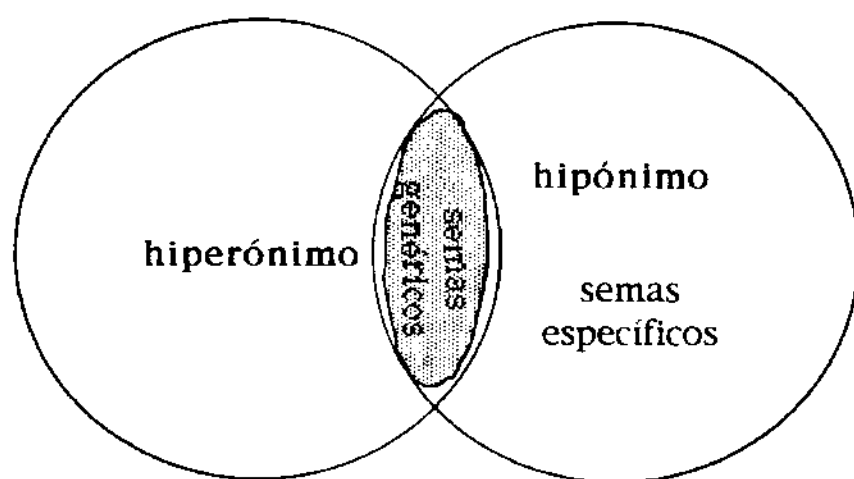


Fig. 16

Neste caso, julgamos que o acto de lematizar, acarreta a selecção de todos os semas genéricos que caracterizam um termo:

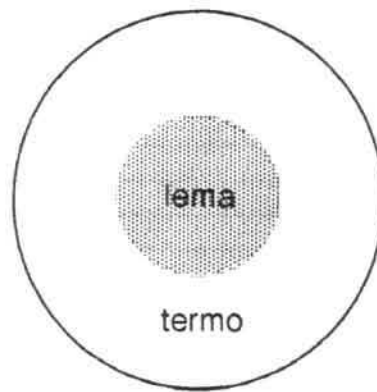


Fig. 17

Optámos, assim, por reduzir ao seu lema todas as variantes de um hiperónimo. EX:

- . mercado / mercados -----> MERCADO
- . câmbio / câmbios
- câmbial / cambiais -----> CÂMBIO
- . moeda / moedas
- monetário / monetários -----> MOEDA
- monetária / monetárias

Relembramos que lematizámos os hiperónimos e não os hipónimos, uma vez que a sua especificidade semântica tem de ser salvaguardada.

Seleccionámos, para análise, este conjunto de termos genéricos, por a partir deles se poder constituir **campos terminológicos**. KOCOUREK (1981: 158) baseia-se na conceito de campo lexical para chegar à conceito de campo terminológico que define como sendo um grupo de termos ligados entre si por uma relação formal e/ou semântica.

Todas as unidades terminológicas obedecem a critérios formais e semânticos. Existe uma relação formal, porque de entre os constituintes que formam a unidade terminológica, um deles pertence à família lexical do lema. Exemplifiquemos: temos o lema *moeda* que aparece como substantivo, mas também aparece como adjectivo derivado a partir do substantivo: *monetário(s)* - *monetária(s)*.

A relação semântica está presente nos semas genéricos que constituem o lema, reflectindo deste modo as unidades terminológicas, que estabelecem laços semânticos e conceptuais sólidos entre elas. O campo terminológico está assim justificado.

O primeiro conjunto de unidades terminológicas gravitam em torno do lema *mercado*. O seu número eleva-se a 28.

Vejamos os exemplos:

abertura dos	mercados	
desregulamentação dos	mercados	
economias de	mercado	
integração de	mercado	
plena liberalização dos	mercados	reais e financeiros e europeus

Neste primeiro conjunto, o lema *mercado* expande-se à esquerda, com excepção do último que se expande simultaneamente à esquerda e à direita. O comportamento sintáctico destas lexias complexas é representado nas matrizes lexicogenéticas / (terminogenéticas):

[N+[Prep+Art]+N]

[N+Prep+N]

[Adj+N+[Prep+Art]+N+Adj+e+Adj+Adj]

Nestas lexias complexas, o termo base corresponde ao segundo N, isto é, ao segundo substantivo no eixo sintagmático da matriz apresentada. O termo base corresponde ao termo que no seio da lexia complexa desempenha a função semântica principal, à volta da qual gravitam todos os outros constituintes.

O termo base, neste caso, é *mercado* e corresponde ao elemento que contém os semas genéricos. *Mercado* define-se como: "*Lieu sur lequel s'opèrent des transactions entre des acheteurs et des vendeurs. Un marché peut très bien ne pas avoir d'existence physique (bâtiments...) et être uniquement représenté par des systèmes de communication qui sont interconnectés*" (TEULON, 1991:65). A conceito de *transacções entre compradores e vendedores* esta contemplada nas 28 ocorrências de *mercado* que se diferenciam entre elas pelas suas expansões.

Nas lexias *abertura de mercados* e *desregulamentação de mercados*, são os substantivos *abertura* e *desregulamentação* que especificam a lexia *mercado* mas não a contaminam, uma vez que são os substantivos que veiculam as características extrínsecas, isto é, as características exteriores ao conceito *mercado*. Podemos-nos questionar sobre o grau de lexicalização destas lexias complexas. Será que *abertura de mercados* e *desregulamentação de mercados* são lexias que representam conceitos que têm autonomia de forma completa e única

fora de qualquer contexto lexical? A questão pode ser colocada de forma diversa. Terão esta lexias complexas autonomia para figurar como vedetas num início de uma ficha terminológica ou num início de um artigo de dicionário?

Podemos afirmar, com certeza, que estas duas lexias têm um grau de lexicalização inferior à da lexia *economias de mercado*. Em *economia de mercados* é difícil decidir quais dos substantivos da lexia, desempenha o papel de termo base. É o substantivo *mercado* que contamina o conteúdo sémico de *economia*, ou é *economia* que contamina o conteúdo sémico de *mercado*?

Tanto o termo *economia* como o termo *mercado* são duas lexias simples com autonomia no domínio da *Economia*, facto esse que não se verifica nem com *abertura*, nem com *desregulamentação*, duas lexias transferidas da língua corrente para servir a língua de especialidade.

Mais do que um conceito, *economia de mercado* designa um sistema: "*Sistema económico que incentiva a detenção dos meios de produção (...)*" (BRANCO, 1984: 837). Por isso, *economia de mercado* pode ser a etiqueta de um domínio, utilizada para designar um sistema de conceitos, onde cada conceito necessária à compreensão da *economia de mercado* ocupa um lugar determinante.

A lexia *plena liberalização dos mercados reais e financeiros europeus* é uma unidade discursiva, uma vez que permite ao seu autor, transmitir três conceitos num espaço sintagmático reduzido. É a **conjunção coordenativa**, conector frásico "*que relaciona termos ou orações*" (CUNHA e CINTRA, 1986: 55), que permite certificar que a lexia

complexa se subdivide e pode corresponder a 3 artigos de dicionários ou de 3 fichas terminológicas:

- . plena liberalização dos mercados reais
- . plena liberalização dos mercados reais europeus
- . plena liberalização dos mercados financeiros europeus

Só o microcontexto permite levantar a ligeira ambiguidade que suscita o desdobramento efectuado entre as duas primeiras lexias. Será que os *mercados reais* são *europeus* ou não?

Destas três lexias, pensamos que só duas das lexias têm autonomia para ocupar o lugar de vedeta de artigo de dicionário ou de ficha terminológica:

- . plena liberalização dos mercados reais
- . plena liberalização dos mercados financeiros

O adjectivo *europeu*, enquanto unidade lexicográfica ou terminográfica, não é pertinente uma vez que os seus semas já são demasiadamente periféricos relativamente aos semas contidos em *mercado*. O facto de os *mercados financeiros* serem *portugueses* ou *europeus* não altera o conceito expresso pela lexia.

Observámos que todos os elementos que se encontram do lado esquerdo do termo base delimitam o conceito, isto é, informam sobre uma condição exterior ao conceito de *mercado*. A expansão à direita caracteriza e especifica o termo base, contribuindo com características que são intrínsecas ao termo: existe uma contaminação dos semas.

O mesmo já não acontece com os exemplos que se seguem:

mercado	externo
mercado	de trabalho
mercado	mundial
mercados	européus
mercados	de factores produtivos
mercados	livres

Nestes caso o comportamento sintáctico resume-se à seguinte matriz:

[N+Adj]

[N+Prep+[N+Adj]]

Nos casos em que a lexia complexa é composta por um substantivo e um adjectivo, este último tem por função qualificar o primeiro.

No caso de *mercados de factores produtivos*, os elementos que se encontram à direita da conceito base assumem a mesma função dos elementos que se expandem à esquerda, como é o caso de *desregulamentação de mercados*.

mercado	financeiro	
mercados	financeiros	
mercados	financeiros	européus
mercados	financeiros	portugueses

mercado	interno	
mercado	interno	da comunidade
mercado	interno	único

mercado	único	de serviços financeiros de 1993
mercado	único	
mercado	único	

Estes três conjuntos de unidades terminológicas que formam um mesmo campo terminológico a partir do conceito *mercado* , possuem a particularidade de, a partir destes, formar "subcampos" terminológicos: *mercado financeiro*, *mercado interno* e *mercado único*.

Podemos esquematizar os campos e "subcampos" da seguinte forma.

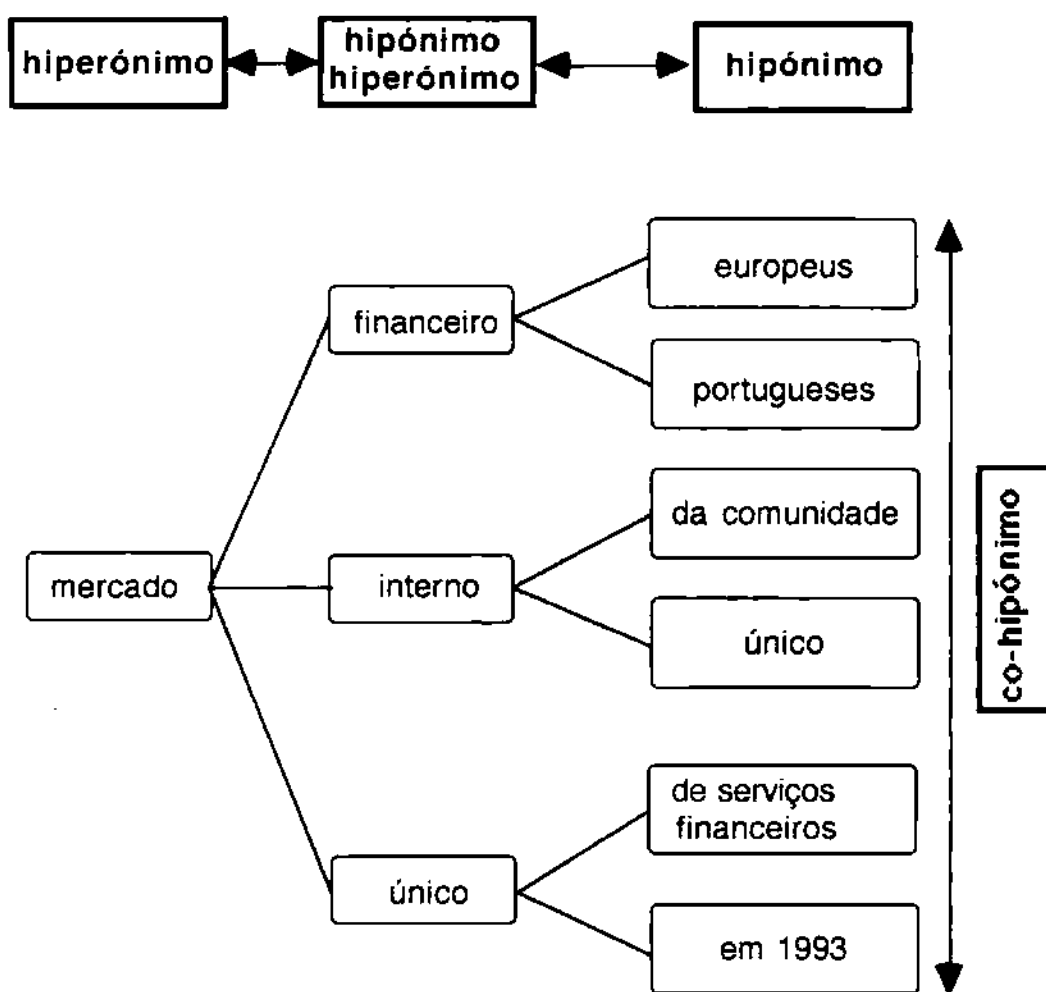


Fig. 18

Neste esquema estão representadas as relações verticais e as relações horizontais, ou seja, as relações hiperónimo-hipónimo e as relações de co-hiponímia.

Vejamos então: *mercado único* é uma espécie de *mercado*, assim como *mercado financeiro* é uma espécie de *mercado*, etc. Por a relação entre *mercado único* e *mercado financeiro* dar conta de uma mesma relação lógica, podemos dizer que o segundo nível do esquema corresponde aos hipónimos de *mercado*, uma vez que se encontram ao

mesmo nível de abstração dentro do esquema. A relação que os hipónimos mantêm entre si, deve-se às características genéricas que partilham (*mercado*) , o que faz com que sejam considerados co-hipónimos.

Consoante o nível de análise, os hipónimos podem passar a ser considerados hiperónimos por representarem um nível hierarquicamente superior. No esquema apresentado, a conceito de *financeiro*, *interno* e *único* podem, por um lado desempenhar o papel de hipónimo, por outro, o de hiperónimo.

Os conceitos diferenciados pertencem ao mesmo nível de abstracção e formam uma sequência horizontal de noções:

mercado	financeiro
mercado	financeiro europeu
mercado	financeiro da comunidade

As lexias *financeiro* , *europeu*, *da comunidade* são lexias que representam as conceitosdiferenciadas, ou seja, são estas as lexias que permitem distinguir e opor uma conceito à outra.

mercado	monetário	
mercado	monetário	central
mercado	monetário	nacional
mercados	monetários	
mercados	monetários	e financeiros
mercados	monetários	e financeiros europeus
mercados	monetários	locais e regionais

Este conjunto de sete unidades terminológicas têm a particularidade de compor um "subcampo" terminológico, em que é difícil

distinguir qual dos dois conjuntos de lexemas é o termo semanticamente mais forte: o lema *mercado* ou o lema *moeda* ? A conceito de *moeda* remete para três funções: "1 / *unité de compte* (...); 2 / *moyen d'échange* (...); 3 / *réserve de valeur* (...). Pour tenir compte du processus d'innovation financière, sont définis comme monétaires, outre les moyens de paiement (*pièces, billets, comptes bancaires*), les actifs financiers que les agents non financiers considèrent comme pouvant être utilisée en règlement des transactions après conversion facile et rapide en moyen de paiement, sans risque important de perte en capital" (TEULON, 1991: 72). O *mercado monetário* define-se como "*mercado de capitais a curto prazo*". (BRANCO, 1984: 170).

Em termos sintáticos estamos na presença de um [N+Adj] , isto é, um determinado (*mercado*) e um determinante (*monetário*). Como se sabe, o determinante tem por função determinar o determinado. Nesta situação, *mercado* e *moeda* , são duas unidades autónomas que desempenham a função de lemas em *mercado monetário*. Da lexia complexa *mercado monetário* é difícil depreender se são os semas de *mercado* que contaminam os semas de *monetário* ou vice-versa.

Os constituintes de *mercado monetário* sofreram um processo de lexicalização tão forte, que podem formar um hiperónimo, situando-se ao mesmo nível de *mercado* . O mesmo pode ser dito acerca de *mercado financeiro* e de *mercado único*. *Mercado financeiro* define-se como a "*oferta e procura de capitais a médio prazo e longo prazo*"; *mercado único* define-se com "(...) grande espaço sem fronteiras, no qual a livre circulação de capitais será agrupado."(GONRAND, 1992: 195). Embora *mercado financeiro* , *mercado único* e *mercado interno* sejam co-hipónimos, não obtêm o mesmo tratamento lexicológico.

O termo *mercado interno* é um termo ambíguo uma vez que pode significar "*mercado em que as operações sobre determinado produto, ou valor se limitam ao território nacional*"(BRANCO, 1984: 170) e pode ser uma lexia abreviada de *grande mercado interno*, isto é, sinónimo de *mercado único*. Só o microcontexto e o macrocontexto conseguem desambiguar o termo.

Por se colocarem estas dúvidas não nos parece prudente considerar a lexia complexa *mercado interno* um hiperónimo ao mesmo nível de mercado único. Neste caso, é necessário expandir a lexia à direita e assim, o termo é desambiguizado:

- . mercado interno da comunidade
- . mercado interno único

O termo *mercado único* pode ser entendido como uma forma de truncção resultante da junção entre:

mercado interno [+ mercado] único

Parece-nos arriscado reduzir os constituintes da lexia complexa, podendo-se, em consquência dessa redução, perder a relação unívoca entre a noção e o termo que a designa.

Para representar um campo conceitual e terminológico é possível recorrer a esquemas arborescentes que dão conta das relações hierárquicas entre os conceitos.

Os esquemas arborescentes representam as relações hierárquicas. Quanto mais um termo se encontra na parte inferior do esquema, mais ele é específico.

As expansões que se encontram à esquerda do termo base não estão representadas nas árvores uma vez que, geralmente, elas dão conta de características exteriores à conceito.

5.2.3. Tipologia das lexias complexas

A tipologia das lexias complexas foi elaborada tendo por base, todas as unidades terminológicas que apresentámos no ponto 3.5.

1. [ADJ + N + ADJ]
2. [ADJ + N + [PREP + ART] + N + ADJ + e + ADJ + ADJ]
3. [ADJ + N + [PREP + ART] + N]
4. [N + ADJ + ADJ]
5. [N + ADJ + e + ADJ + [PREP + ART] + N]
6. [N + ADJ + e + ADJ]
7. [N + ADJ + e + PREP + N]
8. [N + ADJ + e + ADJ + ADJ]
9. [N + ADJ + e + [PREP + ART] + N + ADJ]
10. [N + ADJ + e + [PREP + ART] + N]
11. [N + ADJ + PREP + ADJ + N]
12. [N + ADJ + PREP + ART] + PREP + N]
13. [N + ADJ + PREP + N + ADJ]
14. [N + ADJ + PREP + N + [PREP + ART] + N + ADJ]
15. [N + ADJ + PREP + N + [PREP + ART] + N]

16. [N + ADJ + PREP + N + PREP + N + ADJ]
17. [N + ADJ + PREP + NUMERAL]
18. [N + ADJ + PREP + N]
19. [N + ADJ + [PREP + ART] + N + PREP + N + PREP + N]
20. [N + ADJ + [PREP + ART] + N + PREP + N]
21. [N + ADJ + [PREP + ART] + N + [PREP + ART] + N]
22. [N + ADJ + [PREP + ART] + N]
23. [N + ADJ + [PREP + ART] + PREP + N]
24. [N + ADJ + [PREP + ART] + SIGLA]
25. [N + ADJ + [PREP + ART] + N + PREP + N + ADJ]
26. [N + ADJ + [PREP + ART] + N + ADJ]
27. [N + ADJ + ADJ + e + ADJ]
28. [N + ADJ + ADJ + ADJ]
29. [N + ADJ]
30. [N + ADV + ADJ]
31. [N + e + N + ADJ]
32. [N + e + N + PREP + N]
33. [N + N + PREP + N]
34. [N + PREP + N + ADJ + ADJ]
35. [N + PREP + N + ADJ + PREP + N + e N]
36. [N + PREP + N + ADJ + [PREP + ART] + N + PREP + N + e + N + [PREP + ART] + N]
37. [N + PREP + N + ADJ + [PREP + ART] + N]
38. [N + PREP + N + ADJ + [PREP + ART] + SIGLA]
39. [N + PREP + N + ADJ]
40. [N + PREP + N + ADV + ADJ]
41. [N + PREP + N + ADV + ART + N + ADJ]
42. [N + PREP + N + e + N]

43. [N + PREP + N + e + PREP + N]
44. [N + PREP + N + e + PREP + N + ADJ]
45. [N + PREP + N + PREP + ART + N + PREP + N + ADJ + e + ADJ]
46. [N + PREP + N + PREP + N + ADJ]
47. [N + PREP + N + PREP + N + PREP + N]
48. [N + PREP + N + PREP + N + {PREP + ART} + N + ADJ + ADJ]
49. [N + PREP + N + PREP + N]
50. [N + PREP + N + PREP N + PREP + ADJ + N]
51. [N + PREP + N + {PREP + ART} + N]
52. [N + PREP + N + {PREP + ART} + N + ADJ + ADJ]
53. [N + PREP + N + {PREP + ART} + N + ADJ]
54. [N + PREP + N + {PREP + ART} + N + PREP + N]
55. [N + PREP + N + {PREP + ART} + N + {PREP + ART} + N]
56. [N + PREP + N + {PREP + ART} + SIGLA]
57. [N + PREP + N]
58. [N + {PREP + ART} + N + ADJ + ADJ]
59. [N + {PREP + ART} + N + ADJ + e + ADJ]
60. [N + {PREP + ART} + N + ADJ + PREP + N]
61. [N + {PREP + ART} + N + ADJ + {PREP + ART} + N + ADJ]
62. [N + {PREP + ART} + N + ADV + ADJ]
63. [N + {PREP + ART} + N + PREP + N + ADJ]
64. [N + {PREP + ART} + N + PREP + N + {PREP + ART} + SIGLA]
65. [N + {PREP + ART} + N + PREP + N]
66. [N + {PREP + ART} + N + {PREP + ART} + N + {PREP ART} + N + {PREP + ART} + SIGLA]
67. [N + {PREP + ART} + N + {PREP + ART} + N]
68. [N + {PREP + ART} + N + ADJ]
69. [N + {PREP + ART} + N]

70. [N + [PREP + ART] + SIGLA

Partindo desta matriz, podemos constatar que há uma frequência elevada de constituintes que obedecem a uma determinada ordem no eixo sintagmático:

[N + Adj]

[N + Prep + N]

[N+ [Prep+Art]+N]

Fazendo uma leitura contrastiva das duas matrizes, concluímos que a primeira matriz forma-se pela combinação das três sequências apresentadas na segunda, apresentando algumas delas variantes. Vejamos então:

[N + Adj]

2. [ADJ + N + [PREP + ART] + **N+ ADJ** + e + ADJ + ADJ]

4. [**N + ADJ** + ADJ]

5. [**N + ADJ** + e + ADJ + [PREP + ART] + N]

6. [**N + ADJ** + e + ADJ]

7. [**N + ADJ** + e + PREP + N]

8. [**N + ADJ** + e + ADJ + ADJ]

9. [**N + ADJ** + e + [PREP + ART] + **N + ADJ**]

10. [**N + ADJ** + e + [PREP + ART] + N]

11. [**N + ADJ** + PREP + ADJ + N]

12. [N + **ADJ** + PREP + ART] + PREP + N]
13. [N + **ADJ** + PREP + N + **ADJ**]
14. [N + **ADJ** + PREP + N + [PREP + ART] + N + **ADJ**]
15. [N + **ADJ** + PREP + N + [PREP + ART] + N]
16. [N + **ADJ** + PREP + N + PREP + N + **ADJ**]
17. [N + **ADJ** + PREP + NUMERAL]
18. [N + **ADJ** + PREP + N]
19. [N + **ADJ** + [PREP + ART] + N + PREP + N + PREP + N]
20. [N + **ADJ** + [PREP + ART] + N + PREP + N]
21. [N + **ADJ** + [PREP + ART] + N + [PREP + ART] + N]
22. [N + **ADJ** + [PREP + ART] + N]
23. [N + **ADJ** + [PREP + ART] + PREP + N]
24. [N + **ADJ** + [PREP + ART] + SIGLA]
25. [N + **ADJ** + [PREP+ ART] + N + PREP + N + **ADJ**]
26. [N + **ADJ** + [PREP+ART] + N + **ADJ**]
27. [N + **ADJ** +ADJ + e + ADJ]
28. [N + **ADJ** +ADJ+ADJ]
31. [N + e + N + ADJ]
34. [N + PREP + N + **ADJ** + ADJ]
35. [N + PREP + N + **ADJ** + PREP + N + e N]
36. [N + PREP + N + **ADJ** + [PREP + ART] + N + PREP + N + e + N + [PREP+ART] + N]
37. [N + PREP + N + **ADJ** + [PREP + ART] + N]
38. [N + PREP + N + **ADJ** + [PREP + ART] + SIGLA]
39. [N + PREP + N + **ADJ**]
41. [N + PREP + N + ADV + ART + N + **ADJ**]
44. [N + PREP + N + e +PREP + N + **ADJ**]
45. [N + PREP + N + PREP + ART + N + PREP + N + **ADJ** + e + ADJ]

46. [N + PREP + N + PREP + N + **ADJ**]
48. [N + PREP + N + PREP + N + {PREP + ART} + N + **ADJ** + ADJ]
52. [N + PREP + N + {PREP + ART} + N + **ADJ** + ADJ]
53. {N + PREP + N + {PREP + ART} + N + **ADJ**}
58. [N + {PREP + ART} + N + **ADJ** + ADJ]
59. [N + {PREP + ART} + N + **ADJ** + e + ADJ]
60. [N + {PREP + ART} + N + **ADJ** + PREP + N]
61. [N + {PREP + ART} + N + **ADJ** + {PREP + ART} + N + ADJ]
63. [N + {PREP + ART} + N + PREP + N + **ADJ**]
68. [N + {PREP + ART} + N + **ADJ**]

[N + Prep + N]

16. [N + ADJ + PREP + N + **PREP** + N + ADJ]
19. [N + ADJ + {PREP + ART} + N + **PREP** + N + **PREP** + N]
20. [N + ADJ + {PREP + ART} + N + **PREP** + N]
25. [N + ADJ + {PREP + ART} + N + **PREP** + N + ADJ]
32. [N + e + N + **PREP** + N]
33. [N + N + **PREP** + N]
34. [N + **PREP** + N + ADJ + ADJ]
35. [N + **PREP** + N + ADJ + PREP + N + e N]
36. [N + **PREP** + N + ADJ + {PREP + ART} + N + **PREP** + N + e + N + {PREP + ART} + N]
37. [N + **PREP** + N + ADJ + {PREP + ART} + N]
38. [N + **PREP** + N + ADJ + {PREP + ART} + SIGLA]
39. [N + **PREP** + N + ADJ]
40. [N + **PREP** + N + ADV + ADJ]
41. [N + **PREP** + N + ADV + ART + N + ADJ]

42. [N + PREP + N + e + N]
43. [N + PREP + N + e + PREP + N]
44. [N + PREP + N + e + PREP + N + ADJ]
45. [N + PREP + N + PREP + ART + N + PREP + N + ADJ + e + ADJ]
46. [N + PREP + N + PREP + N + ADJ]
47. [N + PREP + N + PREP + N + PREP + N]
48. [N + PREP + N + PREP + N + [PREP + ART] + N + ADJ + ADJ]
49. [N + PREP + N + PREP + N]
50. [N + PREP + N + PREP + N + PREP + ADJ + N]
51. [N + PREP + N + [PREP + ART] + N]
52. [N + PREP + N + [PREP + ART] + N + ADJ + ADJ]
53. [N + PREP + N + [PREP + ART] + N + ADJ]
54. [N + PREP + N + [PREP + ART] + N + PREP + N]
55. [N + PREP + N + [PREP + ART] + N + [PREP + ART] + N]
56. [N + PREP + N + [PREP + ART] + SIGLA]
57. [N + PREP + N]
63. [N + [PREP + ART] + N + PREP + N + ADJ]
64. [N + [PREP + ART] + N + PREP + N + [PREP + ART] + SIGLA]
65. [N + [PREP + ART] + N + PREP + N]

[N + [Prep + Art] + N]

2. {ADJ + N + [PREP + ART] + N + ADJ + e + ADJ + ADJ}
3. [ADJ + N + [PREP + ART] + N]
4. [N + ADJ + PREP + N + [PREP + ART] + N + ADJ]
15. [N + ADJ + PREP + N + [PREP + ART] + N]

36. [N + PREP + N + ADJ + [PREP + ART] + N + PREP + N + e + N + [PREP+ART] + N]
48. [N + PREP + N + PREP + N + [PREP + ART] + N + ADJ + ADJ]
51. [N + PREP + N + [PREP + ART] + N]
52. [N + PREP + N + [PREP + ART] + N + ADJ + ADJ]
53. [N + PREP + N + [PREP + ART] + N + ADJ]
54. [N + PREP + N + [PREP + ART] + N + PREP + N]
55. [N + PREP + N + [PREP + ART] + N + [PREP + ART] + N]
58. [N + [PREP + ART] + N + ADJ + ADJ]
59. [N + [PREP + ART] + N + ADJ + e + ADJ]
60. [N + [PREP + ART] + N + ADJ + PREP + N]
61. [N + [PREP + ART] + N + ADJ + [PREP + ART] + N + ADJ]
62. [N + [PREP + ART] + N + ADV + ADJ]
63. [N + [PREP + ART] + N + PREP + N + ADJ]
64. [N + [PREP + ART] + N + PREP + N + [PREP + ART] + SIGLA]
65. [N + [PREP + ART] + N + PREP + N]
66. [N + [PREP + ART] + N + [PREP + ART] + N + [PREP ART] + N + [PREP + ART] + SIGLA]
67. [N + [PREP + ART] + N + [PREP + ART] + N]
68. [N + [PREP + ART] + N + ADJ]
69. [N + [PREP + ART] + N]

Partindo desta tipologia temos uma base preliminar de trabalho para a constituição de um dicionário de máquina que permitia detectar lexias complexas no seio de uma base de dados textual. Teoricamente, a partir da tipologia temos a possibilidade de identificar todas as sequências que tenham, por exemplo, a ordem [N+Adj], tendo o linguista que seleccionar manualmente aquelas sequências que remetem para

unidades terminológicas e aquelas sequências que, por acaso, também obedecem à mesma ordem no eixo sintagmática, mas que correspondem a um sintagma livre conteúdo, uma vez que máquina não reconhece o conteúdo, mas sim a forma.

Pensamos que esta tipologia, elo de ligação entre a linguística e a informática, pode ser um elemento de reflexão para desenvolver um trabalho de investigação num contexto de Terminologia, Lexicografica e Informática; três áreas cada vez mais indissociáveis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Expusemos nesta dissertação os resultados de uma pesquisa orientada para a concepção de um modelo de dicionário conceptual que tem por suporte um modelo de base de dados relacional.

A investigação desenrolou-se tendo por referencial a delimitação da área do saber (*Economia Monetária*), que remete para um domínio conceptual. O procedimento para delimitar a área do conhecimento assentou numa amostra ocasional, e isso constituiu também o ponto de partida para reflectir sobre a metodologia da investigação que levámos a cabo. A originalidade do procedimento reside na utilização dos instrumentos de trabalho dos documentalistas (*thesaurus*, sistemas de classificação) para constituir as árvores dos domínios. O processo de elaboração das árvores dos domínios e a elaboração dos conceitos que os domínios abarcam são processos interdependentes.

As unidades terminológicas que designam os domínios são unidades que cobrem conceitos genéricos que se caracterizam pelas propriedades genéricas. Por sua vez, cada conceito genérico, cobre conceitos mais específicos que se demarcam uns dos outros nas relações hierárquicas verticais e horizontais que estabelecem entre si. As diferenças mantêm-se através das características específicas que as definem e que podem desempenhar a função de conceitos.

A base de dados textual assume o papel de pré-dicionário, uma vez que contém informação linguística e extra-linguística. Esta informação

pode ser tratada automaticamente, recorrendo para esse efeito os conceitos como contexto-máquina, concordância e coocorrência que são processos que dão conta das relações conceptuais e terminológicas.

Do pré-dicionário passamos para a base de dados relacional, suporte do dicionário conceptual que se baseia numa concepção de sistema conceptual e de sistema terminológico. Estes são dois sistemas interactivos e interdependentes, propriedades a partir das quais se pode extrair informação conceptual e semântica contida nos campos da ficha terminológica (DEF, CON, TG, TS, TA;...).

No último ponto, analisamos as lexias complexas numa perspectiva lexicológica que nos permite concluir que o sistema conceptual e terminológico são indissociáveis uma vez que a análise de um sistema remete invariavelmente para outro (cf. pto 5).

Todas esta análise pretendeu atingir um objectivo: a elaboração de um modelo de base de dados relacional que se integra numa perspectiva lexicográfica, permitindo explorar redes semânticas e conceptuais a partir do qual se pode extrair um dicionário conceptual.

A conceito de conceptual perpassa todo o trabalho de investigação. O conceito é o fio condutor que se estende da organização documental, passando pela elaboração das árvores de domínios e pela constituição da base de dados, culminando na análise lexicográfica das lexias complexas.

Pese embora as imperfeições que eventualmente encerra, este trabalho parece-nos que já conduz a resultados satisfatórios.

Uma metodologia foi usada, as lexias complexas analisadas, o embrião de dicionário apresentado.

Neste contexto, é evidente o interesse em desenvolver este trabalho e transformar o embrião de dicionário conceptual num dicionário.

Talvez por isso esta investigação se tenha apenas iniciado.

BIBLIOGRAFIA

1. Linguística e Terminologia

- **AUGER, P.; ROUSSEAU L.-J, et alii.** (1978) - *Méthodologie de la recherche terminologique*, Office de la langue française, Québec, Éditeur officiel du Québec.
- **AUGER, P.** (1983) - "Polymorphisme de la définition en terminologie: synonymie ou homonymie", *Problèmes de la définition et de la synonymie en terminologie*, GIRSTERM, Québec, pp. 113 - 110.
- **AUGER, P.** (1991) - "Terminographie et lexicographie assistées par ordinateur: état de la situation et perspectives", *Les industries de la langue, Perspectives des années 1990*, Tome II, Office de la Langue Française, Société des traducteurs du Québec, Montréal.
- **BENVENISTE, E.** (1974) - *Problèmes de linguistique générale*, II, Gallimard, Paris.
- **BESSÉ, B DE** (1990) - "La définition terminologique", *Actes du colloque La Définition*, Larousse, Paris, pp 252-261.
- **BOULANGER, J-CL.** (1989) - "Le statut de syntagme dans les dictionnaires généraux monolingues", *Meta*, Vol 43, Les Presses de l'Université de Montréal, Montréal, pp. 360 -369.

- **BOUTIN-QUESNEL, R.; BELANGER, N, et ali** (1985) - *Vocabulaire systématique de la Terminologie*, Cahiers de l'Office de la Langue Française, Québec.

- **CHAUMIER, J.** (1987) - *Les banques de données*, collection "Que sais-je?" nº 1629 , P.U.F., Paris.

- **CHISS, J-L.; FILLIOLET, J.; MAINGUENEAU, D.** (1978) - *Linguistique française. Initiation à la Problématique Structurale*, 2 tomos, Hachette, Paris.

- **COSTA, M^a R.** (1988) - "Aspectos da Neologia no Vocabulário da Economia", *Actas do 4º Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, pp. 211-227.

- **COSTA, M^a R.** (1989) - "Neologia e Fenómenos de Banalização no Vocabulário da Economia", *Actas do XIX Congresso Internacional de Linguística e Filologia Românicas*, Santiago de Compostela, pp. 735-740.

- **COSTA, M^a R.** (1990) - "Algumas considerações sobre o papel do terminólogo na delimitação de um vocabulário (comércio)", *Terminologias*, Nº 1, Lisboa, pp. 108-121.

- **COSTA, M^a R.; TENEDÓRIO, J.A.** (1990) - "Teledetecção: uma nova área técnica e terminológica", *Terminologias*, Nº 1, Lisboa, pp. 122-135.

- **COSTA, M^a R.** (1991) - "Coesão interna das lexias complexas, enquanto unidades terminológicas", *Actas do Colóquio de Lexicologia e Lexicografia*, UNL - Lisboa, pp. 167-172.

- **COSTA, M^a. R.; TENEDÓRIO, J.A.** (1992) - Terminologia e Tradução Técnica: duas áreas complementares, *Terminologias*, N^o 4-5, Lisboa, pp.164-174.

- **CUNHA, C.; CINTRA, L.** (1986) - *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, 3^a ed., Sá da Costa, Lisboa.

- **DAVID, M. et alii** (1991) - " Terminologie et analyse notionnelle assistée par ordinateur, " *Les Industries de la langue, Perspectives des années 1990, Tome II*, Office de la langue française, Société des traducteurs du Québec, Montréal, pp. 781-800.

- **D'HAINAUT, L.** (1990) - *Conceitos e Métodos da estatística*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.

- **DAHLBERG, I** (1981) - "Les objects, les notions, les définitions et les termes", *Textes choisis de terminologie, Fondements théoriques de la Terminologie* sous la direction de Siforov, GIRSTERM, Québec, pp. 221-282.

- **DAHLBERG, I** (1983) - "Terminological Definitions : Characteristics and demands", *Actes du Colloque International de la Terminologie - Problèmes de la définition et de la synonymie en Terminologie*, GIRSTERM, Québec, pp. 15-34

- **DAOUST, F.** (1990) - "L'informaticien, le lecteur et le texte. L'approche SATO", *ICO*, vol n^o3, Québec, pp. 55-60.

- **DAVID, S.; PLANTE, P.** (1990) - "De la nécessité d'une approche morpho-syntaxique" *ICO*, vol. n^o3, Québec, pp. 140-153.

- **DEPECKER, L.** (1990) - "Éloge de la synonymie", *Actas do Colóquio de Lexicologia e Lexicografia*, UNL - Lisboa, pp. 140-153.
- **DESCAMPS, J.L.** (1971) - "Vers un dictionnaire contextuel: classement d'un corpus traitant de Géologie", *Revue internationale du traitement automatique du langage*, CNRS, n°1. pp. 1-33.
- **DROZD, L.** (1981) - "Science Terminologique: Object et Méthode", *Textes choisis de terminologie.Fondements théorique de la Terminologie*, sous la direction de V. I. Siforov, GIRSTERM, Québec, pp. 115-131.
- **DROZD, L.** (1983) - "Polymorphisme de la Définition en Terminologie: synonymie et homonymie", *Actes du Colloque International de la Terminologie - Problèmes de la définition et de la synonymie en Terminologie*, GIRSTERM, Québec, pp.101-110.
- **DUBOIS, J. et alil** (1973) - *Dictionnaire de Linguistique*, Larousse, Paris.
- **DUBUC, R.** (1983) - "Synonymie et Terminologie", *Actes du Colloque International de la Terminologie - Problèmes de la définition et de la synonymie en terminologie*, GIRSTERM, Québec,pp 193-215
- **DUBUC, R.** (1985) - *Manuel Pratique de Terminologie*, Linguattech, Montréal.
- **DUQUET-PICARD, D.** (1982) - "La définition terminologique: aspect didactique", *Travaux de Terminologie*, n° 2, GIRSTERM, Québec, pp 77-90.
- **DUQUET-PICARD, D.** (1986) - *La synonymie en langues de spécialité: étude du problème en terminologie*, GIRSTERM, Québec.

- **FELBER, H. ; PICT, H** (1984) - *Metodos de Terminografia y principios de Investigacion Terminologica*, Instituto "Miguel de Cervantes", CSIC, Madrid..
- **FELBER, H.** (1987) - *Manuel de Terminologie*, UNESCO e Inforterm, Paris.
- **FELBER, H.; BUDIN, G.** (1989) - *Terminologie in Theorie und Praxis*, Gunter Narr Veral Tübingen.
- **FLEISCHER, Wolfgang** (1982) - *Wortbildung der deutschen Gegenwartssprache*, Niemeyer Verlag, Tübingen
- **GALISSON , R.** (1976) - *Dictionnaire de Didactiques des Langues*, Hachette, Paris.
- **GALISSON , R.** (1978) - *Recherches de lexicologie descriptive: la banalisation lexicale*, Nathan, Paris.
- **GALISSON, R** (1979) - *Lexicologie et enseignement des langues*, Hachette, Paris.
- **GALISSON, R.; COSTE, D** (1983) - *Dicionário de Didáctica das Línguas*, Livraria Almedina, Coimbra.
- **GALLAIS-HAMONNO, J.** (1982) - *Langage, Langue et Discours*, Centre d'Analyse Syntaxique, Université de Metz, Klincksieck, Paris.
- **GOUADEC, D** (1990) - *Terminologie. Constitution des données*, Afnor gestion, Paris.

- **GROSS, G.** (1988) - "Structure des noms composés", *Actes du Colloque Informatique et Langue Naturelle*, 12-13 Octobre, Université de Nantes, pp. 357-381.
- **GROSS, G.** (1991) - "Les noms composés dans un dictionnaire électronique", *Les industries de la langue, Perspectives des années 1990*, Tome II, Office de la langue française, Société des traducteurs du Québec, Montréal, pp. 681-702.
- **GUILBERT, L.** (1971) - *Grand Larousse de la Langue Française*, Paris.
- **GUILBERT, L.** (1975) - *La Créativité Lexicale*, Larousse, Paris.
- **HANDWERKER, B.** (1984) - *Les mots de la guerre et la guerre des mots*, Peter Lang, Frankfurt am Main, Bern, New York, Nancy.
- **HEID, U.; FREIBOTT, G.** (1991) - "Collocations dans une base de données terminologique et lexicale", *Meta*, XXXV, 1, Montréal, pp. 77-91.
- **JACQUARD, A.** (1982) - *Au péril de la science? Interrogation d'un généticien*, Editions du Seuil; Collocations Points-Série, Sciences, Paris.
- **KANDELKAI, T.L.** (1981) - "Le sens des termes et les systèmes des sens terminologies scientifiques et techniques", *Textes choisis de Terminologie, Fondements théoriques de la terminologie*, sous la direction de V.I. Siforov, GIRSTERM, Québec, pp. 133-184.
- **KOCOUREK, R.** (1982) - *La Langue Française de la Technique et de la Science*, La Documentation Française, Paris.

- **KOCOUREK, R.**(1983) - "Rapports entre la synonymie en Terminologie et la délimitation des notions", *Actes du Colloque International de la Terminologie - Problèmes de la définition et de la synonymie en terminologie*, GIRSTERM, Québec, pp 254-265.

- **L'HOMME, Marie-Claude** (1988) - "Origine et développement des industries de la langue", *RELAI, K-8*, Centre international de recherche sur le bilinguisme, Québec.

- **LERAT, P.** (1983) - *Sémantique Descriptive*, Hachette, Paris.

- **LERAT, P.** (1988 a) - "Les internationalismes dans les langues romanes", *Hommage à Bernard Pottier*, Klincksieck, tome II. pp. 483-490.

- **LERAT, P.** (1988 b) - "Terminologie et sémantique descriptive", *La Banque des Mots*, numéro spécial du CTN, CILF, Paris, pp. 11-30.

- **LERAT, P.** (1989) - "Les fondements théoriques de la terminologie", *Banque des Mots*, numéro spécial du CTN, CILF, Paris, pp. 51-62.

- **LERAT, P.** (1990) - "L'Hiperonymie dans la Structuration des Terminologies", *Langages*. L' hyponymie et l'hperonymie, n° 98, Paris, pp. 79-86.

- **LERAT, P.** (1991) - "L'analysabilité des unités terminologiques romanes", *V ème Colloque International de linguistique slavo-romane*, Bad Hambourg, Outubro de 1989, Gunter Narr Verlag, Tübingen, pp. 179-184.

- **LETHUILLER, J.** (1989) - "La synonymie en langue de spécialité", *Meta*, XXXIV, 3, Les Presses de l'Université de Montréal, Montréal, pp. 443-449.
- **LINO, M^a T.** (1989) - "Neologia científica e técnica e lexicologia", *Actas do XIX Congresso Internacional "A Língua Portuguesa - Que futuro?"*, Sociedade de Língua Portuguesa, Lisboa.
- **LINO, M^a T** (1990) - "Métodos lexicológicos e métodos terminológicos: breves notas", Comunicação apresentada no *Colóquio Internacional de Terminologia Científica e Técnica*, Lisboa.
- **LINO, M^a T et alii** (1991) - "Terminologia da Lexicologia, da Lexicografia, da Terminologia e da Terminografia", *Dicionário de Termos Linguísticos*, Cosmos, Lisboa.
- **LINO, M^a T.** (1992) - "Lexicografia e Terminologia", comunicação apresentada no Seminário, *Português, Língua de Comunicação Internacional*, Lisboa, pp. 11.
- **LOTTE, D.S.** (1981) - "Principes de l'établissement d'une terminologie scientifique et technique", *Textes choisis de terminologie. Fondements théoriques de la terminologie*, t. 1., sous la direction de V.I. Siforov, GIRSTERM, Québec, pp 3-53
- **MACIEL, C.** (1990)- "A U.R.L.9 - do INaLF - CNRS: um projecto para o português", *Colóquio de Lexicologia e Lexicografia*, UNL - Lisboa, pp. 81-85.

- **MARTIN, R.** (1990) - "La définition "naturelle", *Actes du colloque La Définition*, Larousse, Paris, pp 86-96.

- **MARTINET, A.** (1985) - *Syntaxe générale*, Armand Collin, Paris.

- **MATEUS, M.H.M. et alii** (1989) - *A Gramática da Língua Portuguesa*, Caminho, Série Linguística, Lisboa.

- **MEL' CUK, I.** (1984) - *Dictionnaire explicatif et combinatoire du français contemporains*, Recherches Lexico-sémantiques I, Les Presses Universitaires de Montréal, Montréal.

- **NAKOS, D.** (1983) - "Synonymie et Terminologie: point de vue complémentaire", *Problèmes de la définition et de la synonymie en Terminologie*, GIRSTERM - OLF - DGTD avec la collaboration d'INFOTERM, 23-27 mai 1982, Actes du colloque internationale de terminologie), Québec, pp. 217-228.

- **NORMALISATION FRANÇAISE**, Norme Internationale ISO 1087: 187, AFNOR, Décembre 1987 (XO3-003).

- **PAQUIN, J.L.** (1992) - "Le passage des termes aux concepts", *Les industries de la langue, Perspectives des années 1990*, Tome II, Office de la langue française, Société des traducteurs du Québec, Montréal, pp 313-334.

- **PICHT, H.; DRASKAU, J.** (1985) - *Terminology: an introduction*, University of Surrey, The Copenhagen School of Economics.

- **PICOCHÉ, J.** (1986) - *Structures Sémantiques du lexique français*, Nathan, Paris.

- **POTTIER, B.** (1967) - *Présentation de la linguistique, Fondements d'une théorie*, Klincksieck, Paris.

- **POTTIER, B.** (1987) - *Théorie et analyse en linguistique*, Hachette, Paris.

- **POTTIER-NAVARRO, (H.)** - "Quelques aspects de l'évolution de la théorie linguistique de Bernard Pottier", *Hommage à Bernard Pottier*, Vol 2., Klincksieck, Paris, pp 631-647.

- **QUEMADA, B.** (1981) - "Les noms et les mots ou des noms pour les mots. A propos de la terminologie lexicologique", *Linguistica Computazionale*, vol IV-V, Pisa, pp. 203-223

- **QUEMADA, B.** (1990) - "Französisch: Lexicographie", *Lexikon der Romanistischen Linguistik (LRL)*, Band (Volume V, 1, Max Niemeyer Verlag, Tübingen, pp. 869-894.

- **QUEMADA, G.** (1983) - *Dictionnaire des termes nouveaux des sciences et des techniques*, Paris, CILF.

- **RENAUD, M.** (1984) - *Étude bilingue d'une partie de la terminologie économétrique*, GIRSTERM, Université Laval, Québec.

- **REY, A** (1976) - " La terminologie: réflexion sur une pratique et sur une théorie", *Terminologies 76*, AFTERM, Paris, pp. V-14 - V-40.

- **REY, A.** (1977) - *Le lexique - Images et modèles. Du dictionnaire à la Lexicologie*, Armand Colin, Paris.

- **REY, A.** (1979) - *La terminologie: noms et notions*, collection "Que sais-je?", n°1780, P.U.F. Paris.
- **REY, A.** (1982) - *Encyclopédies et Dictionnaires*, collection "Que sais-je?", n° 2000, P.U.F., Paris.
- **REY, A.** (1983) - "Interventions et discussion générale sur les interventions entre les problèmes de la définition et ceux de la synonymie en terminologie", *Problèmes de la définition et de synonymie en terminologie*, GIRSTERM, Université Laval, Québec, pp.373-376; 378-384.
- **REY, A.** (1983 a) - "Synonymie, Néonymie et Normalisation Terminologique", *Actes du Colloque International de la Terminologie - Problèmes de la définition et de la synonymie en terminologie*, GIRSTERM, Québec, pp 281-310.
- **REY, A.** (1986) - *Le Grand Robert*, Paris, Éditions Le Robert.
- **REY, A.** (1990) - "Polysémie du terme définition", *Actes du colloque La Définition*, Larousse, Paris, pp. 13-22.
- **RONDEAU, G.** (1984) - *Introduction à la Terminologie*, Montréal, Gaëtan Morin Éditeur, Paris.
- **ROUSSEAU.** (1983) - "La définition terminologique" *Actes du Colloque International de la Terminologie - Problèmes de la définition et de la synonymie en terminologie*, GIRSTERM, Québec, pp. 35-46
- **SAGER, J.** (1983) - "Definition in Terminology", *Problèmes de la définition et de la synonymie en terminologie*, Actes du colloque

internationale de terminologie, GIRSTERM - OLF - DGTD, Québec, pp.113-139.

• **SAGER, J.** (1990) - *A Pratical Course in Terminology Processing*, John Benjamins B.V., Amsterdam.

• **SAUSSURE, F.** (1972) - *Cours de Linguistique Générale*, Édition critique préparée par Tullio de Mauro, Bibliothèque Scientifique Payot, Paris.

• **SCHMID, A.** (1992) - *Mettre à toutes les sauces, Analyse sémantico-syntaxique des lexies complexes à base "mettre"*, Centre d'Analyse Syntaxique , Université de Metz, Klincksieck, Paris.

• **SERGE, P.; DEPECKER, L. et aill** (1991) - *Introduction à l'étude de la télédétection aérospatiale et de son vocabulaire*, La documentation Française, Paris.

• **SIFOROV, V. I.** (1981) - "Problèmes de terminologie scientifique et technique", *Textes choisis de terminologies. Fondements théoriques de la terminologie*, t.1., sous la direction de V. I. Siforov, GIRSTERM - OLF - DGTD, avec la collaboration d'Infoterm, 23-27 mai 1982, Québec, pp303-315.

• **TAMBA-MECZ, I.** (1988) - *La Sémantique*, collection "Que sais-je?", n°655, P.U.F., Paris.

• **TRÉSOR DE LANGUE FRANÇAISE** (1971) - sous l'orientation de Paul IMBS et de Bernard QUEMADA, Paris, Klincksieck, Ed du CNRS.

- **WÜSTER, E.** (1982) - "Exposé illustré de terminologie de la nomination du monde", *Travaux de Terminologie*, n° 2, GIRSTERM, Université Laval, Québec, pp. 25-76.
- **ZOLONDEK, D.** (1988) - *La Terminologie de la Télématic: modes de formation des unités néonymiques et des unités lexicalisées, et analyse des difficultés d'ordre notionnel (synonymie et homonymie)*, Relai, K-6, Centre International de Recherche sur le bilinguisme (CIRB), Québec.

2. Dicionários e glossários

- **ACADÉMIE DES SCIENCES COMMERCIALES** (1987) - *Dictionnaire Commercial*, CILF, Paris.
- **BANCO PORTUGUÊS DO ATLÂNTICO** (1987) - *O mercado de capitais*, (Pequeno Léxico), Sabe o que é ?, Direcção de Estudos Económicos e de Marketing., Porto.
- **BANNOCK, G. et alii** (1987) - *Dicionário de Economia*, Verbo, Lisboa / São Paulo. (trad. António L. Salvaterra; Anabela A. H. Mendes; Maria Madalena M.C. Grade)
- **BRANCO, G.** (1984) - *Dicionário de Economia e Gestão*, Português-Francês-Inglês-Alemão, Lello & Irmão - Editores, Porto.
- **COMISSION DES COMMUNAUTÉS EUROPÉENNES** (1985) - *Economie, Finance • Monnaie*, Glossaire en neuf langues, Vol I e II, IX/C/2 - Terminologie et Appllications Informatiques, Bruxelles.
- **CUNHA, A.** (1984) - *Dicionário Bancário*, Português-Inglês, Europa-América, Lisboa.

- **MÉNARD, M.** (1991) - *Dicionário de Termos Económicos*, Vol I e II, Europa América, Lisboa (trad. Maria Fernanda Costa)
- **PENNANT-REA, R et alii** (1990) - *Dicionário de Economia*, Edições Sílabo, Lisboa.
- **SILEM, A.** (1989) - *Lexique d'économie* , Dalloz, Paris.
- **TEULON, F.** (1991) - *Vocabulaire monétaire et financier*, P.U.F., Collection "Que sais-je?", nº 2628, Paris.

3. Thesaurus

- **EUROVOC** (1987) .- *Thesaurus alfabético*, Tomo 1, Anexo aos Índices do Jornal Oficial das Comunidades Europeias, Edição em Língua Portuguesa, Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, Luxemburgo.
- **EUROVOC** (1987) .- *Thesaurus temático* Tomo 2, Anexo aos Índices do Jornal Oficial das Comunidades Europeias, Edição em Língua Portuguesa, Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, Luxemburgo.
- **EUROVOC** (1987) .- *Thesaurus multilingue*, Tomo 3, Anexo aos Índices do Jornal Oficial das Comunidades Europeias, Edição em Língua Portuguesa, Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, Luxemburgo.
- **SPINES THESAURUS** (1988) - *A controlled and structured vocabulary for information processing in the field of science and technology for*

development, Vol 1, English-French / Spanish / Portuguese 1988 edition of the 1984, UNESCO, Paris.

4. Bibliografia especializada

- **ALVES, J.J.** (1989) - *A Política Monetária nas Comunidades Europeias*, Coimbra Editora, Coimbra.
- **BARBOSA, A.** (1991) - "Equilíbrio do orçamento corrente e integração no SME.", *Portugal e a transição para a União Económica e Monetária*. Ministério das Finanças.
- **BELEZA, L. M.**(1991) - "Quadro de Ajustamento Nacional para a Transição para a União Económica e Monetária (QUANTUM).", *Portugal e a transição para a União Económica e Monetária*. Ministério das Finanças.
- **BORGES, A** (1991) - "Benefícios e custos na União Económica e Monetária na perspectiva da Comunidade e na perspectiva portuguesa." *Portugal e a transição para a União Económica e Monetária*. Ministério das Finanças.
- **CONSTÂNCIO, V.** (1991) - "A participação do escudo no Mecanismo das Taxas de câmbio do Sistema Monetário Europeu.", *Portugal e a transição para a União Económica e Monetária*. Ministério das Finanças.
- **COSTA, C.** (1991) - "Alguns aspectos essenciais da construção de uma UEM viável a longo prazo.", *Portugal e a transição para a União Económica e Monetária*. Ministério das Finanças.

- **GASPAR, V.; PEREIRA, A.** (1991) - "Tributação implícita, investimento de desenvolvimento em Portugal.", *Portugal e a transição para a União Económica e Monetária*. Ministério das Finanças.
- **LOPES, J. Silva** (1991) - "Os problemas da adesão ao Sistema Monetário Europeu.", *Portugal e a transição para a União Económica e Monetária*. Ministério das Finanças.
- **MACEDO, J.B.** (1991) - "Unidade com diversidade na Economia europeia.", *Portugal e a transição para a União Económica e Monetária*. Ministério das Finanças.
- **MARQUES, W.** (1991) - *Moeda e Instituições Financeiras*, Publicações D. Quixote, Lisboa.
- **PINHEIRO, J. D.** (1991) - "União Política.", *Portugal e a transição para a União Económica e Monetária*. Ministério das Finanças.
- **PINTO, M.** (1991) - "Comentário.", *Portugal e a transição para a União Económica e Monetária*. Ministério das Finanças.
- **PORTUGAL.** (1990) - *Portugal nas Comunidades Europeias: quatro anos* Ministério dos Negócios Estrangeiros. Secretaria de Estado da Integração Europeia.
- **QUANTUM** (1990)- *Quadro de Ajustamento Nacional para a Transição para a União económica e Monetária*, Ministério das Finanças, Lisboa.
- **SANTOS, M.** (1991) - *ECU. Moeda europeia?*, Coimbra Editora, Coimbra.

- **TORRES, F.**(1988) - "Regras externas para credibilidade interna", *Regras Externas , Consistência, Credibilidade e Política Macroeconómica na Pequena Economia Aberta*, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa (Tese de Doutoramento).

